112 SET–DEZ 2018

NOVOS ESTUDOS CEBRAP

VOLUME 37 NÚMERO 3 ISSN 0101-3300

NOVOS ESTUDOS 112 SETEMBRO–DEZEMBRO 2018

NOVOS ESTUDOS é uma publicação quadrimestral (jan.–abr., mai.–ago., set.–dez.) do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

MISSÃO

Publicar estudos relevantes sobre temas das ciências sociais e humanidades, contribuindo para o debate de ideias em âmbito nacional e internacional com discussões em áreas diversas, desde crítica de arte até implementação de políticas econômica e social.

CONSELHO EDITORIAL

Adalberto Cardoso (Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil), Adam Przeworski (New York University, Nova York, EUA), Adrián Gurza Lavalle (Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil), Afranio Garcia (École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França), Alberto Tassinari (Autônomo, São Paulo, SP, Brasil), Álvaro Comin (Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil), André Botelho (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil), Angela Alonso (Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil), Carlos Antonio Costa Ribeiro (Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil), Edward Telles (University of California, Santa Barbara, EUA), Elisa Reis (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil), Eric Hershberg (American University, Washington, EUA), Flávio Moura (Todavia, São Paulo, SP, Brasil), Francisco de Oliveira (Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil), Glauco Arbix (Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil), Helena Hirata (Centre National de La Recherche Scientifique, Paris, França), Ismail Xavier (Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil), Jeffrey Lesser (Emory University, Atlanta, EUA), Jerry Davila (University of Illinois, Chicago, EUA), João de Pina Cabral (Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal), João José Reis (Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil), Joaquim Toledo Jr. (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, São Paulo, SP, Brasil), José Arthur Giannotti (Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil), José Ricardo Ramalho (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil), Juan Pablo Perez-Sainz (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, San José, Costa Rica), Laura de Mello e Souza (Universidade de Paris IV – Sorbonne, Paris, França), Luiz Antonio Machado da Silva (Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil), Luiz Felipe de Alencastro (Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, Brasil), Marcos Antonio Macedo Cintra (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, DF, Brasil), Marcos Nobre (Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil), Maria Alice Rezende de Carvalho (Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, RJ, Brasil), Maria Herminia Tavares de Almeida (Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil), Miriam Dolhnikoff (Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil), Miriam Rabelo (Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil), Omar Ribeiro Thomaz (Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil), Orlandina de Oliveira (El Colegio del Mexico, Cidade do México, México), Paula Montero (Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil), Paulo Nogueira Batista Jr. (Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, Brasil), Peter Wade (University of Manchester, Reino Unido), Ricardo Ribeiro Terra (Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil), Ricardo Teperman (Companhia das Letras), Roberto Schwarz (Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil), Samuel Titan Jr. (Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil), Sérgio Costa (Universidade Livre de Berlim, Alemanha), Serge Paugam (École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França), Thomas A. Diprete (Columbia University, Nova York, EUA), Vilma Arêas (Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil).

IN MEMORIAM

Antônio Flávio Pierucci (Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil), Juarez Rubens Brandão Lopes (Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil), Ruth Cardoso (Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil).

EDITORA
Paula Montero
(Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil)

EDITORA-EXECUTIVA
Rita Palmeira

EDITORA-ASSISTENTE
Fernanda Guimarães

PREPARAÇÃO E REVISÃO
André Albert e Alyne Azuma

PROJETO GRÁFICO
Carlos Fajardo, Daniel Trench e Edu Marin Kessedjian

EDIÇÃO DE ARTE
Carla Castilho

EDITORAÇÃO
Carla Castilho

IMPRESSÃO
Paym

www.novosestudos.com.br

© Copyright Mundial Cebrap
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.
Rua Morgado de Mateus, 615
CEP 04015-902 — São Paulo, Brasil
Telefone: 55-11-5574-0399
Fax: 55-11-5574-5928
e-mail: novosestudos@cebrap.org.br
Nº 112 — SET.–DEZ. de 2018

AOS COLABORADORES

Os artigos e resenhas enviados a **NOVOS ESTUDOS** são submetidos ao Conselho Editorial e a pareceristas ad hoc. O Conselho Editorial reserva-se o direito de sugerir ao autor modificações de forma, com o objetivo de adequar os artigos às dimensões da revista ou ao seu padrão editorial e gráfico. As notas de rodapé e referências bibliográficas devem ser restritas ao mínimo indispensável. A publicação de um artigo não exprime endosso do Conselho a todas as afirmações feitas pelo autor.

DOSSIÊ 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA 30 YEARS OF THE BRAZILIAN CONSTITUTION DOSSIER

371 ▮ **APRESENTAÇÃO: A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ AOS TRINTA ANOS** INTRODUCTION: THE CITIZEN CONSTITUTION AT AGE 30
Maria Herminia Tavares de Almeida

375 ▮ **DO COMPROMISSO MAXIMIZADOR À RESILIÊNCIA CONSTITUCIONAL** FROM THE MAXIMIZING COMMITMENT TO THE CONSTITUTIONAL RESILIENCE
Oscar Vilhena Vieira e Ana Laura Pereira Barbosa

395 ▮ **TRINTA ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988: RAZÕES PARA COMEMORAR?** THIRTY YEARS WITH THE 1988 CONSTITUTION: DO WE HAVE REASONS TO CELEBRATE?
Marta Arretche

417 ▮ **ECONOMIC EFFECTS OF THE BRAZILIAN CONSTITUTION** EFEITOS ECONÔMICOS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA
Otaviano Canuto and Tiago Ribeiro dos Santos

429 ▮ **ÍNDIOS NA CONSTITUIÇÃO** INDIGENOUS PEOPLES IN THE CONSTITUTION
Manuela Carneiro da Cunha

ARTIGOS ARTICLES

445 ▮ **COMO WALTER BENJAMIN ESCREVIA** HOW WALTER BENJAMIN WROTE
Marc Berdet

457 ▮ **A REBELIÃO PLURALISTA DE 1979 NA ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE FILOSOFIA: INSATISFAÇÃO DISCIPLINAR E MUDANÇA INTELECTUAL** THE PLURALIST REBELLION OF 1979 AT THE AMERICAN PHILOSOPHICAL ASSOCIATION: DISCIPLINARY DISCONTENT AND INTELLECTUAL CHANGE
Joaquim Toledo Jr.

477 ▮ **ALINHAVANDO QUESTÕES** TACKING QUESTIONS
José Arthur Giannotti

489 ▮ **RISKY BOOKS, REJECTED AUTHORS: ALFRED KNOPF AND THE SCREENING OF BRAZILIAN LITERATURE** LIVROS ARRISCADOS, AUTORES REJEITADOS: ALFRED KNOPF E A TRIAGEM DA LITERATURA BRASILEIRA
Carlos Cortez Minchillo

▮ **ENSAIO VISUAL** VISUAL ESSAY
Alice Miceli

APRESENTAÇÃO: A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ AOS TRINTA ANOS

http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201800030009

Maria Herminia Tavares de Almeida*

[*] Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: mhbtdalm@usp.br

Em 8 de outubro de 1988, o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, entregou ao país o documento que ele, com sensibilidade para o momento e algum senso de espetáculo, apelidou de "Constituição cidadã". A promulgação da carta constitucional encerrava o longo e agitado percurso ao cabo do qual o regime autoritário, instaurado pelo golpe militar de 1964, finalmente dava lugar à democracia.

As circunstâncias do nascimento do novo regime deixaram marcas fundas no documento. De um lado, a feitura da Constituição foi um processo aberto ao público. Durante os dois anos em que os constituintes estiveram reunidos, chegaram ao Congresso nacional manifestações e demandas as mais diversas, espelhando as múltiplas aspirações sociais que agora podiam vir à luz. De outro, ninguém estava seguro de que a democracia prosperaria sem retrocessos.

Assim, a Carta de 1988 terminou por dar forma à agenda reformista gestada durante a longa transição e que contemplava não só a garantia das liberdades fundamentais e as regras que assegurariam a competição política sem travas, como também as aspirações de justiça social e desenvolvimento com redistribuição, ou seja, tudo aquilo que o autoritarismo bloqueara. Por outro lado, como o futuro parecia incerto, tratou-se de garantir uma ampla gama de direitos — civis, políticos e sociais —, transformando-os em dispositivos constitucionais.

A Constituição nasceu assim programática e extensa, indo muito além do estabelecimento das regras básicas da convivência democrática para avançar no terreno concreto das políticas públicas (Couto & Arantes, 2006); foi, a um só tempo, um conjunto de regras do jogo e um projeto detalhado e generoso de sociedade a justificar o qualificativo de cidadã.

Desde seu nascimento, a Constituição de 1988 produziu polêmica. Não foram poucos os que à época a consideraram insuficiente para impulsionar mudança social progressista. Por essa razão,

o jovem Partido dos Trabalhadores (PT) se absteve de aprová-la. Outros imaginaram que suas regras minuciosas seriam obstáculo ao funcionamento da economia e, em consequência, à governabilidade.

Com o passar do tempo, foi-se chegando a uma apreciação mais matizada das suas qualidades e limitações. De um lado, os mesmos constituintes que promoveram a constitucionalização de temas que cabiam melhor em agendas de políticas governamentais tornaram as emendas constitucionais um recurso à mão de presidentes capazes de formar maioria qualificada no Congresso. De outro lado, asseguraram enquadramento generoso para o reconhecimento de direitos de minorias antes ignoradas e para a reforma progressista do sistema de proteção social.

Na verdade, durante os 30 anos de existência, a Constituição de 1988 mostrou flexibilidade para acompanhar as mudanças na agenda de políticas públicas, deu um norte para a caminhada rumo ao progresso social, ao mesmo tempo que proporcionava balizas para que os conflitos de interesses e visões existentes na sociedade pudessem ser processados segundo as regras do jogo democrático.

Com o benefício do tempo, estudos importantes trataram de forma mais equilibrada das consequências de nosso arranjo constitucional (Ver, entre outros, Melo, 2002; Ridenti, Brandão & Oliven (orgs.), 2013; e Vieira, 2018). Os quatro artigos incluídos neste dossiê fazem parte dessa linhagem de estudos que discutem a importância e as vicissitudes da Constituição de 1988 em diferentes áreas. Eles estão longe de esgotar o assunto, mas são bem-vindos quando começamos a viver momento especialmente delicado de nossa vida constitucional.

Maria Herminia Tavares de Almeida é pesquisadora sênior do Cebrap e professora titular aposentada do departamento de Ciência Política da FFLCH-USP e do Instituto de Relações Internacionais da mesma universidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Couto, C. G. & Arantes, R. B. "Constituição, governo e democracia no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21 (61), 2006, pp. 41-62.

Melo, M. A. *Reformas constitucionais no Brasil: instituições políticas e processo decisório*, Rio de Janeiro: Revan, 2002.

Ridenti, M.; Brandão, G. M. & Oliven, R. (orgs.). *A Constituição de 1988 na vida brasileira*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2013.

Vieira, O. V. *A batalha dos poderes*. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

CC BY

O investimento em educação e pesquisa sempre foi uma das forças motrizes da **Fundação Carlos Chagas** (FCC), que, ao longo de sua história, tem sido protagonista de muitas ações no campo educacional.

Por meio de seu Departamento de Pesquisas Educacionais, a FCC tem se dedicado a programas de investigação sobre temas direta ou indiretamente relacionados à educação, envolvendo avaliação, seleção de pessoas, políticas públicas, formação e trabalho docente, direitos sociais, relações etárias, de gênero e raciais.

CADERNOS DE PESQUISA (CP), ESTUDOS EM AVALIAÇÃO EDUCACIONAL (EAE) e TEXTOS FCC são publicações da FCC que divulgam a produção científica do campo educacional.

Além dessas publicações, a FCC apoia e financia a revista NOVOS ESTUDOS CEBRAP.

Fundação Carlos Chagas | fcc.org.br

DO COMPROMISSO MAXIMIZADOR À RESILIÊNCIA CONSTITUCIONAL

http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201800030003

Oscar Vilhena Vieira*
Ana Laura Pereira Barbosa**

RESUMO

Este artigo revisita o contexto e as disputas políticas ocorridas durante a Assembleia Constituinte de 1987-1988 com o objetivo de identificar fatores institucionais que ajudem a explicar as características da Carta por ela promulgada e a justificar a preservação do cerne desta, a despeito da intensa série de emendas ao longo dos 30 anos de sua existência.

PALAVRAS-CHAVE: *Assembleia Constituinte;* design *institucional; sistema político.*

From the Maximizing Commitment to the Constitutional Resilience

ABSTRACT

This article revisits the context and the political struggles during the Constituent Assembly of 1987-1988, in order to explain the characteristic traits of the Constitution it drafted and to justify why the core of its text remained preserved despite the several amendments approved throughout the thirty years of its existence.

KEYWORDS: *Constituent Assembly; institutional design; political system.*

[*] Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: oscar.vilhena@fgv.br

[**] Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: ana.laura.barbosa@usp.br

O COMPROMISSO MAXIMIZADOR

A Constituição é uma norma superior voltada a habilitar a competição política, regular o exercício do poder e a alternância nele, assim como assegurar o Estado de direito e os princípios básicos de justiça que regulam as relações entre as pessoas e entre elas e o Estado. Sua principal função é contribuir para que a sociedade coordene democraticamente seus conflitos.

A atual Constituição brasileira resultou do mais amplo e democrático pacto firmado na história do país entre os múltiplos atores políticos e institucionais, setores e classes sociais. A reconstitucionalização brasileira não decorreu de uma ruptura com o antigo regime, mas foi parte essencial do processo de transição a que deu forma jurídica.

Participaram do momento constituinte tanto as diversas forças democratizantes como aquelas que apoiaram e se beneficiaram do regime autoritário. Isso explica sua natureza compromissária. A elaboração da Carta Magna deu-se num contexto de forte desconfiança, fragmentação política e ausência de uma visão hegemônica sobre o país. Esse ambiente explica por que, de modo geral, os diversos atores buscaram maximizar interesses, prerrogativas e aspirações próprios, entrincheirando-os no corpo constitucional. O resultado dessa estratégia foi uma Constituição ampla, detalhista, ambiciosa e, em muitos aspectos, contraditória. Daí a ideia de um compromisso maximizador.

Por um lado, surgiu uma Constituição com ímpeto transformador, que incluía uma generosa carta de direitos, voltada a enfrentar tanto o passado imediato do autoritarismo quanto um legado mais profundo de desigualdade, pobreza e subdesenvolvimento. A desconfiança no legislador, assim como no Executivo, levou à ampla inserção de políticas públicas no texto constitucional visando a ampliar o acesso à educação, à saúde e à assistência social, além de assegurar atenção especial a grupos vulneráveis.

Por outro lado, o texto apresenta uma série de cláusulas regressivas, baseadas na forte cultura corporativista e patrimonialista do país e voltadas a concentrar renda e poder por intermédio de uma série de privilégios e interesses de estamentos burocráticos e de setores econômicos.

Em termos políticos, a estratégia foi a dispersão do poder. Além de um complexo regime federativo, adotou-se um modelo presidencialista que, para funcionar, depende de uma ampla, custosa e eventualmente heterogênea coalizão parlamentar. A adoção do voto proporcional com lista aberta, em grandes distritos eleitorais, levou a uma previsível hiperfragmentação partidária e à ampliação dos custos eleitorais, além de uma crescente heterogeneidade nas coalizões governamentais.

A questão que intriga é por que uma Assembleia Constituinte composta predominantemente de políticos profissionais, que após o término dos trabalhos permaneceriam no Congresso ou buscariam postos no Executivo, elaborou um texto que limitaria tanto o espaço de liberdade da política cotidiana? Por que experientes parlamentares optaram por uma Constituição que restrin-

giu o poder do Legislativo e do Executivo, em seus diversos níveis, naquilo que compõe a essência da política institucional, que é o poder de arbitrar conflitos distributivos, decidir sobre temas importantes da economia, da administração, da moralidade, da política criminal etc.? Ao constitucionalizar tantos temas e políticas (Vieira, 1997, p. 59; Couto e Arantes, 2006, pp. 41-62), ou seja, transformá-las em questão de direito, transferiu-se para as instituições de justiça um poder que tradicionalmente pertencia ao campo da política. Mais que isso, fortaleceu o judiciário, atribuiu novas e inusitadas competências ao Ministério Público, além de conferir poderes sem precedentes ao Supremo Tribunal Federal. Tudo em detrimento da própria política a ser levada a cabo pelo parlamento de forma ordinária (Ackerman, 1991). Como explicar esse fenômeno, a partir da perspectiva de que políticos são atores racionais, maximizadores de seus próprios interesses?

Uma segunda questão que também parece paradoxal no processo constituinte brasileiro é: como uma Constituinte congressual formada, na maioria, por políticos de perfil moderado e conservador, cujo trabalho não passaria por nenhum processo de ratificação popular, produziu um documento considerado progressista ou, ao menos, mais progressista que o perfil daqueles que a elaboraram?

As respostas a algumas dessas perguntas podem estar associadas aos seguintes fatores: *alto grau de desconfiança* entre os atores políticos, de modo similar ao argumento sustentado por Ginsburg (2003) e Knight (2001); surpreendente *participação popular* na primeira etapa da Constituinte, favorecida pelas regras regimentais; *ausência de um projeto hegemônico* que servisse de fio condutor da Constituição a ser elaborada; *elevada fragmentação partidária* (e intrapartidária, no caso do PMDB); por fim, *forte corporativismo, patrimonialismo* e, de maneira mais abrangente, *desenvolvimentismo*, teias de caráter estruturante da cultura política nacional que não poderiam estar ausentes de um processo de coordenação política e social dessa magnitude.

Os tópicos 1 e 2 deste texto contextualizam o período que antecedeu a Constituinte e os debates sobre seu formato. O tópico 3 descreve o cenário de fragmentação partidária e a origem do Regimento Interno da Assembleia, tendo este último, como demonstrado no tópico 4, possibilitado a intensa participação popular na primeira etapa do processo de elaboração da Constituição. Mesmo a reação da ala conservadora, descrita no tópico 5, não foi capaz de lograr alterações substanciais no primeiro texto aprovado. O tópico 6 propõe uma hipótese explicativa para a resiliência do texto constitucional, que preserva sua essência a despeito das mais de cem alterações por que passou desde então.

1. A TRANSIÇÃO

Processos de transição democráticos envolvem, simultaneamente, o colapso do regime ditatorial vigente e a institucionalização da incerteza característica da democracia. No regime democrático, nenhum ator é capaz de antecipar completamente se os resultados atenderão a suas expectativas ou intervir neles (Przeworski, 1986, p. 57). Isso aponta para a importância dos acordos que determinarão o arranjo institucional.

Os acontecimentos prévios à Constituinte e particulares a nossa transição democrática contribuíram para aumentar a atmosfera de desconfiança. Entre o fim da década de 1970 e início da década de 1980, relevantes atores na política e na sociedade civil defendiam ou passaram a defender a reconstrução da democracia e a reconstitucionalização. A luta foi abraçada por um grupo progressista de profissionais em defesa de presos políticos e pelo combate ao cerceamento de liberdades civis. Em 1977, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) fechou a decisão por apoiar o movimento pela nova Constituinte. Na mesma época, a Ordem dos Advogados do Brasil (Rocha, 2013, p. 41) e a Igreja Católica, que originalmente apoiaram o regime instituído pelo golpe de 1964, passaram a se afastar dele. A oposição ao autoritarismo também foi favorecida pelo fortalecimento do movimento sindical, que surgiu como uma nova força política, bem como pelo resultado das eleições estaduais de 1982, em que não somente se elegeram representantes da oposição como se conferiu base institucional para a redemocratização. Isso porque abriu-se portas para que outros atores passassem a influenciar o jogo político (Kinzo, 2001).

Com a proposta de emenda à Constituição do deputado Dante de Oliveira, iniciou-se uma ampla mobilização da sociedade civil em torno da ideia de eleições diretas para a Presidência da República, no movimento conhecido como "Diretas Já". Sob forte pressão dos militares, contudo, a emenda ficou a 55 votos dos dois terços necessários para sua aprovação. Apesar da derrota, a energia política decorrente da frustração com o fracasso do movimento foi canalizada para a decisão no Colégio Eleitoral. Saíram vitoriosos nas eleições Tancredo Neves e seu vice José Sarney, integrantes da chapa que unia a oposição moderada a uma dissidência do regime.

Logo após a vitória, Tancredo chegou a convocar um debate sobre a nova Constituição, o que fez disparar inúmeras iniciativas pelo país. Tancredo, porém, não chegou a tomar posse, assumindo em seu lugar, em 15 de março de 1985, José Sarney, que havia sido um dos principais esteios civis do regime militar. A derrota das "diretas" e a morte de Tancredo Neves colaboraram não apenas para o aumento da frustra-

ção como para a desconfiança entre os diversos partidos e políticos de orientações ideológicas diversas que posteriormente se encontraram durante o processo constituinte.

2. MOMENTO CONSTITUINTE

A posse de Sarney ocorreu num contexto de grande frustração política e social. A Constituinte se tornou, então, o espaço para onde convergiram as energias das forças interessadas em transformar a sociedade e o Estado brasileiro.

Havia naquele momento um intenso debate entre os atores políticos — e, especialmente, os juristas — sobre o melhor formato para a convocação da Assembleia Constituinte. De um lado, políticos e juristas mais conservadores, muitos deles ligados a Sarney desde o tempo da União Democrática Nacional (UDN), como Afonso Arinos e Célio Borja (Rocha, 2013, p. 57), já vinham defendendo que era desnecessário convocar uma assembleia exclusiva e soberana. Dado o caráter pacífico do processo de transição, sem ruptura da ordem institucional, bastaria conferir ao Congresso Nacional poderes especiais para reformar a Carta de 1969. Daí o conceito de "Constituinte instituída". Por trás do argumento jurídico estava, evidentemente, a tentativa de manter o processo de reconstitucionalização sob controle dos profissionais da política simpáticos ao regime militar, sempre bem assessorados pelos *juristas da coroa*.[1]

[1] O termo "juristas da coroa" faz alusão a juristas que se subordinam e servem ao poder político, e tem sua maior expressão na figura de Carl Schmitt na Alemanha Nazista (Wolin, 1992).

Já a proposta do campo da sociedade civil (Martínez-Lara, 1996, p. 86), dos chamados "autênticos" do MDB e mesmo de outras correntes políticas mais progressistas era uma Constituinte soberana e exclusiva. Raymundo Faoro publicou o precioso *Assembleia Constituinte: a legitimidade recuperada* (1981), em que apresentava um robusto argumento em favor de uma Constituinte exclusiva como única via para a reconstrução da legitimidade do poder. A tarefa dela seria elaborar uma nova Constituição, sem qualquer limitação por parte dos poderes constituídos, e não simplesmente remendar a antiga. Feito isso, a assembleia seria dissolvida. Do ponto de vista estratégico, o que se buscava era isolar a Constituinte do governo e, na medida do possível, desestimular a participação de políticos profissionais e atrair lideranças sociais. Tentava-se, assim, criar um ambiente mais propício à deliberação de natureza constitucional, que se refere à definição das regras que governarão a política e dos princípios de justiça que pautarão a vida da comunidade.

Em junho de 1985, o presidente José Sarney encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de emenda constitucional, propondo a convocação de uma Constituinte congressual ou "instituída", nos termos empregados pelo senador e jurista Afonso Arinos de Mello Fran-

co. Sua aprovação imporia mais uma derrota aos progressistas: a tarefa de revisão da Constituição seria atribuída ao *establishment* político, sem maior participação da sociedade. Numa estrutura ainda marcada pela forte centralização do poder nas mãos do Executivo, isso significaria, na prática, que Sarney conduziria a elaboração do novo texto.

O deputado Flavio Bierrenbach, do PMDB de São Paulo, apresentou, no entanto, um substitutivo em sentido contrário aos objetivos do governo. O texto previa até um plebiscito para que o povo escolhesse se a Constituinte seria congressual ou exclusiva, além de propor diversos mecanismos voltados a diferenciar o processo constituinte do processo político ordinário. Derrotado, o deputado foi afastado da relatoria, de modo constrangedor, por Ulysses Guimarães. Em 22 de setembro de 1985 foi aprovada a Emenda Constitucional n. 26, que determinava que a legislatura federal a ser eleita em novembro de 1986 teria poderes constituintes.

Sarney também cumpriu o compromisso de Tancredo e estabeleceu, ainda em 15 de julho de 1985, a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, logo batizada de Comissão Arinos, seu idealizador, ou "Comissão de Notáveis", que denotava de forma irônica o perfil elitista de seus componentes. O grupo, no entanto, surpreendeu a todos, apresentando uma proposta bastante progressista para o perfil de seus membros. Além de direitos compatíveis com um regime social democrata, propunha um sistema parlamentarista e a redução do mandato presidencial para quatro anos. O resultado entregue ao presidente Sarney era tão contrário a suas expectativas que ele se negou a encaminhá-lo como sugestão do Executivo ao Congresso Nacional. Embora o projeto da Comissão de Notáveis não tenha desempenhado uma função oficial, o texto circulou amplamente entre os constituintes (Rocha, 2013, p. 64).

3. INSTAURAÇÃO DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

As eleições para a Assembleia Constituinte ocorreram em 15 de novembro de 1986, sob um marco institucional de plena liberdade partidária. Sua instalação ocorreu em 1º de fevereiro de 1987. O resultado do processo foi diretamente influenciado pela adoção do Plano Cruzado, voltado à estabilização da economia, que gerou uma ampla, ainda que fugaz, popularidade para o governo. A vitória do PMDB foi acachapante, tanto no âmbito das eleições estaduais como na composição da Constituinte. O partido obteve 306 cadeiras das 559 disponíveis. Foi seguido de PFL (132), PDS (38), PDT (26), PTB (18), PT (16), PL (7), PDC (6), PCB (3), PCdoB (3), PSB (2), PSC (1) e PMB (1) (Pilatti, 2008, p. 23). Essa composição não deve, no entanto, passar a impressão de que o PMDB consistia numa força hegemônica na Constituinte. Além de sua tradicional fragmentação interna, que sobrevive

até hoje, o PMDB havia tido um inchaço artificial de seus quadros nos anos anteriores, pois políticos oriundos das mais distintas origens ideológicas viam na adesão ao partido uma oportunidade para apagar seus vínculos com o regime militar.

Após a instauração da Assembleia Constituinte, Ulysses Guimarães foi eleito seu presidente, obtendo 425 votos, contra 69 atribuídos ao deputado Lisânias Maciel, do PDT do Rio de Janeiro (Pilatti, 2008, p. 28). Ulysses se estabelece, assim, como o grande coordenador do processo constituinte e ponte de diálogo entre os setores progressistas, moderados e conservadores na Assembleia.

A primeira grande batalha veio com a determinação das regras que iriam ordenar o trabalho. Havia uma sugestão de se adotar regras semelhantes às que imperaram na Constituinte de 1946. Esta havia funcionado com uma comissão de parlamentares que colhia subsídios para depois apresentar um primeiro projeto de texto aos colegas de parlamento. A proposta foi duramente rechaçada pela maioria dos constituintes, que temia ficar alienada do processo. As experiências constituintes anteriores haviam sempre partido de algum documento básico, como explica Afonso Arinos, e depois encaminhada por um grupo mais restrito dentro da Assembleia. O clima de 1987 indicava, no entanto, uma dificuldade muito maior de realizar um pacto entre elites, lavrado pelo estamento de juristas com sua enorme força no desenho das instituições brasileiras.

A redação do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte foi atribuída ao senador Fernando Henrique Cardoso, do PMDB de São Paulo, com o apoio dos deputados Nelson Jobim, do PMDB do Rio Grande do Sul, e Bonifácio de Andrada, do PDS de Minas Gerais. O resultado foi um documento inovador, que constituiu a primeira vitória do campo progressista na Assembleia, ao permitir que o processo constituinte se tornasse mais permeável à participação da sociedade civil do que pretendia o governo.

O processo se dividiria em duas etapas. Na primeira delas, os constituintes seriam distribuídos em oito comissões temáticas, cada uma subdividida em três subcomissões, perfazendo um total de 24. Segundo Nelson Jobim (1994), essas comissões e subcomissões temáticas foram definidas como denominador comum após ele e um grupo de constituintes se debruçarem sobre títulos e capítulos de um pequeno conjunto de constituições estrangeiras e das constituições brasileiras anteriores, reunidos em uma publicação do Senado Federal.

O anteprojeto resultante do trabalho dessas comissões e subcomissões seria remetido à Comissão de Sistematização, que, por fim, prepararia o primeiro projeto de Constituição e o remeteria ao plenário da Assembleia. Começaria, então, a segunda fase do processo, com debates e votações naquela instância. Aqueles que quisessem derrubar

os dispositivos do texto apresentado pela Comissão de Sistematização precisariam, nessa fase, conseguir os votos da maioria absoluta (280 ou mais) dos constituintes (Pilatti, 2008, pp. 49-62).

Afirma-se que a Assembleia Constituinte teria assumido um caráter descentralizador na elaboração da matéria constitucional, mas centralizado nas etapas de sistematização e votação em plenário (Gomes, 2006, p. 195). Foi essa característica que possibilitou incluir as mais diversas matérias no primeiro projeto, as quais se mantiveram, em grande medida, no texto final.

4. PACTO SOCIAL-CORPORATIVO

As franquias abertas pelo regimento subverteram por completo a intenção do governo de ter uma Constituinte sob estrito controle dos políticos. Na primeira fase, quem dominou o processo foram as organizações da sociedade civil, os sindicatos e as corporações, além de novos movimentos emergentes. Em síntese irônica, o jurista Miguel Reale Jr. (2003), assessor da presidência da Assembleia, afirmou que, "da tanga à toga", todos passaram por lá.

A falta de confiança da sociedade na classe política — e da classe política em si mesma — favoreceu uma busca generalizada pela maximização dos interesses próprios, entrincheirando-os na Constituição. Prevaleceu uma estratégia de garantias no curto prazo, em detrimento da adoção de uma Constituição mais procedimental, que transferiria ao sistema político e às futuras gerações o poder de conformar gradualmente a vida política, econômica e social brasileira.

O regimento conferia às 24 subcomissões e às oito comissões a que elas se subordinavam o poder de colher projetos dos constituintes, receber propostas de iniciativa popular e realizar audiências públicas, que seriam depois alinhavadas pela Comissão de Sistematização. Os relatores, escolhidos pelas lideranças partidárias, tinham enorme grau de liberdade para acomodar no texto todas essas propostas. Como líder do PMDB, maior bancada da Constituinte, Mário Covas indicou relatores das comissões e subcomissões afinados com uma posição mais progressista, causando grande desconforto nas bancadas mais conservadoras (Pilatti, 2008, pp. 64-5).

Em consequência da estrutura do processo constituinte, o conteúdo da agenda de discussão constitucional foi sendo definido em meio à disputa política. Estima-se que cerca de 9 milhões de pessoas passaram pela Constituinte entre março e novembro de 1987. Realizaram-se 182 audiências públicas, e 11.989 propostas e 6.417 emendas e anteprojetos foram encaminhados (Abreu, 2001). Nessa etapa a Constituinte funcionou como um verdadeiro aspirador de demandas sociais, por vinte anos reprimidas pela ditatura e pela enorme frustração com a

derrota da campanha das Diretas. As mobilizações nesse período não se limitaram às organizações da sociedade civil, ao movimento sindical e aos movimentos sociais, que tinham se fortalecido imensamente durante o período de transição. Foi também a oportunidade para a inclusão, no texto, de interesses específicos de natureza corporativista, patrimonialista ou desenvolvimentista, como a proteção à empresa nacional e a uma série de monopólios em atividades econômicas, o princípio da unidade sindical ou inúmeras prerrogativas de categorias de servidores públicos, enraizados na cultura política brasileira e nas estruturas do Estado. A garantia de uma vitória constitucional, naquele momento, era vista como não só mais factível mas também mais permanente e completa que uma vitória na legislação ordinária — afinal, uma lei ordinária poderia ser modificada com maior facilidade (Martínez-Lara, 1996, p. 87).

Assim como ocorrera na Comissão Afonso Arinos, apesar da maioria de moderados e conservadores na Constituinte, os setores mais à esquerda se beneficiaram da imensa mobilização social e inseriram nos respectivos projetos temáticos muitas de suas demandas sociais, econômicas e corporativas. O fato de o processo constituinte ter se iniciado de forma tão inclusiva, a partir de áreas temáticas razoavelmente bem definidas, favoreceu uma intensa pressão sobre os parlamentares em cada comissão e subcomissão, ampliando as questões a compor o novo tecido constitucional brasileiro. A Constituição incorporou uma ampla gama de direitos de natureza difusa, em áreas como meio ambiente, patrimônio histórico e cultural e consumo, assim como direitos de crianças e adolescentes ou idosos, que não se encontravam presentes no sistema jurídico ou em ordens constitucionais anteriores. Também temas tradicionais, mas que não eram objeto de matéria constitucional, subiram na hierarquia legal. Tópicos de processo, direito civil, tributário ou previdenciário passaram a ocupar um espaço muito mais amplo na Constituição que em cartas anteriores.

Entre os grupos de interesse mais atuantes à época, os movimentos dos trabalhadores defenderam pautas como a não ingerência do Estado sobre a organização do trabalho, a liberdade sindical e os direitos à greve, à liberdade de reunião e à estabilidade no emprego. Parte do empresariado concentrava-se na defesa de propostas relacionadas ao repertório nacional desenvolvimentista, embora alguns setores residuais demandassem um figurino mais liberal.

Nos debates sobre reforma agrária, ruralistas atuavam em defesa do direito à propriedade privada independentemente das noções de função social, contrapondo-se à pressão do movimento dos sem-terra pela aprovação de propostas concretas de reforma. O objetivo destes últimos era que as medidas aprovadas tivessem a maior especificidade possível, de modo a garantir a autoaplicabilidade. Os

ruralistas, por sua vez, incluíram gradualmente em suas pautas outras demandas específicas, como o perdão dos juros de empréstimos contraídos por empresas rurais durante o Plano Cruzado. Já os militares se esforçavam pela manutenção de prerrogativas no governo (Martínez-Lara, 1996).

É evidente que esse volume de projetos transformaria numa tarefa hercúlea o trabalho das comissões temáticas e da Comissão de Sistematização, que tinha como relator o deputado Bernardo Cabral, do PMDB do Amazonas, e como presidente o senador Afonso Arinos, do PFL do Rio de Janeiro. Instalada em 9 de abril de 1987, essa comissão recebeu os sete anteprojetos das comissões temáticas apenas em 17 de junho. Além de reunir os anteprojetos, o relator deveria analisar as propostas de iniciativa popular e conceder audiências públicas a seus defensores; aos membros da Comissão de Sistematização incumbia debater e definir, pelo voto da maioria, o texto a ser apresentado ao plenário.

Dado o imenso volume de informações, o trabalho tomou muito mais tempo que o imaginado originalmente. O primeiro texto produzido pelo relator, batizado de Frankenstein (Pilatti, 2008, p. 151), tinha nada menos que 501 artigos; foi sucedido pelo projeto zero, com 496 artigos, ao qual foram apresentadas 20.791 emendas. Esse período é marcado por uma enorme insatisfação tanto dos membros do plenário, que se encontravam desinformados e alienados do que ocorria no interior da Comissão de Sistematização, quanto do governo, que via a derrota sistemática de suas propostas. Foi também um período de intenso trabalho e negociação na comissão, que gerou, ao todo, nove projetos.

Apenas no dia 18 de novembro aprovou-se, enfim, um projeto na comissão, composto de 335 artigos, 271 deles formando as disposições permanentes e 63, as transitórias (Pilatti, 2008, p. 191). O resultado foi recebido de forma muito negativa por setores mais ligados ao mercado, assim como pelos segmentos mais conservadores da sociedade brasileira (Goulart, 2013, p. 186). A maior divergência dizia respeito à forma de governo presidencialista e ao tempo de mandato de Sarney.

5. O PACTO POLÍTICO

Insatisfeita com o projeto aprovado na Comissão de Sistematização, a ala conservadora da Constituinte reagiu. Surgiu assim o Centrão, articulação suprapartidária com o objetivo de capitanear mudanças no Regimento Interno para, com isso, lograr alterações substanciais do texto na fase de votação pelo plenário (Freitas *et al.*, 2009).

A primeira iniciativa do Centrão foi propor uma reforma do regimento. Pelo texto original, o projeto aprovado na Comissão de Sistematização só poderia ser derrubado pela maioria absoluta dos

constituintes em plenário. Ou seja, o ônus de obtenção da maioria recairia apenas sobre aqueles que foram derrotados na primeira etapa da Constituinte, que chamamos aqui de pacto social-corporativo. Havia uma percepção, por parte dos setores mais conservadores e governistas, de que a Comissão de Sistematização havia traído a confiança do plenário e aprovado, em seu nome, um texto muito distanciado daquilo que havia sido debatido em cada subcomissão e em cada comissão. Era, portanto, necessário mudar as regras, a fim de permitir a apresentação de emendas e criar certa paridade de armas, exigindo que também a defesa do texto contestado em plenário necessitasse de maioria absoluta de votos para ser vitoriosa.

A nova redação do regimento proposta pelo Centrão e amplamente negociada na virada do ano foi finalmente aprovada em 5 de janeiro de 1988 (Pilatti, 2008, p. 222). Uma das principais alterações foi a flexibilização para apresentação de emendas a títulos e capítulos, o que permitiria propor a alteração por completo daquilo que havia sido aprovado na sistematização. A outra foi a criação dos destaques para votação em separado (DVS), por meio dos quais um grupo de no mínimo 187 parlamentares poderia condicionar a manutenção da matéria constitucional destacada ao apoio da maioria absoluta em plenário. Transferia-se, assim, o ônus de obtenção da maioria absoluta aos que defendiam o texto aprovado na primeira etapa da Constituinte.

A vitória do Centrão em torno do Regimento Interno não lhe garantiu, porém, maioria absoluta no plenário para alterar cada decisão aprovada na primeira etapa. Não se tratava de um bloco coeso em relação às propostas. Da mesma forma, o chamado bloco progressista não tinha uma postura fechada em relação a todos os temas aprovados pelas comissões. Isso gerou um processo de barganha caso a caso, em que as fronteiras entre progressistas e conservadores não estava bem delimitada. Interesses regionais e corporativos se justapunham a afinidades ideológicas, o que dificultou o processo decisório.

Nesse momento, com a pressão do calendário e do aprofundamento da crise econômica, foi necessário criar mecanismos mais eficientes de coordenação política, que não substituíssem o plenário, mas facilitassem o processo decisório. A solução encontrada foi o fortalecimento do Colégio de Líderes. Esse colegiado, que reunia também os membros da mesa, selecionava os temas mais polêmicos, convocava os constituintes particularmente interessados e propunha uma solução para o impasse. Com isso foi possível aprovar no dia 5 de julho de 1988, após 732 votações e 119 sessões, aquele que veio a ser chamado de Projeto de Constituição B.

No segundo turno, as regras de votação se reequilibraram. Não mais era possível a apresentação de destaques por uma minoria, pois se exigira maioria absoluta para a aprovação do texto em primeiro tur-

no. Admitiam-se, nesse momento, apenas emendas supressivas ou voltadas a corrigir erros no texto. As armas voltaram a se igualar: a regra tanto para suprimir como para manter era a maioria absoluta. Com a perspectiva do impasse, as críticas por parte do governo e dos empresários aumentou.

Foi durante esse período que se intensificaram as tensões entre o presidente Sarney e o deputado Ulysses Guimarães. Em 26 de julho, Sarney partiu para o confronto público com a Assembleia Constituinte: em cadeia nacional de rádio e televisão, fez críticas contundentes ao conteúdo estatista do projeto e declarou que "os brasileiros receiam que a Constituição torne o país ingovernável".

A reação de Ulysses Guimarães foi imediata. Demonstrando enorme força de liderança, conseguiu 403 votos — contra apenas 13, havendo 55 abstenções — para a aprovação em bloco do Projeto B. Ao término da votação, fez um discurso histórico, em que afirmou: "A governabilidade está no social. A fome, a miséria, a ignorância, a doença inassistida é que são ingovernáveis". Com isso, quis deixar claro que a Constituição que se estava elaborando era fruto da vontade do povo.

O segundo turno de votação foi concluído em 2 de setembro de 1988, após 288 votações e 38 sessões (Pilatti, 2008, p. 306). O temor de uma crise institucional, o agravamento da crise econômica e a aproximação das eleições municipais certamente contribuíram para que as partes buscassem um consenso em torno dos temas mais polêmicos.

Ainda que o Centrão tenha sido vitorioso nas alterações regimentais e na aprovação de substitutivo na fase do plenário, mais da metade do texto constitucional foi gestado na fase de comissões. Deve-se, portanto, relativizar a influência das negociações ocorridas em plenário no produto final, pois pouco contribuíram para o detalhamento da Constituição (Praça e Noronha, 2012).

6. RESILIÊNCIA

Há uma longa tradição de crítica a constituições extensas, detalhistas e ambiciosas como a brasileira. O pensamento constitucional convencional considera como medida ideal as cartas liberais, em especial a concisa Constituição norte-americana de 1787. O ceticismo em relação a cartas magnas detalhistas e dirigentes parte da hipótese central de que existiria uma correlação causal entre conteúdo minimalista do texto e sua efetividade, sua aplicabilidade e sua longevidade. Para esse pensamento, haveria maior dificuldade para realizar os projetos normativos de constituições ambiciosas e transformadoras, o que levaria necessariamente à perda de autoridade e legitimidade com o tempo. O fato de serem detalhistas certamente geraria antinomias, o que prejudicaria sua aplicação. Por fim, textos extensos e detalhistas

ficariam obsoletos mais rapidamente e, por isso, exigiriam constantes reformas, até que, desconfigurados, precisassem ser substituídos.

A Constituição Brasileira de 1988 foi, desde sua adoção, criticada com base nesse triplo diagnóstico negativo. Em primeiro lugar, considerou-se que sua ambição normativa levaria a uma enorme frustração social, na medida em que o Estado não seria capaz de cumprir com as promessas constitucionais (crítica da ineficácia material). Os juristas alertavam para as diversas imperfeições e contradições normativas, que levariam a constantes crises e conflitos interpretativos. Apontavam também que sua incompletude demandaria uma constante atuação do legislador. Em face do baixo grau de confiança no parlamento, isso certamente contribuiria para que a Constituição se tornasse inoperável (crítica da confusão normativa). Por fim, também se apontava que a amplitude temática e o detalhamento de conteúdo a tornariam rapidamente obsoleta, exigindo constantes reformas até a levar a um falecimento precoce (crítica do engessamento).

A Constituição de 1988 de fato enfrentou e ainda enfrenta problemas de ineficácia material, de conflitos interpretativos e mesmo de excesso de reformas, como prognosticavam seus críticos. Contra todos os vaticínios, no entanto, ela vem se mostrando surpreendentemente resiliente. Conceito que aqui emprestamos livremente da física, resiliência é a propriedade que alguns materiais possuem de acumular energia quando exigidos ou submetidos a estresse, sem que ocorra ruptura ou modificação permanente de sua natureza. Perduram no tempo, retornando ao ponto de equilíbrio. Não são rígidos no sentido da intolerância a certas pressões, tampouco flexíveis no sentido de se modificar radicalmente diante delas. "Acomodam" estímulos e pressões, preservando sua função e sua identidade em diferentes ambientes.

Nestas três décadas a Constituição foi emendada 106 vezes, o que indica, por um lado, certa "instabilidade normativa". Por outro, no entanto, o texto demonstra enorme capacidade de adaptação. Cumpre destacar que a grande maioria dessas reformas não atingiu o cerne da Carta Magna. O sistema político e a carta de direitos encontram-se basicamente preservados. Talvez a maior alteração no campo dos direitos sociais tenha ocorrido somente 29 anos depois da promulgação da Constituição, com a aprovação, no governo de Michel Temer, da Emenda Constitucional nº 95/2016, que estabeleceu um teto para os gastos públicos. Isso afetou o sistema de vinculação orçamentária que financia parte dos direitos sociais, como educação e saúde.

Na esfera da separação de poderes, as duas principais modificações foram a autorização de reeleição para cargos executivos (Emenda nº 16, de 1997) e a reforma do Judiciário (Emenda nº 45, de 2004). O bloco constitucional, composto pelos direitos fundamentais, pelo

sistema democrático, pela federação e pelo sistema de organização dos poderes, ficou, portanto, preservado das inúmeras reformas aprovadas ao longo das últimas décadas.

A maior parte das reformas constitucionais se dirigiu a alterar a ordem econômica, as diversas políticas públicas e os regimes jurídicos de natureza estatutária. Não se deve minimizar o impacto de algumas dessas reformas sobre a identidade da Constituição. A Emenda nº 6, de 1995, por exemplo, deu início a uma profunda alteração do sistema econômico originalmente desenhado pelo constituinte, abrindo espaço para maior liberalização da economia, privatizações e integração ao mercado internacional.

Diversos elementos parecem ter contribuído para a resiliência da Constituição de 1988, entre os quais se destacam a amplitude e o detalhamento do texto e a conjugação de um duplo patamar de rigidez constitucional, que detalharemos adiante: adotam-se critérios hiperestritos para a proteção do cerne do texto, por meio do artigo 60, § 4º, e critérios bastante flexíveis para a alteração dos demais dispositivos da Constituição.

Como explicam Elkins *et al.* (2009), a amplitude temática e o alto grau de detalhamento do texto da Constituição de 1988 podem, paradoxalmente, contribuir para aumentar a expectativa de vida dela. É muito mais fácil para atores políticos chegar a um consenso sobre a alteração de um ponto específico de uma Constituição detalhista que negociar os grandes princípios de uma concisa. Sobre temas específicos, é possível estimar as consequências do que se pretende modificar. O mesmo não pode ser feito da mudança de normas constitucionais mais amplas. Quando associamos detalhamento da Constituição e flexibilidade para reformá-la, a tendência é de que o texto seja submetido a um constante processo de adaptação.

Muito embora a Constituição de 1988 seja extensa e detalhista, várias de suas normas são incompletas, exigindo uma atuação intensa do legislador ordinário para que possam ser implementadas. O texto constitucional também inclui inúmeros princípios abstratos que reclamam a mediação do legislador para que possam exercer sua força normativa. Incompletude e abertura do texto impõem uma constante atuação parlamentar para resolver a tensão entre princípios e complementar a vontade constitucional. Reclamam, ainda, uma ampla atuação do Judiciário na solução de conflitos não resolvidos no decorrer do processo constituinte e alimentados pela luta de diversos setores da sociedade para implementar metas ambiciosas e muitas vezes ambíguas. Essa necessidade de contínua complementação permite que o sentido da Constituição seja constantemente atualizado pela legislação ordinária e mesmo por sentenças judiciais, sem a necessidade de alteração do texto constitucional.

A grande capacidade de adaptação formal da Constituição de 1988 deriva, no entanto, do sistema de reforma adotado pela Constituinte. Conscientes da necessidade de mudanças periódicas em um texto tão amplo, os formuladores da Constituição de 1988 adotaram dois padrões de rigidez para alteração de seus dispositivos. A regra geral é bastante flexível: basta que 3/5 de deputados e senadores, em dois turnos de votação, estejam dispostos a alterar o texto para que ele possa ser modificado. Assim, coalizões minimamente consistentes não tiveram maiores dificuldades para modificar os dispositivos constitucionais, em especial os de menor relevância e que tratem de tópicos muito específicos, nos quais seja mais fácil calcular perdas e ganhos decorrentes da mudança. Essa flexibilidade encontra limites, no entanto, no sistema de proteção aos pilares fundamentais que organizam o edifício constitucional de 1988, estabelecido pelo artigo 60, § 4º. De acordo com esse dispositivo, não podem ser objeto de deliberação propostas de emenda "tendentes a abolir" a forma federativa, o voto (a democracia), a separação de poderes e os diretos e as garantias individuais. Garante-se, assim, um patamar superior de proteção ao bloco constitucional brasileiro, quando comparado aos demais dispositivos da Constituição. Não seria incorreto afirmar, portanto, que temos um bloco constitucional super-rígido, circundado por dispositivos constitucionais mais flexíveis. A facilidade em reformar estes últimos, assegurando a preservação dos princípios basilares da arquitetura constitucional, permitiu uma intensa atualização, sem que a identidade do texto fosse alterada.

Diversos outros fatores de natureza política e institucional contribuíram para a resiliência demonstrada pela Constituição de 1988. A forte participação dos múltiplos setores da sociedade durante sua elaboração, assim como a estratégica incorporação de interesses ao texto, favoreceram um grau de lealdade constitucional desconhecido na história brasileira. A ideia de "Constituição cidadã", formulada por Ulysses Guimarães, sintetiza a natureza inclusiva do processo constituinte. Se associarmos a isso o forte corporativismo que permeou os trabalhos da Assembleia, teremos uma multiplicidade de atores engajados em assegurar a sobrevivência da Constituição, ainda que não em sua integralidade. Nesse sentido, o processo constituinte nunca se encerrou, ao menos no que se refere a suas cláusulas periféricas. A incompletude do texto manteve os atores políticos em permanente disputa para determinar o sentido da Constituição, reforçando sua centralidade como eixo ou agenda a pautar a realização da política. Até as eleições de 2014, não pairava qualquer dúvida sobre a lealdade de todas as forças políticas relevantes ao regime constitucional estabelecido em 1988. A flexibilidade textual, associada ao presidencialismo de coalizão, facilitou, ao menos nas duas primeiras décadas de vida da

Constituição, a formação de alianças supramajoritárias. Isso permitiu que o texto fosse constantemente atualizado, sem colocar em risco seu cerne, protegido pelas cláusulas pétreas.

CONCLUSÃO

Os protestos que tomaram as ruas das principais cidades brasileiras em junho de 2013, no entanto, iniciaram um perigoso processo de desestabilização do sistema político brasileiro originado do pacto constitucional que selou a transição democrática, ainda que não tenha sido esse o objetivo dos que foram às ruas.

Ao contrário, as manifestações expressaram uma surpreendente disposição de muitos setores da sociedade, em especial dos mais jovens, para exigir o cumprimento das promessas inscritas na Constituição de 1988 nos campos dos direitos, da democracia e do Estado de direito. O que se demandava era maior oferta e qualidade na educação, na saúde e no transporte, um sistema político mais íntegro e representativo e, por fim, a aplicação da lei a todos, sem distinção. Em resumo, demandava-se um aprofundamento do ensaio constitucional, não seu abandono.

Os protestos, no entanto, expuseram diversas tensões que foram se aprofundando ao longo das décadas. A primeira delas, de natureza institucional, se refere ao crescente atrito entre as elites políticas, organizadas em torno do presidencialismo de coalizão — degradado pela hiperfragmentação partidária e corrupção eleitoral —, e o estamento jurídico, que efetivamente se tornou cada vez mais autônomo, em especial a partir do julgamento do "mensalão". Em alguma medida, ficou clara a dificuldade de se conciliar um Estado de direito autônomo com um sistema político capturado pela corrupção.

A segunda tensão que aflorou a partir das revoltas de 2013 está associada às dificuldades cada vez maiores dos governos para arbitrar conflitos de natureza distributiva. Com o declínio da atividade econômica, tornou-se ainda mais complicado sustentar, simultaneamente, os gastos vinculados a políticas públicas e direitos sociais — que beneficiam os mais pobres — e as crescentes despesas decorrentes de privilégios, interesses setoriais e corporativos, especialmente na previdência, assim como desonerações e perdões fiscais, que favorecem os mais ricos. A explosão do déficit público e a crise nos serviços básicos à população são a expressão do acirramento desse conflito distributivo.

Em 2014 houve uma polarizada e conflitiva eleição, marcada pela conduta irresponsável do partido governista, que contribuiu para o agravamento da crise fiscal, com acentuado impacto sobre o emprego e as políticas sociais. A vitória de Dilma Rousseff foi contestada de maneira igualmente irresponsável por Aécio Neves, abrindo um

perigoso precedente de descompromisso com o resultado do pleito eleitoral num sistema de competição política que já se tomava como estabilizado. Aécio acusou a chapa vitoriosa de uma série de abusos no processo eleitoral que, depois se soube, ele também havia cometido.

A partir de então, o embate político tornou-se mais duro e intolerante. A competição eleitoral foi se radicalizando. O padrão conciliador foi substituído por uma postura conflitiva. Também o direito e suas instituições passaram a colidir com a política numa frequência antes desconhecida, instaurando um cabo de guerra entre o estamento jurídico e as elites políticas. Prerrogativas institucionais e mandatos políticos passaram a ser utilizados de forma mais incisiva, ora com o objetivo de assegurar o Estado de direito e a integridade do jogo democrático, ora apenas com a finalidade de debilitar adversários ou entrincheirar-se no poder, à margem de maiores considerações de interesse público.

Com a Operação Lava Jato, impulsionada pelos protestos, o país foi conhecendo um largo esquema de corrupção eleitoral, envolvendo os principais partidos políticos que ocuparam o poder desde o processo de redemocratização. As ruas voltaram a ser ocupadas em 2015, mas ao público indignado com a corrupção adicionaram-se setores com uma agenda claramente não democrática.

Uma sequência de acontecimentos gerou um perigoso desencantamento com a política: o contencioso *impeachment* de Dilma Rousseff; a ascensão de Michel Temer ao poder — a quem a Câmara dos Deputados e o Tribunal Superior Eleitoral asseguraram imunidade; a condenação de Lula, que levou o Partido dos Trabalhadores (PT) a desqualificar o sistema de justiça; e também a investigação, a denúncia e a condenação de outras figuras relevantes do sistema partidário. Esse conjunto de eventos abriu espaço para uma candidatura presidencial com um discurso abertamente refratário aos princípios e valores democráticos expressos na Constituição, colocando em risco a própria democracia.

Neste contexto de forte acirramento dos conflitos políticos, institucionais e distributivos, inclusive com graves atos de violência política, que coincide com o trigésimo aniversário da Constituição, passamos a experimentar um forte mal-estar em relação à capacidade do compromisso maximizador de manter a lealdade a ela por parte de todos os setores da sociedade e atores políticos e institucionais.

Considerando a centralidade adquirida pela Constituição na vida política e econômica brasileira, a superação desse mal-estar exigirá, necessariamente, a correção de rumos e a adoção de reformas que demandarão um novo consenso político. Não há dúvida de que necessitamos de um Estado mais eficiente e de um sistema político mais racional e menos vulnerável à corrupção, capaz de promover medidas

que favoreçam o desenvolvimento sustentável da economia e, sobretudo, o aumento do bem-estar da população. O próprio colapso da segurança pública demandará reformas. Também é certo que, sem a remoção de diversos benefícios e privilégios de natureza patrimonialista e corporativista, incrustrados nos sistemas tributário, previdenciário e de financiamento das atividades econômicas, os esforços de redução da desigualdade determinados pela Constituição serão neutralizados. O que está em jogo é quem irá perder.

Se há uma virtude intrínseca ao modelo constitucional adotado em 1988 é sua capacidade de adaptação, dentro das regras do jogo democrático. Com todas as suas idiossincrasias, o sistema político consensual montado na época da redemocratização do país promoveu uma constante repactuação das regras secundárias da Constituição, sem ameaçar a democracia. Essa virtude nada desprezível do modelo constitucional brasileiro tem especial valor em momentos de crise. Uma Constituição mais rígida já teria se rompido; uma mais flexível teria sido desfigurada pelas maiorias de ocasião.

Exatamente por estarmos no centro da tempestade, a Constituição continua sendo o caminho mais seguro para resolvermos nossas diferenças, coordenarmos nossos conflitos e superarmos nossas dificuldades, mesmo quando derivarem dos próprios dispositivos constitucionais. Como enfatiza Stephen Holmes, ao limitar certas condutas e proteger certos direitos, as constituições, paradoxalmente, contribuem para habilitar a democracia. Como não dispõem de um agente imparcial externo capaz de assegurar suas regras, as constituições dependem do compromisso dos diversos atores políticos e institucionais para sobreviver. Se é verdade que elas e seus guardiões jamais poderão substituir a política, também é fato que a condução da política à margem de regras e procedimentos constitucionais costuma degenerar em arbítrio e violência.

Oscar Vilhena Vieira é pós-doutor pela Universidade de Oxford (2007), doutor (1998) e mestre (1991) em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, mestre em Direito pela Universidade Columbia (1995). É professor e diretor da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito-SP), e fundador das organizações Conectas Direitos Humanos e Instituto Pro Bono de Advocacia de Interesse Público. Responsável pelos argumentos principais e pela redação do artigo.
Ana Laura Pereira Barbosa é mestranda em direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP) e pesquisadora da FGV Direito-SP. Colaborou na pesquisa e ajudou a preparar as várias versões do artigo.

Recebido para publicação
em 5 de outubro de 2018.
Aprovado para publicação
em 29 de novembro de 2018.

NOVOS ESTUDOS
CEBRAP
112, set.–dez. 2018
pp. 375-393

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, Alzira Alves. "Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988". In: _____; Beloch, Israel (orgs.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930.* Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/5742>. Acesso em: 18 ago. 2018.

Ackerman, Bruce. *We the people: foundations*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1993.

Couto, Cláudio Gonçalves; Arantes, Rogério Bastos. "Constituição, governo e democracia no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 61, 2006, pp. 41-62.

Elkins, Zachary *et al*. *The Endurance of National Constitutions.* Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

Faoro, Raymundo. *Assembleia Constituinte: a legitimidade recuperada.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

Freitas, Rafael *et al*. "Procurando o Centrão: direita e esquerda na Assembleia Nacional Constituinte 1987-88". In: Rezende, Maria Alice *et al.* (orgs). *A Constituição de 1988: passado e futuro*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2009.

Ginsburg, Tom. *Judicial Review in New Democracies: Constitutional Courts in Asian Cases.* Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

Gomes, Sandra. "O impacto das regras de organização do processo legislativo no comportamento dos parlamentares: um estudo de caso da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988)". *Revista de Ciências Sociais*, v. 49, n. 1, 2006, pp. 193-224.

Goulart, Jefferson. "Processo constituinte e arranjo federativo". *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 88, 2013, pp. 185-215.

Jobim, Nelson. "O Colégio de Líderes e a Câmara dos Deputados". In: Cebrap. *O desafio do Congresso Nacional: mudanças internas e fortalecimento institucional*. São Paulo: Cadernos de Pesquisa Cebrap, n. 3, 1994, pp. 37-59.

Kinzo, Maria D'Alva G. "A democratização Brasileira: um balanço do processo político desde a transição". *São Paulo Perspectiva*, v. 15, n. 4, Dec. 2001, pp.3-12

Knight, Jack. "Institutionalizing Constitutional Interpretation". In: Ferejohn, John *et al.* (orgs.). *Constitutional Culture and Democratic Rule.* Cambridge: Cambridge University Press, 2001, pp. 361-91.

Martínez-Lara, Javier. "Political Parties, Interest Groups and Constitutional Issues". In: _____. *Building Democracy in Brazil*. Londres: Palgrave Macmillan, 1996, pp. 62-88.

Pilatti, Adriano. *A Constituinte de 1987-1988: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2008.

Praça, Sérgio; Noronha, Lincoln. "Políticas públicas e a descentralização legislativa da Assembleia Constituinte Brasileira, 1987-1988". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 78, 2012, pp. 136-43.

Przeworski, Adam. "Some Problems in the Study of the Transition to Democracy". In: O'Donnell, Guillermo *et al*. (orgs.). *Transitions from Authoritarian Rule: Comparative Perspectives*, v. 3. Londres: The Johns Hopkins University Press, 1986.

Reale Jr., Miguel. "Pacto por ações concretas". *Folha de S.Paulo*, 11 out. 2003. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1110200309.htm>. Acesso em: 1º set. 2018.

Rocha, Antônio Sérgio. "Genealogia da Constituinte: do autoritarismo à democratização". *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 88, 2013, pp. 29-87.

Wolin, Richard. "Carl Schmitt: The conservative revolutionary habitus and the aesthetics of horror". *Political Theory*, v. 20, n. 3, 1992

Vieira, Oscar Vilhena. "A Constituição como reserva de justiça". *Lua Nova: revista de cultura e política*, n. 42, p. 53-97, 1997.

Vieira, Oscar Vilhena *et al*. *Resiliência constitucional: compromisso maximizador, consensualismo político e desenvolvimento gradual. São* Paulo: FGV Direito SP, 2013.

CC BY

ESTING AREA
ÁREA DE TESTE

TRINTA ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988: RAZÕES PARA COMEMORAR?[1]

http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201800030001

Marta Arretche*

RESUMO

A Constituição Federal (CF) de 1988 representou o resultado de uma bem-sucedida transição democrática inclusiva, pela qual mudanças paradigmáticas nas políticas sociais produziram a inclusão dos *outsiders*, mecanismo este que não apenas reduziu desigualdades como operou como um contrapeso aos efeitos da crise econômica. Por outro lado, a CF 88 também desenhou uma política tributária regressiva. Buscar o equilíbrio fiscal não requer desfazer as políticas inclusivas.

PALAVRAS-CHAVE: *Constituição de 1988;* outsiders*; inclusão; desigualdade; política social.*

Thirty Years with the 1988 Constitution: Do We Have Reasons to Celebrate?

ABSTRACT

The 1988 Federal Constitution (FC) concluded a successful inclusive democratic transition, where paradigmatic shifts in social policies produced the inclusion of outsiders, a mechanism that not only reduced inequalities but also operated as a counterweight to the effects of the economic crisis. On the other hand, the FC 88 also designed a regressive tax policy. Striving for fiscal balance does not require breaking down inclusive policies.

KEYWORDS: *1988 Federal Constitution; outsiders; inclusion; inequality; social policies.*

Neste ano de 2018, a Constituição de 1988 completa trinta anos. Dadas a extensão e a profundidade das dificuldades que o Brasil vem enfrentando, é impossível não se indagar se este aniversário merece ser comemorado. Não seria essa Constituição uma das fontes dos impasses que estamos vivendo? Para ser mais precisa, teria a Carta Magna de 1988 produzido um excesso de benesses que levam inevitavelmente ao desastre fiscal, pois as garantias sociais nela inscritas são incompatíveis com a realidade econômica de um país como o Brasil? Não faltam analistas que respondam positivamente a essas indagações e diagnostiquem a desconstitucionalização dos direitos sociais como condição para o equilíbrio fiscal e, por consequência, para o crescimento econômico.

[*] Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: arretche@usp.br

[1] Este artigo sintetiza parte dos resultados de um projeto sobre a trajetória de longo prazo da desigualdade no Brasil, realizado no Centro de Estudos da Metrópole (CEM), com financiamento da Fapesp, projeto 2013/07616-7. Agradeço aos autores dos capítulos do livro *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos*, publicado pela Editora Unesp em 2015, cujas evidências e reflexões muito contribuíram para a interpretação apresentada neste artigo. Versão expandida das evidências mobilizadas neste texto pode ser encontrada em Arretche (2018).

Este artigo não pretende apresentar uma solução para esse problema. Antes, pretende apresentar evidências de que a Constituição de 1988 foi resultado de um processo bem-sucedido de transição democrática, no qual uma sociedade altamente desigual produziu uma promessa de inclusão social. As mudanças paradigmáticas que essa Carta introduziu nas políticas sociais acarretaram a inclusão dos *outsiders*, mais da metade da população trabalhadora brasileira antes excluída de direitos sociais. Esse mecanismo não apenas reduziu desigualdades, mas também operou como um contrapeso aos efeitos da crise econômica que atravessamos. Ainda que a inclusão dos *outsiders* tenha provocado a expansão do gasto social, parte do déficit fiscal que a tem acompanhado resulta de uma decisão das elites políticas de manter um modelo regressivo de tributação. Esse déficit, aliás, poderia ser reduzido por uma revisão abrangente do caráter regressivo do gasto social, sem incorrer nos elevados custos políticos de impor perdas às categorias concentradas de beneficiários das políticas constitucionalizadas. Em suma, há boas razões para comemorar a constitucionalização das políticas inclusivas promulgadas em 1988, pois o equilíbrio fiscal que tanto nos preocupa não requer a revisão desses dispositivos.

O BRASIL COMO CASO BEM-SUCEDIDO DE TRANSIÇÃO INCLUSIVA PARA A DEMOCRACIA

Uma das controvérsias entre os cientistas políticos em relação às origens das instituições políticas refere-se ao papel da desigualdade econômica nas transições para a democracia. Acemoglu e Robinson (2000) postulam que a democratização pode ser uma resposta das elites à ameaça de revoluções sociais. Ao estender o sufrágio e, portanto, mudar a identidade do eleitor mediano, os ricos se comprometem com alguma redistribuição futura. No entanto, como a redistribuição implica impostos mais altos sobre os ricos, sociedades altamente desiguais tendem a oscilar entre regimes democráticos e não democráticos sempre que suspender a democracia for menos oneroso que redistribuir a renda (Acemoglu e Robinson, 2001). Boix (2003, pp. 235-6), por sua vez, é cético quanto à probabilidade de transições democráticas em um contexto de alta desigualdade. Para ele, quando a distância entre ricos e o pobres for excessiva, os primeiros restringem a participação democrática para evitar a redistribuição.

O Brasil — ao menos até aqui — confirma a proposição de que a transição à democracia é possível em sociedades altamente desiguais. No final do regime militar, em 1985, o coeficiente de Gini da renda estava próximo de 0,600. Além disso, em 1980, mais de 80% da força de trabalho não completara oito anos de escolaridade (Menezes-Filho e Kirschbaum, 2015); em 1981, mais da metade dela não tinha um em-

prego no mercado formal (Comin, 2015) e, portanto, dadas as regras então vigentes, também não tinha direito a assistência médica e previdência social. Estas são evidências indiscutíveis de uma sociedade altamente desigual.

No entanto, tais níveis de exclusão não se traduziram em ameaças revolucionárias. Em vez disso, o caminho brasileiro para a democratização foi resultado da capacidade das elites políticas, com base na aprendizagem de conflitos dramáticos no passado, de optar por um amplo pacto (Almeida e Sorj, 1983; Lamounier, 1988; Martins e Cruz, 1983; Stepan, 1988). Além disto, Limongi *et al.* (2015) levantam dúvidas sobre o argumento de que a transição para a democracia mudou radicalmente a identidade do eleitor mediano. O registro dos eleitores já era de cerca de 80% em 1980, antes que a transição para a democracia fosse plenamente cumprida. A ameaça de fato parecer ter sido a derrota eleitoral dos candidatos do regime militar, que já se anunciava desde meados dos anos 1970.

O fato é que altos níveis de desigualdade não impediram a transição para a democracia nem a promessa de redistribuição futura. Na primeira, acabou-se por formular uma Constituição caracterizada por mudanças paradigmáticas nos direitos sociais e na participação política. A inclusão dos *outsiders*, detalhada mais adiante, substituiu o modelo conservador de políticas sociais antes vigente. O salário social, definido como o piso abaixo do qual a renda disponível do indivíduo não deve cair (Boix, 1998, p. 17), foi consideravelmente elevado.

Além disso, Lavalle e Barone (2015) demonstram que mandatos constitucionais, produzidos na transição para a democracia, vincularam o funcionamento regular de áreas então consideradas estratégicas a formas extraparlamentares de participação política, que assumiram a forma de conselhos de políticas. Longe de permanecer uma promessa, esses conselhos floresceram desde então, incluindo mais áreas de políticas e crescendo em número.

Evidências mostram que esse resultado foi impulsionado por uma combinação de prevenção da agitação social e alavancagem institucional. A pobreza e a participação política limitada foram altamente politizadas pelos setores progressistas ao longo da transição para a democracia, com base no argumento de que ambas estavam causalmente conectadas. A coalizão pró-democratização culpou as políticas econômicas dos militares pelo alto nível de exclusão prevalecente no Brasil (Almeida, 1995; Draibe, 1994). De fato, mesmo entre setores de direita prevaleceu a noção de que a democracia não sobreviveria se políticas contra a pobreza não fossem adotadas (Lamounier, 1988).

No entanto, tanto a politização da pobreza quanto a preocupação das elites políticas com a estabilidade da democracia não parecem ser suficientes para explicar a decisão favorável à inclusão dos *outsiders* pela

Assembleia Constituinte de 1987-1988. De fato, as políticas de redistribuição acabaram sendo uma questão controversa na formulação da Constituição, a ponto de a maioria conservadora, um grupo de direita chamado "Centrão", se rebelar em meio ao processo de deliberação e ter mudado com sucesso o Regimento Interno da Constituinte, de modo a evitar que o documento final fosse demasiado esquerdista nos domínios econômico e social (Gomes, 2006).

Os partidos de esquerda eram uma pequena minoria na Assembleia: contavam com 50 assentos de um total de 559 constituintes titulares.[2] Então, como explicar a inclinação social-democrata das deliberações que motivaram a inclusão dos *outsiders*? Ela é explicadas pelo uso estratégico das regras de tomada de decisão da Assembleia, pelo qual uma minoria de parlamentares ocupou os cargos de relatores nas comissões temáticas relacionadas às questões sociais (Gomes, 2006).

[2] O Partido dos Trabalhadores (PT) contava com 16 constituintes; o Partido Democrático Trabalhista (PDT), com 25; o Partido Socialista Brasileiro (PSB), com três parlamentares; o Partido Comunista Brasileiro (PCB), com três deputados constituintes, mesmo número eleito pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

A primeira versão do Regimento Interno da Constituinte, sob a qual se elaborou boa parte do texto constitucional final, permitiu que essa minoria aprovasse suas preferências nos subcomitês e comitês temáticos. Mário Covas, então líder do partido majoritário da Assembleia, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), nomeou representantes progressistas para posições estratégicas, como relatores das comissões encarregadas de elaborar propostas sobre questões sociais. Nessas subcomissões/comissões, os relatores não apenas tinham muito poder de agenda como se beneficiaram da regra segundo a qual a aprovação de uma proposta exigia uma maioria simples. Isso significa que, dependendo da instância, 11 ou 32 votos eram suficientes para aprovar uma proposta, porque os subcomitês eram compostos por 21 membros e os comitês por 63.

Vetar essas decisões nos pontos subsequentes do processo era muito mais difícil, porque as regras da primeira versão do Regimento determinavam que uma maioria simples nas sessões plenárias era necessária para veto, não para aprovação. Em outras palavras, seriam necessários 280 votos para vetar as decisões tomadas pelos subcomitês e comitês. Quando a maioria conservadora percebeu as consequências dessas regras, aprovou com sucesso uma segunda versão do Regimento, mas o *status quo* favoreceu as decisões tomadas anteriormente por subcomitês e comitês, uma vez que a opinião pública os reconheceu e aprovou (Gomes, 2006).

Em suma, a promessa de redistribuição apresentada na Constituição de 1988 não pode ser totalmente explicada pela preocupação da elite política em fornecer compromissos confiáveis para a futura redistribuição, a fim de evitar a agitação social. Embora a pobreza e a desigualdade tenham sido altamente politizadas ao longo da transição democrática, foram o uso estratégico das regras da arena de de-

liberação e a alta visibilidade das resoluções favorecendo a inclusão dos *outsiders* que evitaram o veto a essas medidas pela maioria conservadora que aprovou o texto final da Constituição Federal de 1988 (Gomes, 2006).

A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A INCLUSÃO DOS "OUTSIDERS"

A Constituição de 1988 produziu uma mudança paradigmática no modelo de política social adotado no Brasil por Getúlio Vargas e preservado pelo regime de democracia limitada de 1946 e pelo regime militar (Draibe, 1994; Santos, 1979). Um de seus principais resultados foi produzir uma grande divisão entre *insiders* e *outsiders*, por meio de um mecanismo de superposição de vantagens que favorece os trabalhadores mais bem qualificados no mercado de trabalho. Apenas os inseridos no mercado formal de trabalho eram protegidos pela legislação trabalhista, em um contexto de reduzido tamanho do setor industrial urbano e altas taxas de desocupação (Huber e Stephens, 2012, p. 78). O vínculo trabalhista também era requisito para aposentadorias e serviços de saúde.

Nos anos 1980, os trabalhadores formais eram cerca de 40% do total da população ocupada (Curi e Menezes Filho, 2006). Os 60% restantes, por sua vez, embora fossem excluídos dos benefícios, contribuíam para seu financiamento: sob o modelo de substituição de importações, os custos da proteção social dos *insiders* eram transferidos para os preços dos produtos e, portanto, pagos por todos os consumidores.

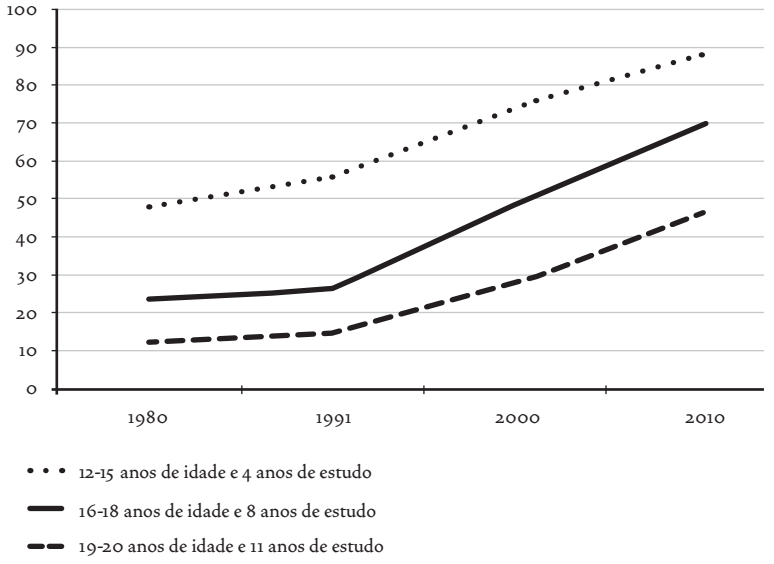
Foi no contexto da transição para a democracia que as principais decisões de inclusão dos *outsiders* foram tomadas. A extensão aos analfabetos do direito de voto, facultativo, foi aprovada na Emenda Constitucional n. 25/85, a mesma que regulamentou as regras eleitorais das competições posteriores. Além disto, decisões tomadas na Assembleia Constituinte foram centrais para a *inclusão dos outsiders*: a vinculação do piso das pensões, contributivas e não contributivas, ao valor do salário mínimo e a universalização do acesso à educação e à saúde. A primeira dessas medidas teve grande impacto para a redução da desigualdade de renda, seja pela ampliação do número de beneficiários, seja pela valorização da remuneração (como veremos adiante).

Na saúde, a inclusão dos *outsiders* ocorreu com o dispositivo constitucional que criou o Sistema Único de Saúde (SUS). A Constituição de 1988 substituiu um modelo de seguro por um sistema público, universal e gratuito. Até então, apenas os trabalhadores do mercado formal e os contribuintes autônomos tinham direito a cuidados médicos. As mudanças fizeram com que o grupo de beneficiários se expandisse para a totalidade da população, incluindo os *outsiders*.

O Brasil é notoriamente atrasado no que diz respeito ao acesso à educação. Em 1980, cerca de 85% dos jovens com menos de 16 anos de idade haviam sido matriculados na escola, mas menos da metade completava quatro anos de estudo. Como mostra o Gráfico 1, as taxas de escolarização no Brasil permaneceram praticamente inalteradas de 1980 a 1990, quando enfim iniciaram trajetória de expansão expressiva. Isso está relacionado ao conjunto de medidas tomadas para universalizar o acesso à educação, em particular o ensino fundamental. Os pilares dessa expansão, entretanto, estão nos dispositivos constitucionais.

Ainda que a Constituição de 1988 tenha determinado que estados e municípios alocassem, no mínimo, 25% de suas receitas em ensino, a aceleração da oferta educacional somente ocorreu com a aprovação, em 1996, da emenda constitucional que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), sob o governo FHC. Como resultado, em 2010, as taxas de matrícula eram de ordem de 100%, e 90% dos jovens com menos de 16 anos completavam quatro anos de estudo. Em 2010, quase a metade dos jovens com 19-20 anos de idade completou o ensino médio, contra 11% em 1980 (Ribeiro *et al.*, 2015, p. 87).

GRÁFICO 1
Trajetórias das taxas de escolarização por idade
Brasil - 1960-2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1960-2010. Tabulação do CEM.

O Gráfico 2 apresenta a taxa de crescimento da renda domiciliar *per capita* média por vintis para o período 1984-2015. No período democrático contemporâneo (1985-2015), os estratos inferiores de renda obtiveram proporcionalmente mais que os estratos superiores. A renda dos domicílios do terceiro ao sexto vintis cresceu 160%. Os ganhos relativos dos domicílios localizados no 16º vintil foram similares aos do primeiro vintil: 100%. Os ganhos mais baixos foram obtidos pelos domicílios acima do 16º vintil.

Essas evidências indicam que os ganhos relativos de renda para os domicílios situados no piso e no meio da escala contínua da distribuição foram superiores àqueles obtidos pelos estratos superiores. Se é verdade que o 1% mais rico manteve sua parcela da renda total nesse período (Medeiros *et al.*, 2015a, p. 24; 2015b; Souza e Medeiros, 2015), também é verdade que, entre os demais 99%, houve redução da desigualdade de renda.

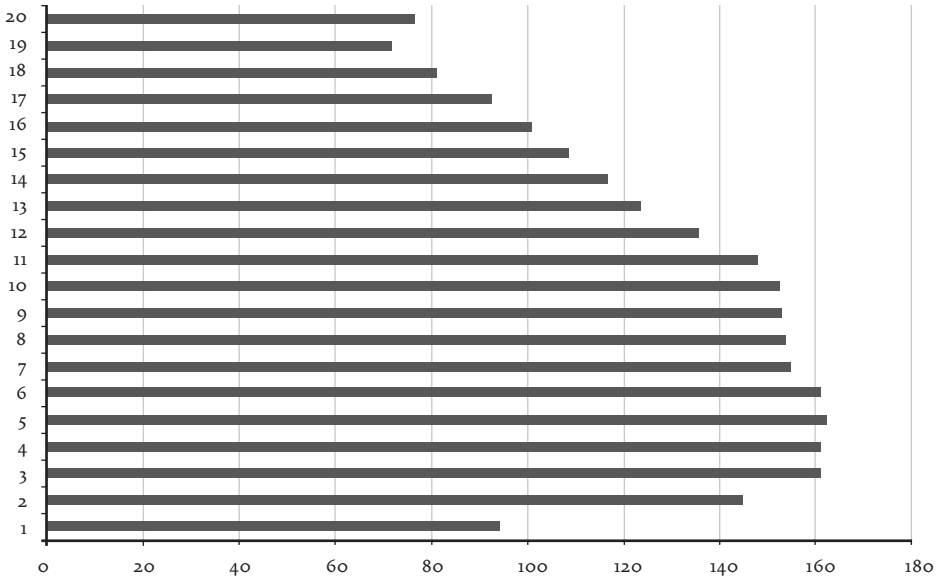
Que mecanismos explicam a queda da desigualdade de renda? Em 1992, começaram a ser pagas as pensões não contributivas vinculadas ao salário mínimo, em atendimento às disposições constitucionais de 1988.[3] O exame dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) para 1990 (não há dados para 1991, ano de coleta censitária) revela que 1992 inaugura um novo padrão da escala contínua da distribuição de renda, que se mantém até 2014: aumenta monotonicamente o número de estratos cuja renda está indexada ao salário mínimo, sendo esse aumento acima do proporcional para a população feminina. Isto é, um contingente crescente de adultos — em particular mulheres — tem suas rendas vinculadas ao salário mínimo. Se isolamos as rendas provenientes do mercado de trabalho, temos que essa indexação ocorre simultaneamente para as pensões e para trabalhadoras de baixa qualificação.

É razoável supor que a indexação das pensões não contributivas ao salário mínimo valorizou o salário de reserva na faixa baixamente qualificada do mercado de trabalho. A partir de 1992, inicia-se um processo de progressiva eliminação da desigualdade de renda por gênero e por cor na base da pirâmide social. Em 2012, a razão de renda entre homens e mulheres, bem como entre brancos e não brancos, para os estratos cuja renda estava vinculada ao valor do salário mínimo era igual a 1, ou seja, desigualdade eliminada (Arretche, 2015, pp. 439 e ss).

Na verdade, esses dados revelam que o papel das transferências vinculadas ao salário mínimo é subestimado na interpretação que atribui ao controle da inflação um papel central na redução da pobreza — leia-se, o Plano Real implementado no governo FHC (Barros,

[3] Em 1991, a Lei 8.213, que regulamenta as disposições da Constituição Federal de 1988, determina que todas as pensões não contributivas devem estar vinculadas ao valor de um salário mínimo. Assim, a novidade de 1988 não é a introdução de pensões não contributivas, pois estas existiam desde 1974, e sim sua vinculação a um salário mínimo integral. A Lei 6.179/74, vigente entre os dois marcos, determinava que essas pensões, equivalentes à metade de um salário mínimo, seriam pagas apenas para indivíduos acima de 70 anos que tivessem no mínimo doze meses de contribuição.

GRÁFICO 2
Taxa de Crescimento da Renda Domiciliar per capita, por vintis selecionados
Brasil, 1984-2015



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 1984-2015 (valores deflacionados para setembro de 2016).
Notas: Para o cálculo, foram considerados o ano anterior ao início do período de interesse e o último ano desse intervalo. Para o período democrático corrente (1985-2015); governo Sarney (1985-1989); governo Collor (1989-1992); governo FHC (1995-2002); governo Lula (2002-2011); governo Dilma (2011-2015). Em 1994, 2000 e 2010, não houve coleta de dados da Pnad, o que inviabilizou examinar o governo Itamar, bem como implicou comparar o governo FHC com o primeiro ano de seu próprio governo, iniciado em 1995, o governo Lula com o primeiro ano de Dilma e, finalmente, o governo Dilma com o primeiro ano de seu governo.

2000; Ferreira *et al.*, 2007). O fato de que os domicílios situados na parte inferior da distribuição tenham obtido ganhos relativos de renda em um contexto de recessão econômica (1987-1992) é, em boa medida, explicado pela expansão monotônica do número de beneficiários de pensões e compensações vinculadas ao salário mínimo, acompanhada de suas consequências sobre o mercado de trabalho muito baixamente qualificado.

É fato, ademais, que grande parte da redução da desigualdade de renda ocorreu no mercado de trabalho, inclusive nos estratos mais altos de renda (Soares, 2010). Esta se inicia no final dos anos 1990 e é parcialmente explicada pela massiva expansão da oferta de ensino, a partir de meados daquela década, cujo resultado foi diminuir o prêmio dos mais escolarizados no mercado de trabalho (Ferreira *et al.*, 2007; Menezes Filho e Kirschbaum, 2015; Soares, 2006).

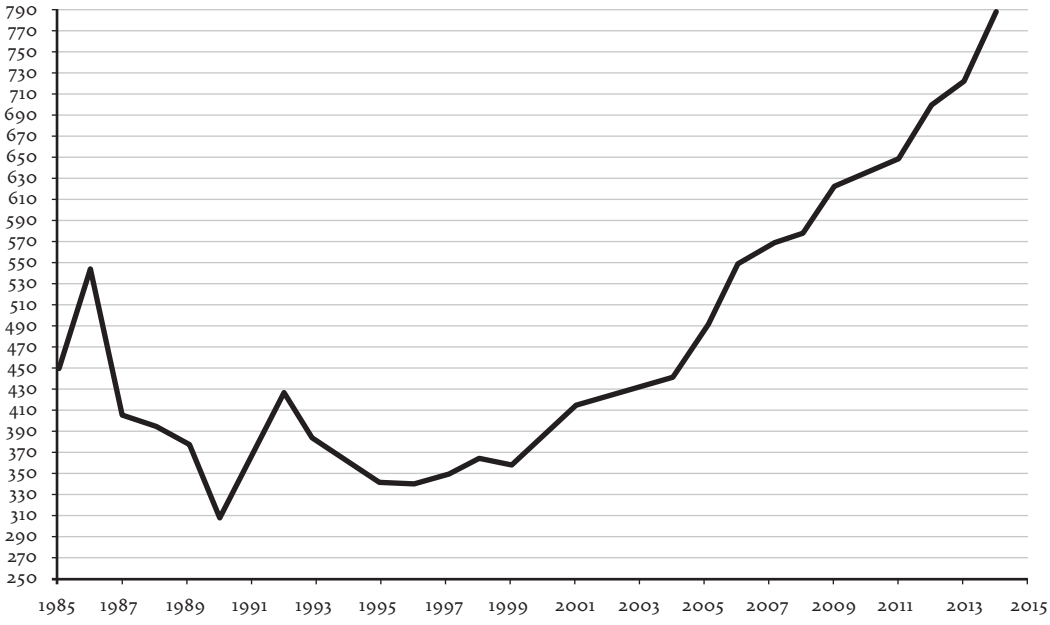
É verdade, porém, que este não é o único fator explicativo dos ganhos obtidos principalmente via mercado de trabalho. O *boom* das *commodities* expandiu de forma sistemática a demanda por emprego em parte dos mandatos de Lula e Dilma e teve efeito positivo sobre a capacidade de barganha de diferentes categorias ocupacionais nas

negociações salariais. Além disso, as mudanças demográficas desaceleraram a oferta de trabalho. Em suma, a trajetória da desigualdade de renda no período 1985-2015 foi afetada por fatores externos às políticas, mas também pelo desenho das políticas de transferência de renda e, principalmente, pelo comportamento do mercado de trabalho.

Na base da pirâmide, contudo, as aposentadorias — tanto as de caráter contributivo como as de não contributivo — vinculadas ao salário mínimo tiveram grande impacto sobre a redução da desigualdade, seja porque alcançaram um número crescente de beneficiários, seja em decorrência de sua valorização. O número de assistidos pelo Benefício de Prestação Continuada — de caráter não contributivo e vinculado ao salário mínimo — passou de 346,2 mil em 1996, quando foi implantado, para 4,2 milhões em 2015 (Araújo e Flores, 2017). O número de trabalhadores formais ganhando um salário mínimo aumentou de 2,5 milhões, em 1995, para 15 milhões, em 2014. Somados, os benefícios previdenciários e assistenciais vinculados ao salário mínimo atingiram um número crescente no mesmo período: de 10 milhões para 20 milhões de beneficiários (Flores, 2017).

Observe-se no Gráfico 3 que o valor real do salário mínimo aumentou muito expressivamente sob os governos petistas, embora sua

GRÁFICO 3
Valor Real do Salário Mínimo - 1985-2014 (em R$)



Fonte: Ipeadata.
Nota: Valor do salário mínimo, para setembro de cada ano, deflacionado para setembro de 2014.

trajetória de valorização tenha se iniciado já no segundo mandato do governo Fernando Henrique. Como resultado, Brito *et al.* (2016, p. 17) estimam que 64,3% da redução da desigualdade de renda entre os domicílios obtida no período entre 1995 e 2014 deveu-se à política do salário mínimo.

No que tange à educação, o Gráfico 1 demonstra a expansão da escolaridade sob o regime democrático contemporâneo. Entretanto, essa expansão não significa necessariamente redução da desigualdade no acesso à educação. A escolaridade da mãe e a renda familiar têm historicamente um grande impacto sobre a trajetória educacional das crianças e jovens. A associação entre origem social-educação-renda no mercado de trabalho expressa um mecanismo de superposição de vantagens ou desvantagens: acesso à educação, desempenho educacional e desempenho no mercado de trabalho (cuja estratificação é produzida por diferentes instituições) tendem a estar combinados nos mesmos indivíduos, de tal sorte que o primeiro fator da tríade tende a ser preditivo dos demais.

Assim, para examinar a trajetória da desigualdade no acesso à educação, precisamos determinar em que medida esta se associa à renda das famílias, qual seja, se os mais pobres têm menos chances que os mais ricos de concluir dado nível de ensino. Ribeiro *et al.* (2015) examinaram as razões de chance de realizar transições educacionais no período entre 1960 e 2010, com base em dados censitários para diferentes características dos indivíduos. Demonstraram que, em 1980, a cada aumento de uma unidade do *log* da renda, havia uma redução de 57% na chance de completar o ensino fundamental. Em 2010, a cada aumento de uma unidade no *log* da renda, havia um decréscimo de 87% nas chances de concluir o ensino fundamental. As chances de um jovem oriundo de uma família pobre concluir o ensino médio eram menores que suas chances de concluir o ensino fundamental em 1980 (diminuíam apenas 24% a cada aumento de uma unidade do *log* da renda). Permaneciam menores em 2010: o decréscimo nas chances de concluir o ensino médio a cada aumento de uma unidade no *log* da renda era de 63% (Ribeiro *et al.*, 2015, tabela 3). Por fim, também em 2010, as chances de um jovem de família pobre concluir o ensino superior eram ainda mais limitadas: o decréscimo era de 27% a cada aumento de uma unidade no *log* da renda (Ribeiro *et al.*, 2015, tabela 4).

Isso significa que as vantagens associadas à renda das famílias no que diz respeito à conclusão das diversas etapas do ensino pelos jovens diminuíram progressivamente com a expansão da escolarização. Entretanto, essa mudança não se distribuiu igualmente para os diferentes níveis educacionais. A universalização do acesso ao ensino fundamental reduziu muito as desigualdades de matrícula e conclusão nesse nível de ensino. O efeito da renda sobre o desem-

penho educacional, porém, era maior para a conclusão do ensino médio e, sobretudo, para o ensino superior. Em outras palavras, uma vez que foram eliminados para o ensino fundamental, os efeitos da renda se deslocaram para os níveis médio e superior (Ribeiro *et al.*, 2015). Portanto, se é verdade que a renda familiar importa para a desigualdade de acesso ao ensino médio e superior em 2010, também é verdade que, quando comparada a 1980, a desigualdade de acesso à educação havia diminuído.

Podemos afirmar que a mudança (paradigmática) nas regras de titularidade da política de saúde reduziu a desigualdade no acesso aos serviços? Se a renda não for utilizada como parâmetro de controle, uma análise das medidas de expansão do consumo dos serviços de saúde (tais como consultas e internações) pode esconder desigualdades de acesso, pois há inúmeros mecanismos mediante os quais esses serviços são desproporcionalmente apropriados pelos mais ricos. Para que haja redução da desigualdade, é necessário que diminuam as distâncias entre os distintos estratos de renda.

O consumo de serviços de saúde está endogenamente relacionado à demanda, pois apenas indivíduos com necessidades (mesmo que apenas subjetivas) procuram serviços de saúde. Necessidades de saúde, por sua vez, são afetadas pela renda. No Brasil, os mais ricos buscam principalmente consultas, serviços de prevenção e exames de rotina, ao passo que os mais pobres recorrem ao sistema de saúde por motivo de doença (Cambota e Rocha, 2015; Neri e Soares, 2002) e, por essa razão, utilizam mais serviços hospitalares e internações (Cambota e Rocha, 2015; Andrade *et al.*, 2013). Para contornar possíveis distorções decorrentes dessa diferença de usos, emprego abaixo distintas evidências de acesso a serviços.

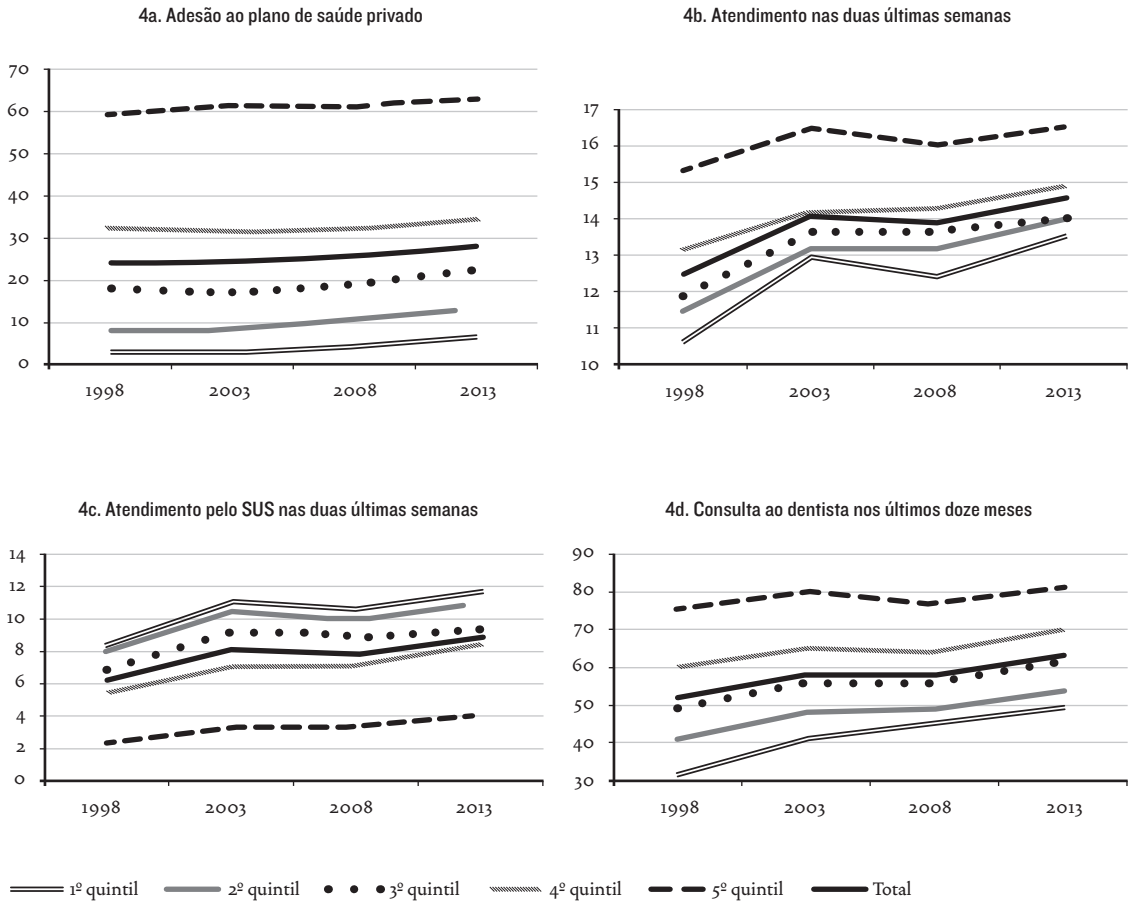
Além disso, no Brasil, o SUS convive com planos privados de saúde suplementar, o que permite dupla entrada no sistema, favorecendo os estratos sociais de maior renda. Muitos estudos empíricos concluíram que este é o principal fator de desigualdade no acesso a serviços de saúde no Brasil (Cambota e Rocha, 2015; Andrade *et al.*, 2013). O Gráfico 4a confirma que a adesão a planos de saúde está diretamente relacionada à renda dos domicílios; portanto, quanto menor a renda dos domicílios, maior a dependência do SUS. Embora o consumo de planos de saúde tenha se expandido nos domicílios do primeiro quintil de renda entre 1998 e 2013, apenas 7% dos chefes desses domicílios declararam contar com seguros privados no ano final. Entre os 20% mais ricos, contudo, as taxas são sistematicamente superiores a 60% dos domicílios.

Entretanto, as distinções por quintil de renda são bem menores quando os respondentes são perguntados se "procuraram e obtiveram atendimento relacionado à própria saúde nas últimas duas semanas"

(Gráfico 4b). Embora o quarto e o quinto quintis apresentem respostas afirmativas superiores à média, o valor obtido para os domicílios do primeiro quintil em 2013 foi 13,5%, contra 16,5% para o quinto. Além disso, a distância reduziu-se ligeiramente em relação ao observado em 1998, quando esses valores eram, respectivamente, 11% e 15%.

O papel do SUS nessa limitada desigualdade é evidenciado no Gráfico 4c. Para os atendimentos nele mencionados, os domicílios dos três primeiros quintis revelam taxas de consumo superiores à média. Dos atendimentos obtidos pelos domicílios do primeiro quintil em 2013, 86% foram realizados via SUS — ou seja, houve 13,5% de atendimentos de saúde como um todo nesses domicílios e 12% de atendimentos pelo SUS. Enquanto isso, apenas 24% dos atendimentos obtidos pelo quinto quintil foram realizados pelo

GRÁFICO 4
Acesso a serviços de saúde por quintis de renda domiciliar
Brasil - 1998-2013



Fontes: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1998, 2003 e 2008; IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2013.

SUS — os percentuais de atendimento em geral e pelo SUS foram, respectivamente, 16,5% e 4%. Assim, o Gráfico 4c mostra que o consumo de serviços de saúde oferecidos pelo SUS nas duas semanas anteriores à realização das entrevistas foi inversamente proporcional à renda dos domicílios. Quanto mais pobre o domicílio, maior a taxa de atendimentos pelo sistema público de saúde.

Por fim, o consumo de serviços odontológicos nos últimos doze meses (Gráfico 4d) revela mais uma vez que a renda afeta o acesso a serviços. O quarto e o quinto quintis apresentam taxas de consumo superiores à média. Também é verdade, no entanto, que a taxa de consulta anual ao dentista cresceu para os domicílios do primeiro e do segundo quintis nesse período, de modo que, se a distância entre os quintis extremos era de 44 pontos percentuais em 1998 (taxas de 32% e 76%), passou para 32 pontos percentuais em 2013 (49% contra 81%).

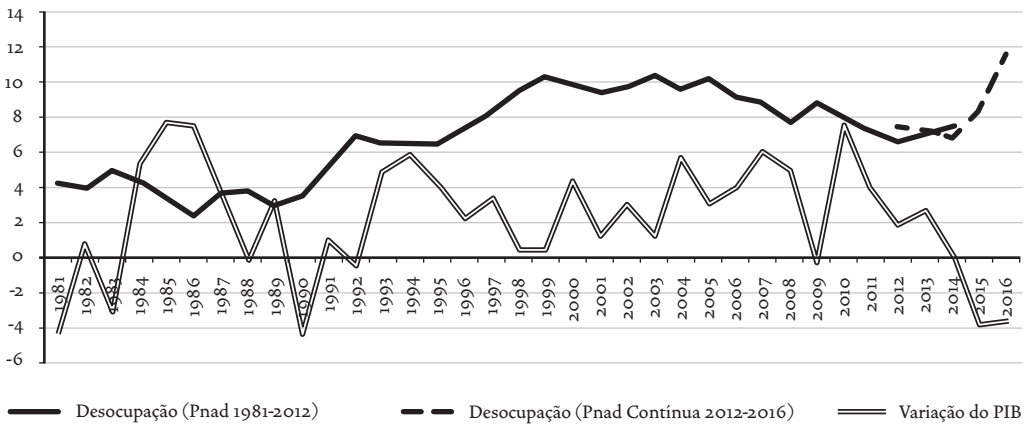
Em suma, em 1985, no início do regime democrático contemporâneo, os níveis de desigualdade no Brasil eram maiores do que se poderia observar tomando apenas a dimensão renda. O mecanismo de superposição de vantagens, que distribuía desigualmente o acesso aos serviços essenciais em favor das faixas superiores de renda, não era produto direto da qualificação para o mercado de trabalho. Em vez disso, era o regime vigente de política social que produzia uma grande divisão entre *insiders* e *outsiders*, ao condicionar os direitos à saúde pública e à aposentadoria à vinculação ao mercado formal de trabalho, em um contexto de reduzido tamanho do setor industrial urbano e ocupação informal dos trabalhadores pouco qualificados (Santos, 1979; Draibe, 1984). Além disso, os níveis de escolaridade eram muito baixos, sendo o acesso à educação fortemente associado à origem social dos alunos (Ribeiro *et al.*, 2015).

Portanto, a queda da desigualdade, seja na dimensão renda — via transferências governamentais e compressão salarial —, seja na dimensão de acesso a serviços — de saúde e educação — ocorre incrementalmente a partir do início dos anos 1990. Para além dos fatores econômicos (*boom* das *commodities*) e demográficos (redução da oferta de trabalhadores jovens no mercado de trabalho), a política de inclusão dos *outsiders* inaugurada pela Constituição de 1988 afetou positivamente a redução da desigualdade no Brasil.

AS POLÍTICAS DE 1988 E O AMORTECIMENTO DOS EFEITOS DA CRISE ECONÔMICA

Além de reduzir a desigualdade, as políticas que promoveram a inclusão dos *outsiders* amorteceram os efeitos das crises econômicas sobre os mais pobres. O Gráfico 5 apresenta dados sobre o crescimento anual do PIB brasileiro e o desemprego para o período de 1981

GRÁFICO 5
Taxas de Crescimento Anual do PIB e da desocupação - 1981-2016



Fontes: Pnad, 1981-2012 (IBGE); Pnad Contínua, 2012-2016 (IBGE); Sistema de Contas Nacionais (IBGE).
Notas: (1) Não houve coleta da Pnad em 1991, 1994, 2000 e 2010. Para esses anos, a desocupação foi calculada por interpolação. (2) Desocupação se refere aos indivíduos acima de 15 anos que procuraram trabalho e trabalharam pelo menos 1 hora, no mercado formal ou informal, na semana em que o dado foi coletado.

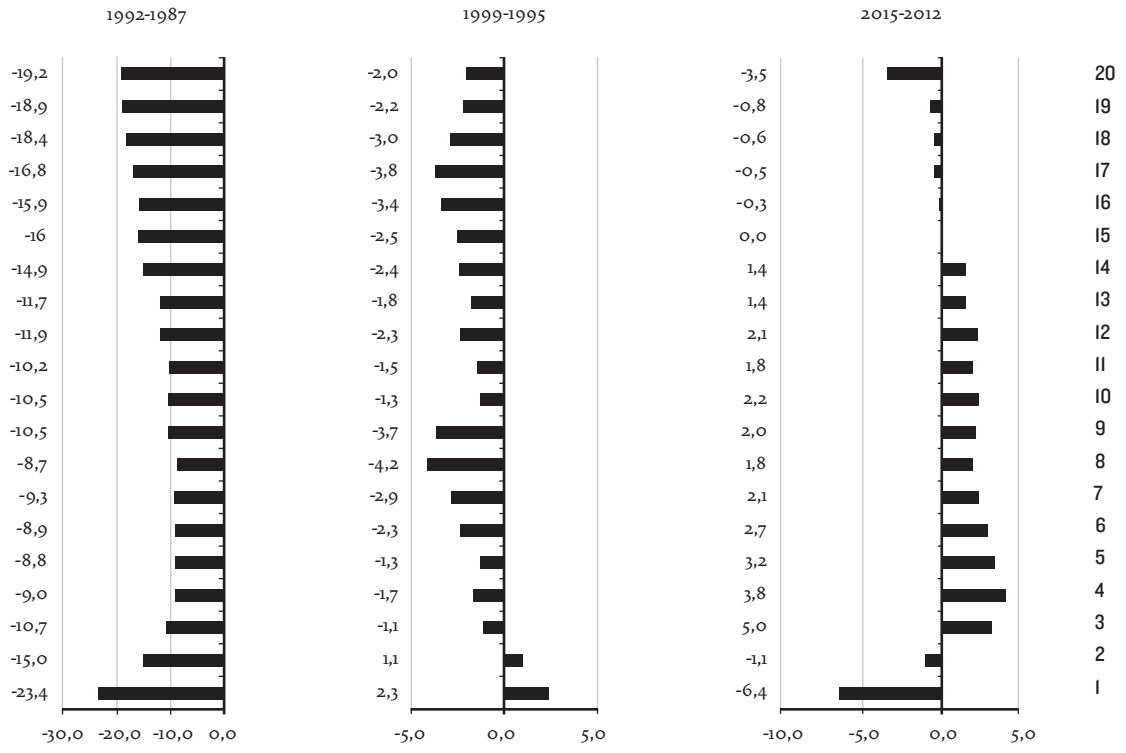
a 2016. Como a coleta de dados do IBGE sobre desocupação mudou, dois índices são apresentados: um se refere ao período 1981-2012 (baseado na Pnad) e o outro, a 2012-2016 (com base na Pnad Contínua). O gráfico mostra a queda dramática do PIB brasileiro a partir de 2013: após crescer apenas 0,5% em 2014, registrou -3,8% em 2015, caindo 3,6% em 2016. Crises econômicas semelhantes ocorreram entre 1988 e 1992 e entre 1981 e 1983, quando a variação anual do PIB registrou taxas de crescimento muito pequenas ou negativas. Embora os dois índices de desocupação exibidos não sejam diretamente comparáveis, em razão das diferentes metodologias utilizadas, os dados indicam que, de 2013 a 2016, aqueles que procuraram trabalho e não encontraram saltaram de cerca de 6% para quase 12% da população economicamente ativa (PEA). Salto semelhante ocorreu de 1995 a 1999. Para tornar ainda mais dramática a situação dos rendimentos das famílias, a taxa de inflação anual (calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA) saltou de 6,4% em 2014 para 10,7% em 2015, antes de cair para 6,4% em 2016. Essas taxas são bastante baixas, no entanto, se comparadas ao período 1987-1994, quando a variação anual foi de cerca de 2.000% (IPCA/IBGE, disponível no Ipeadata).

É possível comparar a desigualdade de perdas de renda nesses contextos econômicos adversos. Podemos examinar se os ganhos dos indivíduos diminuíram ou não e, mais importante, como essas possíveis perdas foram distribuídas entre os diferentes estratos de renda. O Gráfico 6 exibe informações sobre ganhos relativos de

renda por vintil (seja ela advinda do mercado de trabalho, seja de transferências do governo) para esses três contextos. Os ganhos do último ano de recessão/desemprego foram comparados aos do ano anterior ao início do fenômeno de interesse. Assim, quando o PIB caiu de 1987 para 1988 e a economia começou a se recuperar em 1992, os ganhos de cada vintil em 1992 foram comparados aos obtidos em 1987. O mesmo cálculo foi usado para comparar 1999 a 1995 e 2015 a 2012.

Os dados da Pnad são obtidos por meio de *surveys*; logo, a renda dos mais ricos está subestimada, o que significa que os vintis da parte superior do gráfico provavelmente teriam um desempenho melhor se houvesse informações mais precisas sobre os ganhos nessas faixas. Apesar disso, os dados mostram que, diferentemente do período 1995-1999, quando o desemprego aumentou a uma taxa semelhante, e do período 1987-1992, quando houve uma desaceleração econômica similar, os mais pobres não foram os mais

GRÁFICO 6
Ganho relativo de renda por vintil para anos selecionados



Fonte: Pnad, 1981-2015 (IBGE).
Nota: (1) Valores correntes foram deflacionados para 2016. (2) Unidades de observação são os domicílios, não os indivíduos. Indivíduos que não são parentes do chefe de domicílio foram excluídos.

penalizados pela crise econômica iniciada em 2013, exceto os extremamente pobres, que perderam renda. Em 2015, os domicílios localizados entre 3º e o 14º decis — cuja renda domiciliar, deflacionada para valores de 2016, variava entre R$ 260 e R$ 1.054 *per capita* — obtiveram, de fato, ganhos de renda. Portanto, o gráfico revela que entre 2012 e 2015 as perdas ou os ganhos de renda não foram distribuídos uniformemente. Os mais pobres, ou seja, aqueles cuja educação e cujas habilidades implicam obter salários muito baixos no mercado de trabalho ou cujos benefícios não estão indexados ao salário mínimo, foram os mais penalizados pela combinação de recessão e hiperinflação em 1987-1992,[4] quando as políticas de vinculação ao salário mínimo não estavam em vigor. Diferentemente, em 2012-2015, quando as políticas de inclusão dos *outsiders* já haviam incorporado um contingente muito grande de domicílios, aqueles cujos rendimentos — seja do mercado de trabalho, seja de aposentadorias — estavam vinculados ao salário mínimo perderam menos que os demais.

[4] Lembro que a vinculação das aposentadorias rurais e da Renda Mensal Vitalícia (e, depois, do Benefício de Prestação Continuada) ao valor legal do salário mínimo só ocorreu em 1992.

Entre 2012 e 2015, o valor dos benefícios do Bolsa Família teve um único reajuste, em 2014, de 10% — ou seja, abaixo da taxa de inflação para o período —, enquanto o salário mínimo foi reajustado anualmente de acordo com uma fórmula legal que incorpora totalmente a inflação e a variação do PIB (quando positiva). Em outras palavras, enquanto os ganhos dos beneficiários das políticas vinculadas ao salário mínimo foram protegidos da inflação, aqueles que tinham direito ao Bolsa Família ficaram mais vulneráveis.

Infelizmente, essa conclusão deve ser tomada com cautela e requer estudos futuros. Os dados da Pnad Contínua não nos permitem comparar aos anos anteriores o que aconteceu depois de 2015 — em 2016, por exemplo, o PIB caiu mais 3,6 pontos e o desemprego afetou 11,5% da PEA. Apesar de tais limitações, o fato é que a crise econômica iniciada em 2013 ocorreu após a massiva incorporação de beneficiários ao Programa Bolsa Família, que atingiu 13,7 milhões de lares em 2015 (segundo *site* do Ministério do Desenvolvimento Social), e a implementação da política que estabelece um limite mínimo de um salário legal para o valor dos benefícios governamentais, que protegiam 25% dos adultos brasileiros em 2015 (Flores, 2017), acompanhado de um aumento constante em seu valor real a partir de 1995 (ver Gráfico 3).

Em suma, a crise econômica iniciada em 2013 afetou o mercado de trabalho, e as políticas de proteção de renda tiveram diferentes regras de reajuste de 2012 a 2015. Os dados exibidos no Gráfico 6 sugerem que essas políticas protegeram aqueles que estão nos estratos inferiores da distribuição de renda de se tornarem os grandes perdedores da crise.

E O DESEQUILÍBRIO FISCAL?

A redução da desigualdade promovida pela inclusão dos *outsiders* da Constituição de 1988 é incompatível com o equilíbrio fiscal? Muitos analistas afirmam que sim. O argumento básico em favor dessa tese é de que as receitas anuais do setor público não geram recursos suficientes para cobrir as despesas.

Mas seriam a Constituição de 1988 e, em particular, as políticas de inclusão dos *outsiders* responsáveis por esse desequilíbrio? Sem dúvida, aumentar o gasto social sem que as receitas aumentem na mesma proporção resulta em desequilíbrio fiscal e, consequentemente, em endividamento.

Entretanto, o debate sobre o peso da carga tributária brasileira ignora sua distribuição. Se o gasto social no Brasil revela aspectos relevantes de aversão à desigualdade de renda, nossa estrutura tributária mostra-se indiferente a isso. O argumento de que a carga tributária no país já é muito alta, o que prejudica a competitividade da economia brasileira, sugere que essa carga é igualmente distribuída. Não é. Pessoas físicas de altíssima renda contribuem muito menos, em termos percentuais, que a classe média alta, cuja renda é, em geral, tributada na fonte. Cerca de 70 mil indivíduos com renda média anual de R$ 4,5 milhões pagaram em 2013 menos de 2% de IRPF sobre sua renda total. Além disso, estima-se que a reintrodução da tributação sobre dividendos — cuja extinção, em 1995, deu origem a essa distorção — poderia gerar R$ 50 bilhões em receitas adicionais (Gobetti e Orair, 2015). Este é apenas um exemplo. Muitos outros sobre a regressividade da carga tributária brasileira poderiam ser citados. A questão que disso deriva é se seria politicamente aceitável impor sacrifícios aos setores mais vulneráveis sem que os muito ricos contribuam para a redução do déficit fiscal.

Adicionalmente, a alternativa de desconstitucionalizar direitos sociais não é a única possível para reduzir gastos. O fato de as políticas de inclusão dos *outsiders* terem reduzido as desigualdades econômicas não elimina o fato — também verdadeiro — de que parte do gasto público brasileiro é claramente regressiva, sendo as vantagens gozadas pelos servidores públicos sua face mais visível e, paradoxalmente, menos estudada. Mais uma vez, sem uma revisão abrangente dos aspectos regressivos do gasto público brasileiro, não é politicamente aceitável impor sacrifícios adicionais aos setores mais vulneráveis pela via da desconstitucionalização das garantias sociais a eles concedidas.

Por fim, a agenda da desconstitucionalização das políticas de proteção da base da pirâmide social precisa demonstrar que a expansão do déficit público se deve aos mandatos constitucionais. Estudo divulgado por Luiz Guilherme Schymura (2017), de autoria de Bráulio

Borges, Manoel Pires e Vilma Pinto, indica que a expansão do déficit fiscal se deve mais a gastos instituídos nos últimos trinta anos que a imperativos inscritos no texto constitucional. Em outras palavras, o déficit se deve mais a uma dinâmica pela qual decisões posteriores a 1988 produziram expansão do gasto sem correspondente expansão das receitas do que ao que estou chamando de políticas de inclusão dos *outsiders*. Se os autores estão corretos, não é necessário incorrer nos custos políticos de desconstitucionalizar as políticas inclusivas para conter a produção de déficits fiscais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição de 1988 representou o resultado de um processo bem-sucedido de transição democrática, pelo qual uma sociedade altamente desigual produziu uma promessa de inclusão social. As mudanças paradigmáticas nas políticas sociais introduzidas pela Carta produziram a inclusão dos *outsiders*, mecanismo este que não apenas reduziu desigualdades como contrabalançou os efeitos da crise econômica que atravessamos.

Ainda que a inclusão dos *outsiders* produza inevitavelmente expansão do gasto social, parte do déficit fiscal observado resulta de uma decisão das elites políticas de manutenção de um modelo regressivo de tributação. Esse déficit também poderia ser reduzido por meio de uma revisão abrangente de aspectos regressivos do gasto social, sem incorrer nos elevados custos políticos de impor perdas às categorias concentradas de beneficiários das políticas constitucionalizadas.

Portanto, há boas razões para comemorar os trinta anos da Constituição e as políticas inclusivas instituídas por seus dispositivos. É necessário, porém, buscar outros caminhos para assegurar o equilíbrio fiscal que garanta a continuidade delas, enfrentando a regressividade da tributação e do gasto social.

MARTA ARRETCHE é professora titular do Departamento de Ciência Política da USP e diretora do Centro de Estudos da Metrópole. Foi editora da *Brazilian Political Science Review* (2012-18) e pró-reitora adjunta de pesquisa da USP (2016-17). Foi *visiting fellow* do Departament of Political and Social Sciences, do Instituto Universitário Europeu, em Florença. É bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq.

Recebido para publicação em 3 de junho de 2018.
Aprovado para publicação em 16 de julho de 2018.
NOVOS ESTUDOS CEBRAP
112, set.–dez. 2018
pp. 395-414

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acemoglu, Daron; Robinson, James A. "Why Did the West Extend the Franchise? Democracy, Inequality, and Growth in Historical Perspective". *The Quarterly Journal of Economics*, v. 115, n. 4, 1º nov. 2000, pp. 1.167-99.

_____. "A Theory of Political Transitions". *The American Economic Review*, v. 91, n. 4, set. 2001, pp. 938-63.

Almeida, Maria Hermínia Tavares de. "Federalismo e políticas sociais". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 10, n. 28, 1995, pp. 88-108.

_____; Sorj, Bernardo. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Andrade, Mônica Viegas *et al.* "Desigualdade socioeconômica no acesso aos serviços de saúde no Brasil: um estudo comparativo entre as regiões brasileiras em 1998 e 2008". *Economia Aplicada*, v. 17, n. 4, 2013, pp. 623-645.

Araújo, Victor; Flores, Paulo. "Redistribuição de renda, pobreza e desigualdade territorial no Brasil". *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, n. 63, 2017, pp. 159-82.

Arretche, Marta. "Conclusões: as políticas na trajetória da democracia à redução das desigualdades". In: ____ (org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos.* São Paulo: Editora Unesp, 2015, pp. 423-55.

_____. "Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: a inclusão dos *outsiders*". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 96, 2018, pp. 1-23.

Barros, Ricardo Paes de; Henriques, Ricardo; Mendonça, Rosane. "Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 42, 2000, pp. 123-42.

Boix, Carles. *Political Parties, Growth and Equality: Conservative and Social Democratic Economic Strategies in the World Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

_____. *Democracy and Redistribution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

Brito, Alessandra; Foguel, Miguel; Kerstenetzky, Celia. "Minimum Wage Valorization Policy and the Decline in Income Inequality in Brazil between 1995 and 2014: a decomposition approach". Center for Studies on Inequality and Development, *Discussion Paper* n. 115, out. 2016.

Cambota, Jacqueline Nogueira; Rocha, Fabiana Fontes. "Determinantes das desigualdades na utilização de serviços de saúde: análise para o brasil e regiões". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 45, n. 2, 2015, pp. 219-43.

Comin, Alvaro. "Desenvolvimento econômico e desigualdades no Brasil". In: Arretche, Marta (org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos.* São Paulo: Editora Unesp, 2015, pp. 309-34.

Curi, Andréa Zaitune; Menezes Filho, Naercio Aquino. "O mercado de trabalho brasileiro é segmentado? Alterações no perfil da informalidade e nos diferenciais de salários nas décadas de 80 e 90". *Estudos Econômicos,* Instituto de Pesquisas Econômicas, v. 36, 2006, pp. 160-19.

Draibe, Sônia. "As políticas sociais do regime militar brasileiro: 1964-84". In: Soares, Gláucio D.; D'Araújo, Celina. *21 Anos de regime militar.* Rio de Janeiro: FGV, 1994.

Ferreira, Francisco H. G. *et al*. "Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil: uma atualização para 2005". In: Barros, Ricardo Paes de; Foguel, Miguel N.; Ulyssea, Gabriel (orgs.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente.* Brasília: Ipea, 2007, v. 2, pp. 131-45.

Flores, Paulo. *A política da política do salário mínimo no Brasil*. Dissertação (mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

Gobetti, Sergio; Orair, Rodrigo. "Jabuticabas tributárias e a desigualdade de renda no Brasil". *Valor Econômico*, São Paulo, 31 jul. 2015.

Gomes, Sandra. "O impacto das regras de organização do processo legislativo no comportamento dos parlamentares: um estudo de caso da Assembleia Constituinte (1987-88)". *Dados,* v. 49, n. 1, 2006, pp. 193-224.

Huber, Evelyne; Stephens, John D. *Democracy and the Left: Social Policy and Inequality in Latin America.* Chicago: The University of Chicago Press, 2013.

Lamounier, Bolívar. "O 'Brasil autoritário' revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura". In: Stepan, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 83-134.

Lavalle, Adrian Gurza; Barone, Leonardo. "Conselhos, associações e desigualdade". In: Arretche, Marta (org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos.* São Paulo: Editora Unesp, 2015.

Limongi, Fernando; Cheibub, José Antonio; Figueiredo, Argelina. "Participação política no Brasil". In: Arretche, Marta (org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos.* São Paulo: Editora Unesp, 2015.

Martins, Carlos Estevão; Cruz, Sebastião Velasco. "De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura". In: Almeida, Maria Hermínia Tavares de; Sorj, Bernardo. *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983, pp. 13-61.

Medeiros, Marcelo; Souza, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de; Castro, Fabio Ávila de. "O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares, 2006-2012". *Dados. Revista de Ciências Sociais*, v. 58, n. 1, 2015a, pp. 7-36.

_____. "A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares". *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 4, 2015b, pp. 971-86.

Menezes Filho, Naercio Aquino; Kirschbaum, Charles. "Educação e desigualdade no Brasil". In: Arretche, Marta (org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos.* São Paulo: Editora Unesp, 2015, pp. 309-34.

Neri, Marcelo; Soares, Wagner. "Desigualdade social e saúde no Brasil", *Cadernos de Saúde Pública* [*on-line*], v.18, 2002, sup., pp. S77-87.

Ribeiro, Carlos Costa; Ceneviva, Ricardo; Brito, Murillo Marschner Alves de. "Estratificação educacional entre jovens no Brasil: 1960 a 2010". In: Arretche, Marta (org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos.* São Paulo, Editora Unesp, 2015.

Santos, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

Schymura, Luiz Guilherme. "Equilíbrio fiscal na complexa democracia brasileira". *Valor Econômico*, São Paulo, 15 set. 2017.

Soares, Sergei Suarez Dillon. "Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase entre 2001 e 2004". Ipea, *Texto para Discussão*, n. 1.166, 2006.

_____. "O ritmo na queda da desigualdade no Brasil é aceitável?". *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 3 (119), jul.-set. 2010, pp. 364-80.

Souza, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de; Medeiros, Marcelo. "Top Income Shares and Inequality in Brazil, 1928-2012". *Sociologies in Dialogue*, v. 1, n. 1, pp. 119-32.

Stepan, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CC BY

Fundação Carlos Chagas (FCC):

54 anos dedicados

à educação

CADERNOS DE PESQUISA (CP),
ESTUDOS EM AVALIAÇÃO EDUCACIONAL (EAE)
e TEXTOS FCC são publicações da FCC
que divulgam a produção científica
do campo educacional.

Além dessas publicações, a FCC apoia
e financia a revista NOVOS ESTUDOS CEBRAP.

fcc.org.br

Fundação Carlos Chagas

ECONOMIC EFFECTS OF THE BRAZILIAN CONSTITUTION[1]

http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201800030004

Otaviano Canuto*
Tiago Ribeiro dos Santos**

ABSTRACT

The goal of this article is to examine the economic effects of some provisions on the Federal Constitution of Brazil. The Constitution of Brazil is one of the longest and most detailed constitutional texts in the world. We find that both because of the specific provisions of the text, but also by the political economy implications of the sheer length, the Brazilian Constitution tends to increase governmental spending.

KEYWORDS: *Brazilian Constitution; Constitutional economics; Fiscal policy; Political economy.*

Efeitos econômicos da Constituição brasileira

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar os efeitos econômicos da Constituição Federal do Brasil. A Constituição brasileira é uma das mais longas e detalhadas do mundo. Concluímos que, tanto em razão de provisões específicas como por causa da extensão do texto, a Constituição brasileira tende a aumentar o gasto governamental.

PALAVRAS-CHAVE: *Constituição brasileira; economia constitucional; política fiscal; economia política.*

[*] Center for Macroeconomics and Development, Washington, DC, USA. E-mail: ocanuto@cmacrodev.com

[**] Embassy of Brazil, Washington, DC, USA. E-mail: tiago.santos@itamaraty.gov.br

[1] The opinions expressed here are solely of the authors and do not express the views of the institutions to which they are affiliated.

"You mean the text, right?" That's reportedly how one of the main scholars of constitutions, Walter Murphy, always started a conversation on the topic. It makes sense. The word "constitution" has two substantially different meanings, but these are often confused because of their connection. The constitution of a country can be understood as the set of rules which organize the activity of the state: how the Judiciary works, whether and how elections are conducted, what kind of head of state they have. Or it may simply mean the totality of the text which a given country has chosen to label so. Most often these two meanings are strictly connected: the constitutional document is essentially the set of rules organizing the states. But not too rarely they diverge. The United Kingdom definitely has a constitution, but British law does not name any document that way. Brazil, on the other hand, has such a document, but it deals with many more issues than the

organization of the state. So, to be clear, in our case, we do mean the text. The goal of this article is to examine the economic effects of some provisions on the Federal Constitution of Brazil.

We will have to make choices. Any constitution will affect economic outcomes in many ways. Persson and Tabellini (2003) dedicate an entire book to the economic effects of a few central, but very specific provisions. Considering that the Constitution of Brazil is the third longest in the world (Comparative Constitutions Project, 2016) and "attempt[s] to constitutionalize nearly every aspect of public life" (Elkins et al, 2009), a thorough examination is impossible. Instead, we will concentrate on some of the aspects we believe impact the economy of Brazil the most, in particular topics: pensions, education, health, and taxes. In conclusion, we will consider the recent fiscal trends in Brazil following the approval of the constitutional text.

I. THE PENSION SYSTEM

The pension system is one of the issues awarded much greater detail in the Brazilian Constitution than its counterparts. While most texts will essentially affirm that there shall be a pension system, or perhaps not mention social security at all, most of the main aspects of the Brazilian pension system appear in the constitutional text, in a specific section, under Chapter II ("Social Security") of Title VIII ("Of the Social Order"). Some provisions merit our attention: (a) the "pay-as-you-go system"; (b) the lack of minimum age; and (c) the prohibition on reducing benefits.

(A) "PAY AS YOU GO"

Brazil adopts a pay-as-you-go system. This means that pension benefits are paid from the pension system revenues of the same period. If pension revenues cannot cover predetermined benefits, the Brazilian Treasury must pay the difference. An alternative model is the "fully-funded" system, adopted in countries like Chile. This system allocates contributions in special funds, which invest the resources in the market until the payment of benefits. In this case, pension system deficits cease to alarm—giving way to concerns about the solvency of the funds. If investments do not pay off as expected, the amount of benefits must decrease.

Economists tend to believe that a fully-funded system is more attractive than its pay-as-you-go counterpart, for two main reasons: first, rates of return on investment usually exceed the rate of growth of economies. Pensions funded through a fully-funded scheme may, in equilibrium, benefit pensioners more than a pay-as-you-go system.

Second, a fully-funded system retains incentives for productive labor, since benefits relate more directly to contributions. From a political economy point of view, a fully-funded system offers the advantage of a clearer source of financing, so that demographic variations do give rise to intergenerational conflicts. Empirical studies favor the hypothesis that fully-funded schemes have a positive effect for growth (Bijlsma, M.; van Ewijk, C.; Haaijen, F., 2014).

(B) LACK OF MINIMUM AGE

Article 207, §7 of the Federal Constitution determines the conditions for workers' retirement:

> *I – thirty-five years of contribution, if a man, and thirty years of contribution, if a woman;*
>
> *II – sixty-five years of age, if a man, and sixty years, if a woman; this age limit being reduced by five years for rural workers of both sexes and for those who exercise their activities within a household system, therein included rural producers, placer miners, and self-employed fishermen.*

Despite divergent opinions from legal scholars such as Ives Gandra Martins (1999), the prevailing interpretation is that those are alternative conditions, not cumulative; workers are entitled to benefits if either is met.

Workers have an incentive to retire as soon as possible, given that Brazil adopts a system with benefits that are largely independent of the amount of contributions. Most countries adopt a minimum age of retirement to deal with this issue—typically between 60 and 65 years of age. Without a minimum age, average retirement age in Brazil is 58, while in the OECD countries it stands at 64. Early retirements are twice a cost: not only do they imply payments for a longer time, they also disincentive the work of some of the most productive members of the workforce. Early retirees could instead contribute substantially to older beneficiaries.

(C) IRREDUCIBILITY OF THE VALUE OF BENEFITS

Article 194, IV of the Federal Constitution determines that the value of benefits cannot be reduced. There is no guarantee, however, that the amount of resources provisioned for pensions will be enough to cover costs. The irreducibility rule effectively proscribes a correction for ballooning expenses absent a constitutional amendment. Even an extremely undesirable correction through inflation would violate the Constitution. Article 201, paragraph 4 establishes that "Readjustment

of the benefits is ensured, to the end that their real value is permanently maintained, in accordance with criteria defined by law."

Irreducibility aims at protecting, quite literally, grandfather rights. But it prevents the adoption of more equitable and transparent rules, which could avoid the deterioration of the fiscal situation. An example of such a rule is a ceiling on pension expenses as a percentage of Brazilian GDP with automatic and equal proportional cuts if the ceiling would be exceeded. Any major reform of the pension system which preserved the irreducibility principle would impose enormous costs on younger generations and no costs whatsoever on older generations.

FAST AGING INCREASES THE CHALLENGE

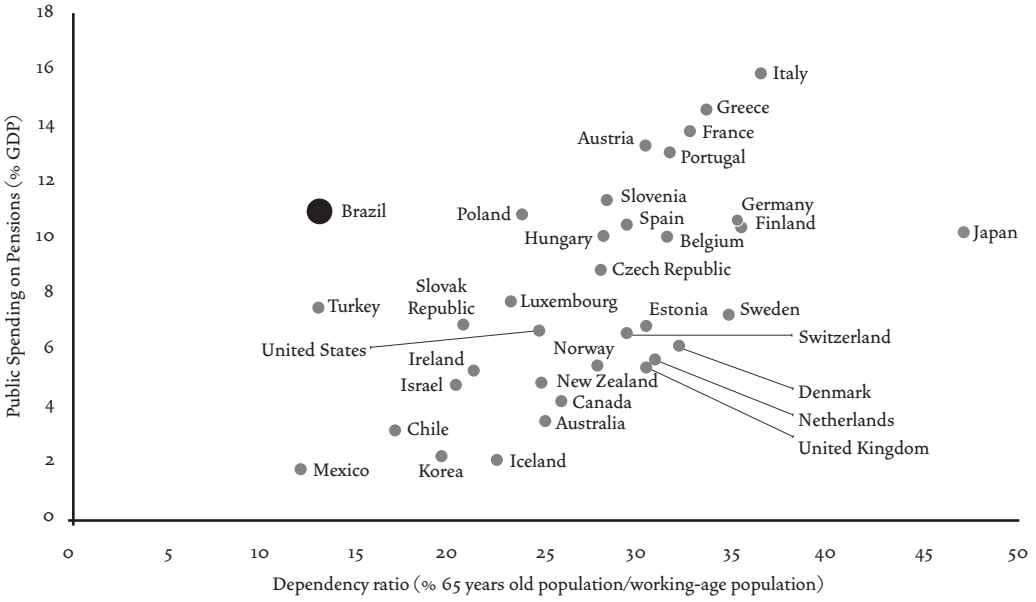
The population of Brazil is aging rapidly. While the French took almost 150 years to go from 10% to 20% of persons over 60 in their population, and the British took 65 years, Brazilians will do it in only 25 years—between 2010 and 2035 (Canuto, 2017). That means a very accelerated increase in the "elderly dependency ratio" (the proportion of people over 65 to people of working age). The dependency ratio was around 10% in 2010, and the Brazilian Geographic and Statistic Institute (IBGE) estimates that it will be around 45% in 2060. Workers' burdens in a pay-as-you-go system will be dramatic.

The fiscal effects of current pension rules are already being felt when the total dependency ratio of the Brazilian population (which includes youth under 20 for the calculation) is at a historic low of 44%, according to the World Bank. As one of us has written, Brazil spends much more with pensions than other countries (Canuto, 2017). Japan is the recurrent example. The Asian country spends the same with pensions as a proportion of GDP as Brazil, but has a much larger elderly dependency ratio. The comparison is not completely fair, however, since Japan is an outlier in the opposite direction. Still, a quick look at the graph below, by the World Bank, reveals how far Brazil is from the very clear line that relates the dependency ratio with public spending on pensions.

2. EDUCATION

Human capital formation is one of the most important factors for economic development, and education brings a number of noneconomic benefits. This leads many governments to inscribe the promotion of education in their constitutions. Few, however, specify how this promotion will happen as much as the Brazilian constitution. Former Minister of Education Cristovam Buarque is one of the most vocal critics of what he sees as an excessive detailing which hinders experimentation and innovation in educational practices. If these critics are

CHART I
Total Pension Spending (RPPS and RGPS) as a Share of GDP and Dependency Ratio



Source: World Bank — "Summary Note on Pension Reform in Brazil: Why is it Needed and What Will be its Impact?"

correct, then the current rules may be negatively affecting Brazilian development. We will, however, focus on a rule with more direct effects: minimum spending on education.

Article 212 stipulates that "[t]he Union shall apply, annually, never less than 18%, and the states, the Federal District, and the municipalities, at least 25% the tax revenues, including those resulting from transfers, in the maintenance and development of education." There is scant evidence that spending is related to educational outcomes. Brazil is an example of that: while the country spends more on education as a percentage of GDP than the OECD members on average, its PISA results are at the bottom of the ranking—63rd out of 70 countries.

All municipalities must spend the minimum 25% of resources, independently of any of their underlying characteristics such as size (which could make them more efficient in education and demand less resources) or share of youth. Considering the fast aging of the population, discussed above, the amount spent on education will continue to grow without expectation of better results. This is not necessarily a correction. Contrary to popular opinion, Brazilian teachers earn similarly to their counterparts in peer countries at entry, and significantly more after promotions. They also benefit from a more generous pension scheme than teachers in other countries (World Bank, 2017b).

3. HEALTH

As with other subjects, health has a much longer treatment in the Brazilian constitution than in others, and, as in the case of education, there is a minimum level of expenses. In this case, however, there does not seem to be as many distortions derived directly from the Constitution.[2] Choosing a model of healthcare always involves trade-offs, and the decision must consider market failures, information asymmetries, adverse selection and externalities. In light of those challenges, the Brazilian choice for a government-provided system is appropriate and follows the model of some of the most successful healthcare systems around the world. The minimum spending rule also has not been a problem because it has not been binding for the past years. Even so, public spending at 4% of GDP lies below the OECD average of 6% and is comparable to countries like Colombia and Mexico. Given the fast aging mentioned above, we should expect that health will demand even more resources. In this sense, the constitutional minimum is not currently binding, nor should it be soon.

[2] As the "A fair adjustment" document shows, however, there are several inefficiencies in the health sector, most notably the subsidies given to private insurance plans, but these are not directly related to the constitutional text.

4. TAXES

The Brazilian constitution determines the competencies to tax for the different federal units. The Union, the states and municipalities get their revenues from the activities specified in the constitutional

	Taxes on income	Taxes on consumption	Property taxes	Other
Federal	i. Income tax (art. 153, III) - Personal income - Corporate income ii. Social contribution on net profits (art. 195, I, c) iii. Social Security contribution (art. 195, I, b)	i. Industrialized product taxes (art. 153, IV) ii. Import taxes (art. 153, I) iii. Export taxes (art. 153, II) iv. Financial operation taxes (art. 153, V) v. PIS/PASEP contribution (art. 239)	i. Tax on rural property (art. 153, VI)	a. Taxes on labor i. PAYG contributions (art. 195, II) ii. Contribution for "education-wage" (art. 211, par. 5) b. Contributions of economic domain intervention (art. 149) i. CIDE ii. FGTS
State		i. Tax on trade and services (art. 155, II)	i. Tax on motorized vehicles (art. 155, III) ii. Tax on donations and estates (art. 155, I)	
Municipal		i. Tax on services (art. 156, III)	i. Tax on urban real estate (art. 156, I) ii. Tax on real estate transmission (art. 156, II)	

text, and there is no freedom to establish taxes on anything other than what is stipulated. The table below brings a list of different taxes in the constitution (adapted from Pontes Lima, 1999):

There is a clear violation of lesson 6 of Mankiw et al (2009)'s lessons in optimal taxes: "Only final goods ought to be taxed, and typically they ought to be taxed uniformly". First, there is no concern regarding the stage of production for taxation purposes—which means that inputs are taxed at the same rate as final goods, with consequences for value added chains. Second, the constitutional division of competencies for different kinds of goods and services, with rates defined by different federation entities, makes it almost certain that there will not be uniformity in taxes.

"This complexity jeopardizes the Brazilian business environment by increasing the amount of misallocation of resources, which can represent a very important drag in productivity". Hsieh and Klenow (2009) estimate that 30-60% of the productivity difference of countries such as India and China to the United States is due to misallocation, and Stefanski and Toews (2018), in turn, estimate that differences in tax policies are the greatest contributor for this misallocation.

5. CONSEQUENCES OF A PARTICULARLY LONG TEXT

The relative length of the Brazilian constitution has been debated since its draft phase, and will certainly be subject to discussion in other articles in this volume. In this text, the analysis will be restricted to the economic effects of that greater relative length.

There is sparse literature on the economic effects of detailed constitutions. Constitute Project, which is dedicated to the comparative study of constitutions, considers the effects of length on constitutions duration, but not their economic effects. What has been more studied is the economic effects of supermajorities and, given that the Brazilian Constitution is subject to amendments only when supermajority requirements are met, we will explore that literature.

Economist James Buchanan believed that supermajorities would have the effect of limiting the scope of the state, since only measures with wide acceptance would be approved. Based on this logic, many American states adopted supermajority requirements during the XX and XXI centuries. This has allowed for studies which empirically explore the variation on supermajority rules on government expenses.

Studies such as "Supermajority Voting Requirements for Tax Increases: Evidence from the States", by Brian G. Knight and "Majority Rule *versus* Supermajority Rules: Their Effects on Narrow and Broad Taxes" by Jac C. Heckelman and Keith L. Dougherty support Buchanan's hypothesis. While Knight's article finds a global reduction in

taxes, Heckelman and Dougherty point at a reduction only in narrow base taxes, but not a reduction in overall taxes.

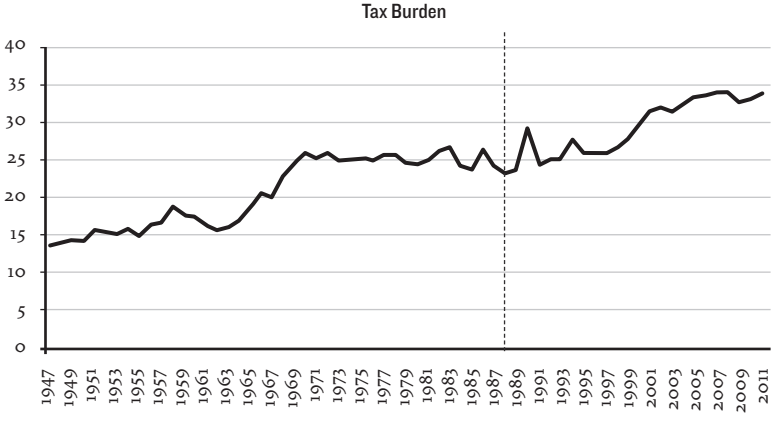
Lee (2014), however, finds what he calls the "paradox of supermajority rule": supermajority requirements for tax increases, aimed at limiting governmental expenses, would ultimately increase expenses. According to his model, this result is expected if politicians are trying to promote private goods (meaning rival and excludable) to their constituencies. With a simple majority rule, a politician with the capacity to distribute some benefit needs only to gather 50% of his colleagues. With a supermajority, this requirement is higher. Consequently, both a raise in taxes and more "pork barrel" expenses are approved.

Lee's empirical analysis finds evidence in favor of his hypothesis of higher expenses. In effect, a closer reading of Heckelman and Dougherty's findings reveals statistically significant positive effects of supermajority rules and broad taxes. Because they lacked the theoretical basis for such an effect—as provided by Lee—Heckelman and Dougherty do not pay much attention to that effect.

The very broad scope of the Brazilian Constitution gives ample room for transactional behavior among Congress members. Alston and Mueller (2006) find evidence of such behavior in the period they studied, the mandate of Fernando Henrique Cardoso and the beginning of the first mandate of Luiz Inácio Lula da Silva.

CONCLUSION

Since the approval of the Constitution, spending has increased constantly (Canuto, 2016) (Almeida, Lisboa and Pessoa, 2015). In 1991, the tax burden amounted to 25% of the GDP; in 2016, 32%



Source: Fundação Getúlio Vargas and IBGE.

of the GDP. Expenses, however, increased at an even faster pace—generating recurrent deficits and the ongoing fiscal crisis. Central government expenses (which include the federal government, the Brazilian Central Bank and the Social Security National Institute – INSS) are the main driver of that growth. Pension spending has increased 4.3 percentage points between 1991 and 2014, and now account for 13% of GDP.

The data suggests that the effect of the constitution could be strong. From the graph below, we see that the tax burden remained mostly constant during the years immediately prior to the Constitution, and then had a steep rise.

The Brazilian Constitution was drafted in an environment of remarkable optimism about its power, combined with deep suspicion of abrupt changes without wide support, after more than twenty years of dictatorship. Both the optimism and the suspicion acted together to promote the inscription of an extensive list of services which should be paid by the state. There was not, however, a well-thought plan on how all of these services would be financed without suffocating the administration. The text differentiates itself from other constitutions in its length and specificity. These characteristics will present a strong challenge to the sustainability of the Constitution as it is in the coming years.

Received for publication on July 20, 2018.

Approved for publication on November 30, 2018.

NOVOS ESTUDOS
CEBRAP
112, Sep.–Aug. 2018
pp. 417-426

OTAVIANO CANUTO is Principal at the Center for Macroeconomics and Development and a former Executive Director for Brazil, Colombia, Dominican Republic, Ecuador, Haiti, Panama, Philippines, Suriname, and Trinidad & Tobago at the World Bank. He co-wrote and elaborated the arguments here contained.

TIAGO RIBEIRO DOS SANTOS is a career diplomat for Brazil acting as advisor to the Executive Director for EDS15 at the World Bank. He co-wrote and elaborated the arguments here contained.

REFERENCES

Almeida, Mansueto; Lisboa, Marcos de Barros; Pessôa, Samuel. "Ajuste inevitável". *Folha de S.Paulo*, 19 jul. 2015.

Alston, L. J.; and B. Mueller. "Pork for Policy: Executive and Legislative Exchange in Brazil." *Journal of Law Economics and Organization* 22: pp. 87–114, 2006.

Bijlsma, M.; van Ewijk, C.; Haaijen, F. "Economic Growth and Funded Pension Systems." (*Netspar Discussion Papers*; nº DP 07/2014-030). Tilburg: Netspar, 2014.

Canuto, O. "What's Ailing the Brazilian Economy?", *Capital Finance International*, fall issue, 2016, accessed December 3, 2018, http://cfi.co/finance/2016/11/otaviano-canuto-world-bank-whats-ailing-the-brazilian-economy/.

_____. "Brazil's Pension Reform Proposal Is Necessary and Socially Balanced", International Association of Financial Management – INTERFIMA, 2017, accessed December 3, 2018, http://www.interfima.org/publications/brazils-pension-reform-proposal-necessary-socially-balanced/.

Comparative Constitutions Project, CCP Rankings, http://comparativeconstitutionsproject.org/ccp-rankings/

Constitution of the Federative Republic of Brazil: constitutional text of October 5, 1988, with the alterations introduced by Constitucional Amendments no. 1/1992 through 64/2010 and by Revision Constitutional Amendments nº 1/1994 through 6/1994. – 3rd ed. – Brasília: Chamber of Deputies, Documentation and Information Center, 2010.

Elkins, Z.; Ginsburg, T.; Melton, J. *The Endurance of National Constitutions*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

Fundação Getúlio Vargas – Centro de Contas Nacionais – several publications, from 1947 to 1989; IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Contas Nacionais, at https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=SCN49

Gandra da Silva Martins, Ives (1999). Aposentadoria – Inteligência do parágrafo 7º do artigo 201 da Constituição Federal – Opinião Legal, 1999, accessed December 3, 2018, http://www.gandramartins.adv.br/project/ives-gandra/public/uploads/2014/10/28/337deeb040699p.doc

Heckelman, Jac C.; Keith L. Dougherty (2010). "Majority Rule versus Supermajority Rules: Their Effects on Narrow and Broad Taxes", *Public Finance Review* 38: p.738–61.

Hsieh, Chang-Tai and Peter J. Klenow (2009). "Misallocation and Manufacturing TFP in China and India", *Quarterly Journal of Economics*, 2009, 124 (4), p.1403–48.

Knight, Brian G., "Supermajority Voting Requirements for Tax Increases: Evidence from the States", *Journal of Public Economics*, 76(1), 2000.

Persson, Torsten; Tabellini, Guido. *The Economic Effects of Constitutions*. Cambridge and London: MIT Press, 2003.

Pontes Lima, Edilberto Carlos. "Reforma Tributária no Brasil: entre o ideal e o possível". Text for discussion nº 666. Ipea, 1999, accessed December 3, 2018, http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4179

Stefanski, Gerhard; Toews, Radoslaw. *What's in a Wedge? Misallocation and Taxation in the Oil Industry.* Unpublished manuscript, 2018.

Mankiw, N. Gregory; Weinzierl, Matthew; Yagan, Danny. "Optimal Taxation in Theory and Practice," *NBER Working Papers* 15071, National Bureau of Economic Research, Inc., 2009.

World Bank. *A Fair Adjustment: Efficiency and Equity of Public Spending in Brazil: Volume I: summary* (*Portuguese*). Washington, D.C.: World Bank Group, 2017a. Also available at http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/Volume-I-síntese

_____. *Summary Note on Pension Reform in Brazil: Why Is It Needed and What Will Be its Impact?*, 2017b. Also available at http://documents.worldbank.org/curated/en/552181491971723170/Summary-note-on-pension-reform-in-Brazil-why-is-it-needed-and-what-will-be-its-impact

CC BY

museu
brasil
patrimônio histórico,
exposições temporárias,
cultura e conhecimento
num só lugar
museubrasil.org
REALIZAÇÃO
INSTITUTO
BRASILIANA
PATROCÍNIO
BR
PETROBRAS
GOVERNO FEDERAL

ÍNDIOS NA CONSTITUIÇÃO

http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201800030002

Manuela Carneiro da Cunha*

RESUMO

Há 30 anos, na Constituição, os direitos dos índios, que já eram consagrados na República desde a Carta de 1934, foram, pela primeira vez, objeto de um capítulo específico. O estudo dos desmandos praticados contra eles levou a uma fundamentação e a uma explicitação desses direitos. O modo de vida dos povos indígenas no Brasil foi reconhecido, bem como sua capacidade jurídica autônoma acrescida da proteção do MPF. Na Constituinte, acusações orquestradas de conspiração contra os interesses nacionais procuraram sem sucesso total destruir os avanços logrados. Nunca desistiram, e hoje acumulam-se ameaças aos direitos constitucionais dos índios.

PALAVRAS-CHAVE: *Assembleia Constituinte; direitos indígenas; política indigenista.*

Indigenous Peoples in the Constitution

ABSTRACT

Thirty years ago, 1988 Brazilian Constitution dedicated a specific chapter to the rights of indigenous peoples. Studies about violations of indigenous rights led them to in that chapter the foundation and explanation of these rights. The way of life of the different indigenous peoples in Brazil was recognized, as well as their autonomous legal capacity. During the work of the Constituent Assembly, orchestrated accusations of conspiracy against national interests sought, without total success, to destroy the obtained accomplishments. These attacks never relinquished and there are nowadays numerous threats to the constitutional rights of indigenous peoples.

KEYWORDS: *Constituent Assembly; indigenous rights; state policies and indigenous peoples; Brazil.*

[*] Universidade de Chicago, Chicago, Illinois, Estados Unidos. E-mail: mm-cunha@uchicago.edu

Começo a escrever no dia 8 de outubro, na madrugada seguinte ao primeiro turno das eleições de 2018. Há 30 anos e 3 dias, celebrava-se uma nova Constituição, dita cidadã, a mais igualitária que até então se conseguira. Hoje, o que se conseguiu está ameaçado.

Historiadores ainda farão o relato documentado e minucioso do que aconteceu,[1] do que gerou o Capítulo VIII "Dos Índios" na Constituição e os outros dez artigos envolvendo direitos indígenas distribuídos no texto constitucional. Depositei meus papéis da época no então Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP e agora CEstA (Centro de Estudos Ameríndios). Camila Loureiro Dias, professora na Unicamp, está vasculhando essa e outra vasta documentação. Espero que ela escreva a história do ponto de vista de seus vários outros atores.

[1] Já existem alguns textos históricos sobre o processo. Destaco aqui o doutorado em história de A. C. Zema de Resende (2014), que, embora não se atenha à Constituição de 1988, traz um levantamento muito amplo de fontes.

E foram muitos esses atores, inseridos em instituições diversas. Entre eles, houve uma divisão espontânea de atuação: todos se manifestaram na política e se insurgiram contra violências feitas aos índios, mas uns se dedicaram mais à documentação do presente, outros à presença junto aos índios, um terceiro grupo ao apoio jurídico e às suas organizações, e outros ainda, em que me incluo, à pesquisa histórica e, particularmente, da história da legislação indigenista.

Assim, vou me ater à minha perspectiva idiossincrática como um desses atores, que fui, e procurar fornecer dados para uma história mais completa e multifacetada. Creio que tive, junto a meus alunos e colegas, um papel específico, ligado à minha condição de acadêmica com intervenções no debate público. Por um lado, a partir de 1978, procurei fundamentar com pesquisa histórica um certo número de conceitos jurídicos, em particular a tutela e o fundamento dos direitos dos índios às suas terras. Por outro lado, durante meu mandato como presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) de 1986 a 1988, tive a possibilidade de consolidar uma aliança com outras associações científicas na defesa da pauta indígena. Foi assim que, durante os trabalhos da Constituinte, as intervenções da ABA — sobretudo na seção Tendências e Debates do jornal *Folha de S.Paulo* — foram frequentemente coassinadas pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)[2] e pela Coordenação Nacional dos Geólogos, a Conage. Passo então a contar minha visão do que se passou, suas origens e suas consequências. Primeiro, as origens:

[2] A SBPC teve um papel central na resistência durante o período da ditadura. Na época da Constituinte, assinavam com a ABA a presidente, Carolina Bori, ou o vice-presidente, José Albertino Rodrigues. Sobre a Conage e seu presidente, falarei mais adiante.

A década de 1970 foi tenebrosa para os índios da Amazônia. Conforme escrevemos no documento da Comissão da Verdade, foi então que o governo militar tomou as rédeas da política indigenista, que ficou inteiramente dependente dos projetos do que se chamou à época de "desenvolvimento". O título do livro de Shelton Davis (1978) sobre o que ocorreu com os povos indígenas, *Vítimas do Milagre*, captou bem a situação.

Em 1978, o então ministro do Interior Rangel Reis procurou fazer aceitar o chamado "Decreto da Emancipação". Tratava-se de distinguir entre "silvícolas", entendidos como índios que viviam segundo suas "tradições", e índios "aculturados", que já se estariam conformando aos costumes da maioria dos brasileiros e que deveriam ser emancipados.

Os índios haviam sido incluídos *ad hoc* no Código Civil de 1916, entre os "relativamente capazes", equiparados às mulheres casadas (mas não às solteiras) e aos menores de idade entre 16 e 21 anos. O propósito expresso era protegê-los de maus negócios em que sua inexperiência podia metê-los. Os "relativamente capazes" eram juridicamente distintos dos "incapazes", tais como os menores de 16 anos ou as pessoas sem discernimento. Ao contrário dos "incapazes", os "relativamente

capazes" podiam celebrar contratos, que seriam considerados válidos (desde que não lhes fossem prejudiciais). Enquanto crianças, tidas como incapazes, não podiam celebrar contratos válidos, os contratos de índios, enquanto relativamente capazes, eram válidos, embora invalidáveis se os prejudicassem (D. Dallari, 1979 e 1994). Mas ambos eram considerados "tutelados". As mulheres casadas eram tuteladas pelos maridos, e os índios, pela União, que delegou essa tutela primeiro ao SPI, de 1916 a 1967, e, após o escândalo que revelou os abusos e a corrupção do SPI, à Funai. Havia, no entanto, uma diferença crucial entre a tutela dos índios e a das mulheres casadas. Nos outros casos de tutela, um curador tinha a incumbência de examinar a lisura da conduta do tutor. Nenhum órgão, porém, examinava a lisura do SPI ou da Funai no trato dos interesses dos índios.

A Funai interpretava a figura da tutela como um poder que se sobrepunha à vontade dos índios. E nos anos 1970, como órgão do Ministério do Interior, que comandava a política de ocupação da Amazônia, ficou inteiramente caudatária dessa política.

Acenando com a emancipação da tutela para índios "aculturados", o Decreto de Rangel Reis tentava repetir um processo inaugurado na metade do século XIX, sobretudo nas províncias do nordeste brasileiro, a pretexto de que "os índios se achavam confundidos com a massa da população", nos termos da época, o que os privava de seus direitos exclusivos e coletivos sobre as terras. Emancipar índios da tutela com frequência seria interpretado por juízes como uma forma de destituí-los de sua condição indígena e, por conseguinte, dos direitos sobre suas terras que desde a Colônia lhes eram assegurados. Em suma, emancipar índios era uma forma disfarçada de liberar as terras que ocupavam.

Em uma época de muita repressão, a causa indígena se tornou um desaguadouro inesperado para muitos outros temas de protesto: o combate ao projeto de decreto de emancipação reuniu em manifestações, por exemplo, no teatro Tuca de São Paulo, um grande afluxo de pessoas. Na esteira desse evento, criou-se a Comissão Pro-Índio de São Paulo, e várias outras associações similares seguiram-se em outras cidades.[3]

Em 1973, foi promulgado o Estatuto do Índio (Lei 6.001/1973) que, no artigo 65, incluía como obrigação do Estado a demarcação de todas as terras indígenas no prazo de cinco anos. Note-se que essa obrigação (com novo prazo de cinco anos, até 1993) se repetiu no art. 67 das Disposições Transitórias da Constituição de 1988 sem que até hoje se tenha inteiramente concretizado. Mas, em 1978, a demanda "pela demarcação das terras indígenas" tinha se tornado tão popular que um adesivo com esses dizeres era frequente nos carros de várias cidades.

[3] Salvo engano, foram elas a ANAÍ-BA, a ANAÍ-RS, a CPI-AC, CPI-SE, CPI-RJ, e o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), além da CPI-SP. Dessas, atuam até hoje o CTI, a CPI-SP, a CPI-AC e a ANAÍ-BA.

A Comissão Pro-Índio de São Paulo, na sua fundação em 1978, reuniu vários voluntários, entre eles um grupo de antropólogos da USP e da Unicamp, como Lux Vidal, Araci Lopes da Silva, Dominique Gallois, eu mesma, entre outros; Carlos Alberto (Beto) Ricardo, antropólogo que havia largado a docência na Unicamp para se dedicar a uma ONG, então chamada Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi),[4] e que mais tarde viria a ser o Instituto Socioambiental (ISA). Havia também um médico da Escola Paulista de Medicina, Rubens Santilli, e um rapaz que — desconfiado que era e querendo saber a que vínhamos — demorou muito a se declarar índio, Ailton Krenak, que teria um papel importantíssimo na Constituinte; além de advogados defendendo causas indígenas, como Carla Antunha Barbosa e Marco Antônio Barbosa, que se valiam muito dos conselhos e da assessoria de Dalmo Dallari, professor titular da Faculdade de Direito da USP. Durante uma época, a advogada Eunice Paiva também participou. Rosa Penna era a secretária. Publicávamos um boletim, artigos em jornal, e tínhamos longuíssimas reuniões discutindo casos.

[4] O Cedi se dedicou no período 1978-88 a reunir informações sobre índios. Carlos Alberto Ricardo organizou um volume da maior importância, com um grande número de colaboradores, que traz documentação fundamental sobre o período da Constituinte (Cedi, 1987).

OS GRANDES TEMAS E A IMPORTÂNCIA DOS DETALHES

A experiência adquirida nesse contexto foi crucial para elaborarmos uma proposta de texto e contribuirmos para um programa mínimo que, quase uma década mais tarde, apresentamos à Constituinte. Alguns gargalos e algumas indefinições na legislação então vigente ficaram patentes, bem como os grandes interesses que se opunham aos direitos dos índios.

CAPACIDADE JURÍDICA

A tutela dos índios[5] foi incluída no Código Civil de 1916 como um remendo *a posteriori*. Embora pensada para protegê-los juridicamente, ela foi várias vezes mal interpretada por juízes que a consideravam um obstáculo a que os índios propusessem diretamente uma ação. Esses juízes consideravam que a Funai, enquanto tutora, era quem detinha capacidade jurídica exclusiva para representá-los. Como a Funai era justamente o órgão de que os índios tinham abundantes motivos para se queixar, o resultado, na prática, era que os índios não conseguiam entrar na justiça (D. Dallari, 1979; 1983; 1984),

[5] Sobre a história da tutela, ver N. Farage e M. C. Cunha, 1987.

O que se tornaria o artigo 232 da Constituição, um artigo de apenas duas linhas e meia que não suscitou oposição, foi incluído na nossa proposta por sugestão de Dalmo Dallari. Ele resolvia, de uma penada, dois problemas: afirmava a capacidade jurídica dos índios e suas formas de organização e confiava sua defesa a um curador, o Ministério Público. Ele reza:

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

O Ministério Público Federal (ou Procuradoria-Geral da República, PGR) e o que é hoje a AGU (Advocacia-Geral da União) estavam ainda reunidos em um só órgão em 1988. Havia um movimento dos procuradores para dissociar em órgãos distintos as suas atribuições e tornar a PGR exclusivamente uma sorte de *ombudsman* coletivo. Incumbi-la da defesa dos direitos indígenas era, portanto muito, sensato.

"ÍNDIO É FEDERAL"

Legislar sobre assuntos indígenas, desde a Constituição de 1934, é exclusiva competência da União.[6] Cem exatos anos antes, em 1834, o Ato Adicional (art. 11, par. 5) havia delegado às Províncias do Império a capacidade de legislar sobre esses assuntos, e ficou patente a espoliação resultante. Sabia-se e sabe-se que o poder local é sempre contrário aos direitos territoriais dos índios, e foi sábia, essencial de fato, a atribuição de sua jurisdição ao Governo Federal. Essa disputa, no entanto, permanece: manifesta-se agora sobretudo no Projeto de Emenda Constitucional 215 e seus avatares, que pretendem retirar da União e atribuir ao Congresso a competência sobre as terras indígenas.

As terras indígenas e seu usufruto, desde pelo menos a Lei das Terras de 1850, sempre foram o tema central do que se convencionou chamar da "questão indígena". Darcy Ribeiro gostava de lembrar que a questão não era propriamente indígena, mas sim uma "questão do *não indígena*" querendo se apropriar das terras dos índios. Seja como for, ficou claro na Comissão Pro-Índio de São Paulo que o fundamento dos direitos dos índios a suas terras e a história da legislação que os reconhecia deveriam ser estudados. Isso me levou a longas horas de pesquisa, sobretudo, na Biblioteca da Faculdade de Direito da USP. Vários de meus então alunos, como Nádia Farage, Beatriz Perrone-Moisés, João dal Poz, Mara Manzoni Luz, colaboraram nesse esforço que resultou em um livro publicado em 1987 pela Editora Brasiliense, intitulado *Os direitos do índio: ensaios e documentos* (Carneiro da Cunha [org.], 1987).

A publicação, hoje esgotada,[7] era dirigida aos Constituintes. Entre outros assuntos, ela trata dos direitos assegurados aos índios na legislação então vigente; da história da doutrina e da legislação sobre terras indígenas desde a época colonial até a Emenda Constitucional de 1969, da história e do caráter da "tutela dos índios"; de elementos relevantes do Direito Internacional; e da história constitucional

[6] Na Constituição Federal (CF) de 1934, essa determinação está no art. 5º; na CF de 1946, também art. 5º; na CF de 1967, art. 8º; na CF de 1969, art. 8º; e hoje, na CF de 1988, art. 22.

[7] Um excerto desse livro, "Terra indígena: História da doutrina e da legislação", foi relançado pela Editora da Unesp em 2018, como anexo do livro *Direitos dos povos indígenas em disputa*, organizado por mim e por Samuel Barbosa.

sobre assuntos indígenas, incluindo projetos e emendas rejeitadas. Todos esses estudos se destinavam a fundamentar o entendimento de alguns conceitos importantes do direito indigenista. Para a história da gênese do tema indígena na Constituição de 1988, o livro traz também documentos essenciais.

CONSULTA DE NOTÁVEL JURISTA E TEXTO

É preciso lembrar que uma Comissão de Notáveis, idealizada por Tancredo Neves — mas, depois de sua morte, nomeada por José Sarney —, conhecida por Comissão Afonso Arinos, o nome de seu presidente, tinha se reunido longamente e aprovado em 1985 um anteprojeto de texto constitucional. Ela não recebeu grande atenção dos Constituintes de 1987-1988, nem Sarney a encaminhou oficialmente à Assembleia Constituinte. No entanto, ele já introduziu uma proposta nova e com uma tramitação inédita. O grande constitucionalista José Afonso da Silva, professor titular da Faculdade de Direito da USP e membro da Comissão Afonso Arinos, elaborou um texto de artigo intitulado "Terras indígenas", de seis parágrafos, que já estabelecia a capacidade jurídica dos índios, além de outras propostas às quais voltaremos adiante. Submeteu-as à apreciação não só da Comissão, mas das entidades de apoio à questão indígena e à União Nacional dos Índios Regional Sul (UNI-Sul).

Interrompo minha narrativa para explicar o que era a UNI, União das Nações Indígenas. Criada em 1980 (S. R. Deparis 2007), na esteira do movimento contra o decreto de emancipação, a UNI foi a mais bem-sucedida tentativa de criar uma organização indígena nacional nessa época. Ela constituiu um interlocutor fundamental na Constituinte, e seu líder, Ailton Krenak, teve papel destacado no Congresso. Mais tarde, o esforço da UNI para se inscrever regionalmente — muito pesado em um país tão grande como o nosso e com mais de duzentos e cinquenta povos — acabou se frustrando. Enquanto, após a Constituição, organizações indígenas regionais se fortaleciam e multiplicavam, entre as quais a maior foi a Coiab, criada em 1989 e reunindo povos amazônicos, a UNI foi perdendo seu protagonismo, e hoje a organização nacional indígena é a Apib, Articulação dos Povos Indígenas no Brasil, fundada em 2005.

Volto à consulta de José Afonso da Silva. Essa consulta, feita em novembro de 1985, foi essencial e propiciou o debate e o acordo entre várias organizações sobre uma proposta de texto para a Constituinte: Comissão Pro-Índio de São Paulo e mais duas entidades congêneres — a Associação Nacional de Apoio ao Índio do Rio Grande

do Sul (ANAÍ-RS) e o o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) —, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a UNI-Sul , além de vários grupos entre os quais estão a Coordenação de Terras Indígenas do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad), o Grupo de Trabalho Indígena da OAB/RJ, a Fundação Nacional Pro-Memória, a Sudelpa (M. Carneiro da Cunha [org.], 1987, pp. 175-6). Dois advogados assessoraram esse debate: Dalmo de Abreu Dallari e Carlos Frederico Marés.

A resposta que foi dada, no dia 3 de dezembro de 1985, à consulta de José Afonso da Silva por esse coletivo acabou assim resultando numa proposta concertada. Consistiu em três artigos, um sobre as terras, com quatro parágrafos; outro sobre (entre outras coisas) a capacidade jurídica das comunidades e organizações indígenas e a atuação do Ministério Público, com dois parágrafos; um terceiro afirmando a prevalência para os índios de seu direito costumeiro.

DEFINIÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

O direito dos índios a suas terras, apesar de frequentemente transgredido, foi reconhecido desde a época colonial (Carneiro da Cunha, 1987; 2018). Ele foi inscrito em todas as Constituições republicanas desde a de 1934. A partir de então, a posse inalienável de suas terras foi assegurada aos índios. Na Constituição de 1967, acrescentou-se que a propriedade das terras indígenas seria da União. A Emenda Constitucional de 1969 explicitou esses direitos de forma vigorosa, no artigo 198.

> *Ato Institucional nº 1 – Constituição*
>
> *Art. 198. As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes.*
>
> *§1º Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos de qualquer natureza que tenham por objetivo o domínio, a posse ou a ocupação de terras habitadas pelos silvícolas.*
>
> *§2º A nulidade e extinção de que trata o parágrafo anterior não dão aos ocupantes direito a qualquer ação ou indenização contra a União e a Fundação Nacional do Índio.*

Faltava, no entanto um detalhe importante: definir o que se devia entender por terras ocupadas pelos índios.

Na resposta à consulta de José Afonso da Silva em dezembro de 1985 formulou-se uma proposta de definição coerente com o conhecimento antropológico:

São terras ocupadas pelos índios as por eles habitadas, as utilizadas para caça, pesca, coleta, agricultura e outras atividades produtivas, bem como todas as áreas necessárias à sua reprodução física e cultural segundo seus usos e costumes próprios, estando incluídas as áreas necessárias à preservação de seu meio ambiente e de seu patrimônio histórico. (Art. 1º, §1º)

Sob forma pouco mais sintética, essa mesma definição foi adotada pela Comissão Afonso Arinos, no capítulo VIII, art. 381, §1º, e acabou desaguando na Constituição Federal de 1988, no capítulo Dos Índios, art. 231, §1º com a seguinte redação:

Art. 231, §1º. São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e suas tradições.

A importância dessa definição, inexistente até então nos textos constitucionais, deve ser apreciada. Com efeito, sabe-se que o diabo reside nos detalhes, e a experiência acumulada na década anterior à Constituinte indicava os detalhes que deveriam ser especificados. A capacidade jurídica dos índios e a definição de terra indígena faziam parte deles.

Para além dessa contribuição, ressalte-se que a consulta de José Afonso da Silva foi uma ocasião pioneira de concertação política em torno de um texto concreto. Contrasta com o texto, mais genérico, do chamado Programa Mínimo sobre Direitos Indígenas de 1986, que leva a assinatura de 29 organizações não governamentais, a saber, da União das Nações Indígenas (UNI), entidades de apoio ao índio, centrais sindicais e associações profissionais e científicas. Entre estas últimas já figuram a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e a Coordenação Nacional dos Geólogos (Conage), que tiveram papel essencial no processo constituinte, como veremos a seguir. Outra personagem fundamental nesse processo, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), também assinou o Programa Mínimo.

A MINERAÇÃO E A CONAGE

Já se previa que a questão da mineração se tornaria chave na Constituinte e incidiria com força no debate sobre direitos indígenas. O projeto Radam (Radar na Amazônia), de 1970, estendido em 1975 ao território nacional com o nome Radambrasil, havia mapeado de avião, com radar, várias características importantes da Amazônia, entre as quais as que indicavam possibilidades de jazidas minerais. Na esteira

desses novos dados foram encaminhados ao Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM) inúmeros pedidos de pesquisa e lavra mineral em toda a Amazônia. Muitos se superpunham a terras indígenas, e muitos também se superpunham uns aos outros.

A proposta de José Afonso da Silva à Comissão Afonso Arinos, em novembro de 1985, (art. 47, §1º e 2º) reservava aos índios o usufruto não só das riquezas naturais, mas também das riquezas minerais de suas terras. O Programa Mínimo de 1986 adotava a mesma posição, que também foi incluída na posição oficial do PMDB para a Constituinte aprovada no Congresso do Partido em agosto de 1986 (Os Direitos dos Índios pp. 171-4). De forma mais incisiva, uma moção de autoria de Maurício Fruet, Luiz Felipe Mussi e Cícero Bley Jr. foi aprovada nesse mesmo Congresso do PMDB e pedia:

> *A revogação do decreto nº 88.895 que permite de forma sub-reptícia e inconstitucional a exploração mineral em terras indígenas* [*e que*] *o Ministério de Minas e Energia* [...] *se abstenha de conceder alvarás em áreas indígenas, bem como proceda à revogação dos mais de 500 alvarás já concedidos, até que haja pronunciamento legal a respeito da matéria.*

Logo a seguir, um apoio inesperado veio da Federação Nacional dos Engenheiros que congregava os Sindicatos de Engenheiros, e da Conage, a Coordenação Nacional dos Geólogos, que congregava dezoito associações profissionais e o Sindicato dos Geólogos do Estado de São Paulo. Em começo de outubro de 1986, essas duas entidades defenderam o usufruto exclusivo dos índios das riquezas do solo e do subsolo de suas terras e a nulidade de quaisquer direitos minerários já existentes sobre elas. Acrescentaram uma cláusula que viria a ser muito debatida e mutilada na Constituinte:

> *Excepcionalmente, a pesquisa e lavra de recursos minerais em terras indígenas poderão ser feitas, como privilégio da União, sem qualquer interesse empresarial, quando haja relevante interesse nacional, assim declarado pelo Congresso Nacional para cada caso, desde que inexistam reservas conhecidas e suficientes para o consumo interno, economicamente aproveitáveis da riqueza mineral em questão, em outras partes do território brasileiro, com a devida aprovação da respectiva comunidade indígena.*

E ainda prosseguiram estipulando que o lucro, nessa situação, seria "integralmente revertido em benefício das comunidades indígenas" (M. C. Cunha, 1987, pp. 179-80).

A posição da Conage, liderada por um forte e decidido presidente, Wanderlino Teixeira de Carvalho, era de teor nacionalista. Inseria-se um amplo e candente debate sobre mineração, a Petrobras e contratos

de risco, em que uma significativa ala nacionalista (em que figuravam tanto o Conselho de Segurança Nacional como grupos de todos os matizes ideológicos) se opunha às pretensões de empresas estrangeiras na mineração. Apesar da intensa oposição de liberais como Roberto Campos, esse bloco logrou boa parte de seus objetivos: o subsolo, distinto do solo, permanecia propriedade da União.[8]

A questão da mineração em terra indígena entrava nesse quadro com o seguinte argumento, que será simplificado aqui: os geólogos brasileiros receavam que os recursos minerais, em particular da Amazônia, fossem explorados por empresas estrangeiras que os esgotariam. Lembravam que não haveria "segunda safra" para minérios e que era imperativo reservar áreas para uma eventual necessidade futura. Essas áreas, advogaram, poderiam perfeitamente coincidir com as terras indígenas. Embora a questão da mineração em áreas indígenas não fosse senão um apêndice do programa da ala nacionalista, a aliança com uma das entidades de apoio aos índios, o Cedi, foi crucial para a Conage. O Cedi, com efeito, colaborou com a Conage para a elaboração de um Mapa do Capital Estrangeiro no Subsolo da Amazônia, que muito impressionou o Congresso e causou furor na imprensa. No dia 25 de abril de 1988, o *Correio Brasiliense* estampava o Mapa em duas páginas com a acusação: "O Mapa é Falso" e cercado de alegadas correções. Tanto Wanderlino Carvalho, presidente da Conage, quanto o próprio presidente do CNPq, Crodowaldo Pavan, refutaram essa acusação: o mapa estava essencialmente correto e teve um imenso impacto (Earp, Earp e Villas-Boas, 1988; M. Carneiro da Cunha e W. Carvalho, 1987).

A mineração em terras indígenas e o aproveitamento de seu potencial em hidrelétricas foram os temas mais debatidos e contenciosos no processo constituinte, e seria assunto de um artigo à parte. A conclusão foi feita no segundo e terceiro parágrafos do artigo 231, e o que foi salvo das propostas iniciais se deveu à mediação de Jarbas Passarinho:

> *Art. 231*
>
> *§2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.*
>
> *§3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.*

Desde então, como veremos abaixo, nunca cessaram as investidas legais contra essas proteções às terras indígenas.

[8] Esse processo está relatado com minúcias em: Earp, Fábio S. Sá; Earp, C. A. K.; e Villas-Boas, A. L. "A questão mineral na Constituição de 1988". *Coleção Estudos e Documentos* n. 8, Cetem e CNPq. Disponível em: *<mineralis.cetem.gov.br/bitstream/cetem/302/1/sed-08.pdf>*. Acesso em: 20 out. 2018.

A ONDA DE CALÚNIAS

Em um momento crucial da Constituinte, jornais importantes de várias capitais estamparam em extensas matérias de capa, seguidamente, durante muitos dias, o que hoje se chamaria de *fake news*. Alegavam uma conspiração internacional para impedir a lavra de minérios no Brasil ao resguardar as terras indígenas da exploração minerária e citavam a perspectiva de haver cassiterita em terras Yanomami, em Roraima.[9] Acusavam especificamente o Cimi e as várias organizações que defendiam os índios de serem agentes dessa conspiração. A manobra surtiu o efeito desejado pelos seus autores: o texto que já tinha sido aprovado nas fases iniciais foi desfigurado na fase da "sistematização". Foi quase um milagre que se tivesse conseguido restaurar algo nos debates seguintes para se chegar ao artigo 231.

[9] O raciocínio fantasioso era que a defesa dos direitos indígenas encobriria uma conspiração destinada a evitar a exploração da cassiterita em Roraima para, assim, beneficiar empresas estrangeiras, que, graças a isso, poderiam manter o alto preço desse minério.

Esse é outro episódio que merece um artigo em separado. Jornalistas de periódicos como *O Estado de S. Paulo*, o *Correio Braziliense*, *A Crítica*, de Manaus, *O Globo*, no Rio, e um jornal de Recife participaram dessa vergonhosa campanha. De tanto serem repetidas, essas mentiras arriscaram, como dizia Goebbels, tornar-se uma verdade. Até meus pais me perguntaram se as acusações tinham algum fundamento. Mais tarde, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo apresentou formalmente desculpas sobre a campanha de calúnias a Dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB, e ao Cimi.

Na ausência de provas, tentou-se provar a interferência internacional num documento de apoio aos direitos indígenas assinado por jovens austríacos contatados por Dom Erwin Krautler, bispo presidente do Cimi.

Outra fonte de acusações contra quem defendia os direitos dos índios baseou-se em uma curiosa querela em cima de palavras e, em particular, no uso de expressões como "nações indígenas". Pouco importava aos que queriam levantar suspeitas que a expressão figurasse sem levantar problemas no programa do PMDB ou que "nações" fosse o termo consagrado na época colonial para se referir ao que hoje com tranquilidade se chama no Brasil de "povos indígenas".

Não parecia à Comissão Pro-Índio e a seus cossignatários de propostas de texto constitucional que termos fossem importantes, e sim garantias concretas como as que foram adotadas. Ao final, prevaleceu na Constituição o termo "índios".

NATUREZA HISTÓRICA DOS DIREITOS INDÍGENAS

Outro ponto importante que ficou definido na CF de 1988 concerne a natureza histórica dos direitos indígenas à terra. Estes não se extinguem, como se procurou argumentar desde o século XIX, com a assimilação cultural dos índios "à massa da população". São, desde a colônia, direi-

tos de primeiros ocupantes. Derivam, de acordo com o grande jurista João Mendes Jr. (1912), do mais fundamental dos títulos, o indigenato. É nesse sentido que são direitos originários, anteriores ao próprio Estado. Existem por si só, independentemente do reconhecimento que o Estado lhes deve.[10] O professor José Afonso da Silva reiterou em 1984 o mesmo entendimento: "O indigenato não se confunde com a ocupação, com a mera posse. O indigenato é a fonte primária e congênita da posse territorial; é um direito congênito, enquanto a ocupação é título adquirido. O indigenato é legítimo por si" (Silva, 1984, p. 4).

Foi Rubens Santilli Brando, médico da Escola Paulista de Medicina,[11] quem descobriu em um sebo o livro das conferências de João Mendes Jr. em 1912 (Mendes Jr., 1912), onde expôs esse entendimento. Na Comissão Pro-Índio, publicamos em 1988 uma edição fac-similar desse livro, e uma dessas conferências foi recentemente republicada (Mendes Jr., in: Carneiro da Cunha e Barbosa [orgs.], 2018, pp. 309-63).

A questão do que fundamenta os direitos territoriais dos índios é essencial. Nos textos constitucionais de 1946 (art. 5º), 1967 (art. 8º) e 1969 (art. 8º), estipulava-se que competia à União legislar sobre "a incorporação dos silvícolas à comunhão nacional". Essa "incorporação", cuja variante era "integração", era entendida pelos órgãos oficiais como "assimilação". Ou seja, o intuito da política indigenista republicana e, explicitamente, a partir de 1946, era a destruição das tradições indígenas, tornando os índios "cidadãos comuns", sem atentar aparentemente para o fato de esses novos cidadãos serem, como lembrou Darcy Ribeiro, cidadãos de terceira classe. Em poucas palavras, o programa era o etnocídio, a destruição das sociedades indígenas.

Esse programa de "assimilar os índios" foi expressamente revogado na Constituição de 1988 no *caput* do artigo 231:

> *Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.*

HOJE, TRINTA ANOS MAIS TARDE

Trinta anos mais tarde, são só ameaças.

O candidato Jair Bolsonaro, que arrisca ganhar a presidência do Brasil, já fez várias ameaças aos direitos indígenas.[12] Consta que, além de declarar que não haveria mais nem um centímetro de terra para índios e quilombolas, e que haveria uma revisão das terras indígenas, estaria, ao que consta, empregando um método mais expeditivo, que foi aplicado no século XIX nos Estados Unidos. Ouvi rumores de que ele estaria conquistando votos indígenas propondo

[10] Foi Dalmo Dallari, uma vez mais, quem nos explicou a noção de direitos originários, exemplificando com os cantões suíços, que detinham seus direitos antes da emergência do Estado suíço.

[11] Rubens Santilli Brando morreu jovem, de forma trágica, decepado pela hélice de um helicóptero, indo prestar assistência aos Yanomami.

[12] O artigo foi entregue a uma semana do 2º turno das eleições presidenciais. [N.E.]

que suas terras, que são inalienáveis e coletivas, fossem privatizadas e divididas em lotes para os índios. Isso significa não só o esfacelamento de modos de vida tradicionais, como a possibilidade de venda desses lotes. Foi com um subterfúgio assim que o mercado nos Estados Unidos conquistou, por meio de compra, as terras de muitos povos indígenas. E foi assim também que, na mesma época, os índios do Nordeste perderam suas terras.

Não são, porém, só essas as ameaças. No legislativo, Projetos de Lei e de Emendas Constitucionais anti-indígenas se acumulam há vários mandatos e só fazem crescer. Tiveram uma especial bonança no governo Temer, cujas rédeas eram detidas pelo agronegócio: o mesmo agronegócio aposta em Bolsonaro para continuar nessa toada. E as demandas do setor de mineração nunca cessaram, como atesta o Projeto de Lei (PL) 1.610 de 1996, que continua na pauta do legislativo. Da mesma forma, também a proibição do aproveitamento do potencial energético seria alterada caso se aprove o Projeto de Lei 7.813/2017.

De sua parte, alguns ministros do Supremo Tribunal Federal tentam firmar um entendimento absurdo, o chamado "marco temporal", com seu apêndice, "o esbulho renitente", que afirma que só têm direito às suas terras os índios que lá se encontravam no dia da promulgação da Constituição de 1988. Os principais — mas não únicos — alvos desse entendimento são os Guarani, sobretudo do Mato Grosso do Sul e do Oeste do Paraná, violentamente deportados de suas terras desde a década de 1940 e a Marcha para o Oeste de Getúlio Vargas. Como uma deportação forçada nunca foi suficiente para abolir direitos, o remendo é exigir que os índios provem que nunca deixaram de resistir, seja pela força, seja por vias judiciais. Isso numa época em que, como já vimos, juízes não reconheciam a capacidade dos índios de propor uma ação judicial. Esse perverso entendimento[13] está contaminando a Advocacia-Geral da União (AGU). E o legislativo propõe instituir o "marco temporal", que consta de várias propostas de lei (PL 490/2007; PL 1.216/2015; PL 1.218/2015; PL 7.813/2017). A PL 490/2007, aliás, sequer aceita a exceção do esbulho.

De todas essas propostas, a mais sinistra é a Emenda Constitucional 215 (PEC 215/2000), que, além de abrir as terras indígenas para empreendimentos de infraestrutura, tira da União e transfere para o Congresso a competência exclusiva de aprovar a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. Não contente, o Congresso ainda se arrogaria a ratificação das demarcações já homologadas.

Em suma, o horizonte está carregado, e os direitos dos índios, mais ameaçados do que nunca.

[13] Veja-se o magistral parecer do grande constitucionalista José Afonso da Silva (2018) refutando a doutrina do "marco temporal", assim como os demais textos publicados na coletânea Direitos dos Povos Indígenas em Disputa (Carneiro da Cunha e Barbosa [orgs.], 2018).

Recebido para publicação em 21 de outubro de 2018.
Aprovado para publicação em 29 de novembro de 2018.

NOVOS ESTUDOS
CEBRAP
112, set.–dez. 2018
pp. 429-443

MANUELA CARNEIRO DA CUNHA é antropóloga e membro da Academia Brasileira de Ciências. Foi professora titular da USP e da Universidade de Chicago.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

Brasil – Ministério do Interior, Relatório Jader Figueiredo, 1968. Disponível em: http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/institucional/grupos-de-trabalho/gt__crimes__ditadura/composicao. Acesso em: 30 out. 2018.

Araújo, Ana Valéria de; Leitão, Sérgio. "Direitos indígenas: avanços e impasses pós-1988". In: Lima, Antônio Carlos de Souza & Hoffmann, Maria Barroso (orgs.). *Além da tutela: bases para uma nova política indigenista III*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Laced, 2002, pp. 23-33.

Barbosa, Marco Antonio. *Direito antropológico e terras indígenas no Brasil*. São Paulo: Plêiade, 2001.

Carneiro da Cunha, Manuela (org.). *Os direitos do índio: ensaios e documentos*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

_____. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992a.

_____. *Legislação Indigenista no século XIX: uma compilação* (1808-1889). São Paulo: Edusp, 1992.

Carneiro da Cunha, M. & Carvalho, Wanderlino Teixeira de. "A questão indígena e interesses minerais na Constituinte". In: Carvalho, Wanderlino Teixeira de (org.). *A questão mineral na Amazônica: seis ensaios críticos*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia/CNPq, 1987, pp. 55-91.

Carneiro da Cunha, Manuela & Barbosa, Samuel (orgs.). *Direitos dos povos indígenas em disputa*. São Paulo: Editora da Unesp, 2018.

Cedi – *Aconteceu Especial*, n. 17. Povos Indígenas no Brasil, 85/86. São Paulo: Centro Ecumênico de Documentação e Informação – Cedi, 1987.

Comissão Pró-Índio. *A questão da emancipação*, n. 1. São Paulo, 1979.

Comissão Pró-Índio/SP. "Índios: Direitos históricos". *Cadernos da Comissão*. São Paulo, 1982. Disponível em: ‹http://cpisp.org.br/publicacao/indios-direitos-historicos/›. Acesso em: 30 out. 2018.

Comissão Pró-Índio. *O índio e a cidadania*. São Paulo, 1983.

Dallari, Dalmo de Abreu. "O índio, sua capacidade jurídica e suas terras". In: *A questão da emancipação*. Cadernos da Comissão Pró-Índio, n. 1, São Paulo, 1979, pp. 77-82.

_____. "Índios, cidadania e direitos". In: *O índio e a cidadania*. Comissão Pró-Índio, São Paulo: Brasiliense, pp. 52-8, 1983.

_____. "A tutela indígena". Boletim da Comissão Pró-Índio de São Paulo, São Paulo, ano II, n. 4, pp. 3-6, 1984.

_____. "Reconhecimento e proteção dos direitos dos índios". *Revista de Informação Legislativa*, v. 28, Brasília: Senado Federal, n. 111, jul./set. 1991.

Davis, Shelton H. *Vítimas do milagre: O desenvolvimento e os índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. "Diversidade cultural e direitos dos povos indígenas". *Mana*, v. 14, n. 2, Rio de Janeiro, outubro de 2008.

Earp, Carlos Alberto K. de Sá; Earp, Fábio S. de Sá; Villas Bôas, Ana Lucia. *A questão mineral na Constituição de 1988*. Coleção Estudos e Documentos n. 8, Cetem e CNPq, 1988.

Deparis, Sidiclei Roque. "União das Nações Indígenas (UNI): contribuição ao movimento indígena no Brasil (1980-1988)". Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), 2007.

Farage, Nadia; Cunha, Manuela Carneiro da. "Caráter de tutela dos índios: origens e metamorfoses". In: Cunha, Manuela Carneiro da (org.). *Os direitos do índio: ensaios e documentos*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

Gonçalves, Wagner. "Natureza jurídica das comunidades indígenas. Direito público e Direito privado. Novo Estatuto do Índio. Implicações". In: Santilli, Juliana (coord.). *Os direitos indígenas e a Constituição*. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1993, pp. 241-50.

Junqueira, Carmem; Paiva, Eunice. "La legislación brasileña y las poblaciones indígenas em Brasil". In: Stavenhagen, Rodolfo (org.). *Derecho indígena y derechos humanos en América Latina*. Instituto Interamericano de Direitos Humanos, El Colégio de México, 1988, pp. 213-38. Disponível em: ‹http://www.iidh.ed.cr›. Acesso: 03 dez. 2018.

Lacerda, Rosane Freire. "Diferença não é incapacidade: Gênese e trajetória. História da concepção da incapacidade indígena e sua insustentabilidade nos marcos do protagonismo dos povos indígenas e do texto constitucional de 1988". Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Direito. Brasília: Faculdade de Direito, UnB, 2007.

_____. *Os povos indígenas e a Constituinte 1987-1988*. Brasília: Cimi, 2008.

Marés de Souza Filho, Carlos Frederico. *Textos clássicos sobre o direito e os povos indígenas*. Curitiba: Juruá, 1992a.

_____. "O processo de demarcação das terras indígenas: O poder público deve aplicar o artigo 231 da Constituição". In: *Terras indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Cedi/Museu Nacional, 1992b.

_____. "Tutela aos índios: Proteção ou opressão?". In: Santilli, Juliana (org.). *Os direitos indígenas e a Constituição*. Porto Alegre: Fabris Editor, 1993.

_____. *O renascer dos povos indígenas para o Direito*. Curitiba: Juruá, 2008.

_____. Capítulo VIII – "Dos Índios". In: Canotilho, J. J. Gomes; Mendes, Gilmar Ferreira; Sarlet, Ingo Wolfgang; Streck, Lenio Luiz (coord.). "Comentários à Constituição do Brasil", Série IDP, São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013, pp. 2.147-58.

Martins, José de Souza. "A emancipação do índio e a emancipação da terra do índio". In: *A questão da emancipação*. Cadernos da Comissão Pró-Índio, n. 1. São Paulo, 1979, pp. 73-5.

Mendes Jr., João. *Os indígenas do Brasil, seus direitos individuaes e politicos*. São Paulo: Hennies Irmãos, 1912.

Resende, Ana Catarina Zema de. "Direitos e autonomia indígena no Brasil (1960-2010): uma análise histórica à luz da teoria do sistema-mundo e do pensamento decolonial". Tese de doutoramento. Brasília: UnB/ Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, 2014.

Santilli, Juliana (coord.). *Os direitos indígenas e a Constituição*. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor e Núcleo de Direitos Indígenas, 1993.

Santilli, Márcio. "O estatuto das sociedades indígenas". In: Ricardo, Beto (org.). *Povos indígenas no Brasil:1991-1995*. São Paulo: Instituto Socioambiental, pp. 2-5.

_____. "Os direitos indígenas na Constituição brasileira". In: *Povos indígenas no Brasil 1987/88/89/90*. São Paulo: Cedi, 1996, pp. 11-4.

Santos, Sílvio Coelho dos (org.). *O índio perante o direito*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1982.

_____. (org.) *Sociedades indígenas e o direito: uma questão de direitos humanos: Ensaios*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1985.

Silva, José Afonso da. "Autoaplicabilidade do artigo 198 da Constituição Federal". *Boletim Jurídico da Comissão Pro-Índio de São Paulo*, ano 1, 1984, n. 3, pp. 3-9.

_____. "Parecer". In: Carneiro da Cunha, Manuela & Barbosa, Samuel (orgs.). *Direitos dos povos indígenas em disputa.* São Paulo: Editora da Unesp, 2018, pp. 17-42.

CC BY

COMO WALTER BENJAMIN ESCREVIA

http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201800030006

Marc Berdet*

RESUMO

Este artigo trata do modo de escritura do filosofo alemão Walter Benjamin (1892-1940), escritura essa ao mesmo tempo poética e filosófica. Circulando entre os choques da vida moderna e as profundezas do desejo coletivo, ela faz colidir o mais atual com o mais antigo, por meio de um estilo teorizado com ironia pelo próprio autor na margem de suas grandes obras.

PALAVRAS-CHAVE: *Walter Benjamin; origem; experiência; memória; vida moderna.*

How Walter Benjamin Wrote

ABSTRACT

This article deals with Walter Benjamin's techniques of writing, a writing which is at the same time poetical and philosophical. Moving along the shocks of modern life and the deepness of collective desire, this way of writing makes collide what is more up-to-date with what is more antique by the mean of a style theorized with irony by the author in the margin of his great works.

KEYWORDS: *Walter Benjamin; origin; experience; memory; modern life.*

Un éclair... puis la nuit![1]
Charles Baudelaire, "A une passante"

"PARA HOMENS"

O germanista Pierre Bertaux, que conheceu Walter Benjamin nos anos 1920, ficava frequentemente desconcertado no decorrer das conversas que mantinha com o filósofo. Um silêncio sempre se instaurava antes que Benjamin se arriscasse a responder (Wismann, 2003, p. 154; Berdet, 2014).[2] Esse especialista em Hölderlin compara aquele instante de suspense ao momento da queda de uma pequena pedra jogada da borda de um poço fundo: é preciso esperar um pouco antes que ela caia na água e o som chegue até nós. Trata-se de uma imagem feliz, pois o trabalho crítico de Benjamin elabora-se precisamente nesse intervalo mudo entre a borda e as profundezas, entre a experiência imediata e as comparações longínquas (que ele operava frequentemente sob o conceito de "origem", *Ursprung*). No

[*] Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: marcberdet@gmx.com

[1] "Que luz... E a noite após!", em tradução de Ivan Junqueira (Baudelaire, 1985, p. 345).

[2] Para um desdobramento mais sistemático dos temas explorados aqui (a dialética, a origem, a experiência), permito-me remeter a um livro meu (Berdet, 2014). Sobre a escritura e a história, ver Gagnebin, 1994. No Brasil, pode-se ler também Willi Bolle, Edvaldo Souza Couto e Carla Milani Damião sobre os choques na cidade moderna; Ernani Chaves, Olgária Matos, Marcio Seligmann-Silva e Luciano Gatti sobre a concepção pós-romântica da crítica e a técnica moderna de escritura; Katia Muricy, Sergio Paulo Rouanet e Susana Kampff Lages sobre a escritura por imagens fantasiosas,

entanto, a fatura de seus escritos não nos restitui de modo discursivo esses raciocínios secretos, mas faz ressoar poeticamente o eco do impacto nos abismos. Seus textos têm a autoridade desse eco. É por isso que Benjamin parece adotar com frequência um tom doutrinário e esotérico. "Convencer é infrutífero", observa em um aforismo de *Rua de mão única* ironicamente intitulado "Para homens" (Benjamin, 1995, p. 14 [WuN, 8, p. 13]).[3] E em seu trabalho sobre as passagens de Paris: "Nada tenho a dizer. Só a mostrar" (Benjamin, 2006b, p. 502, N1a,8 [GS, v. 5, p. 574]). A forma que ele privilegia não é um *exposé* sistemático a ser submetido à discussão com seus pares (Benjamin, 2007, p. 220),[4] mas o tratado ou o estudo que contenham a potência da verdade (Benjamin, 2011d, pp. 15-7 [GS, v. 1, pp. 207-9]; 2006b, p. 515, N9,2). O tom apodíctico de certas passagens, entretanto, não parece indicar uma aspiração à autoridade do sábio, e ainda menos àquela do vidente — muito embora Benjamin, às vezes, pareça próximo deste último. A verdade não é acessível nem a um conhecimento positivista que a desvele nem a uma iluminação religiosa que a alcance em sua nudez. Em Benjamin, ela mais se parece com uma mulher que dança sob um véu. Não se trata, porém, de desvelá-la, muito menos de surpreendê-la em sua intimidade. A verdade aparece na superfície: manifesta-se no movimento da própria dança que o véu deixa entrever.

alegóricas e dialéticas. Para essa bibliografia como para uma excelente introdução geral a Walter Benjamin, ver Gagnebin, 2018.

[3] Consultar as abreviações nas referências bibliográficas.

[4] Exceto, eventualmente, para obter recursos financeiros ou um diploma: *O conceito de crítica de arte no Romantismo alemão*, para um doutorado, e o *Exposé de 1935* (e depois o de 1939), para um financiamento do Instituto de Pesquisas Sociais. É revelador que, em relação ao último, Benjamin admita que Adorno "acertou na mosca" ao reprovar a divisão em capítulos: esse *exposé* programático espera precisamente o momento "construtivo" que possa estruturar os materiais à maneira de um tratado. Carta a Gretel e Theodor Adorno de 16 de agosto de 1935 (Adorno e Benjamin, 2007, p. 220) [GB, v. 5, p. 143].

UM COPISTA CHINÊS

Assim como a dança, o estilo de Benjamin procura esposar os movimentos do mundo exterior. É por isso que, no prólogo epistemológico-crítico para *Origem do drama barroco alemão*, o filósofo prefere o tratado ao sistema. Enquanto o sistema tenta aprisionar a verdade em suas redes, o tratado a copia, a imita: ele segue o movimento da verdade, reproduz seus gestos e a traduz no papel. Por meio dessa operação de cópia-tradução, o filósofo parece retomar as forças miméticas e criadoras presentes na natureza, no homem, na literatura, nas línguas e nas cidades (Benjamin, 2006b, p. 500, N1,6 [GS, v. 5, p. 571]),[5] e que são recalcadas por uma posição de dominação (em relação à verdade). O que Benjamin escreve sobre o copista chinês aplica-se sobretudo a seu próprio método:

> *Assim comanda unicamente o texto copiado a alma daquele que está ocupado com ele, enquanto o mero leitor nunca fica conhecendo as novas perspectivas de seu interior, tais como as abre o texto, essa estrada através da* floresta originária *interior que sempre volta a adensar-se: porque o leitor obedece ao movimento de seu eu no livre reino aéreo do devaneio, enquanto o copiador o faz ser comandado.*[6] (Benjamin, 1995, p. 16 [WuN, v. 8, p. 16])

[5] Para Benjamin (2006b, p. 500, N1,6) [GS, v. 5, p. 571], existe uma beleza originária própria a todas as línguas e a todas as cidades, tanto no século XVII quanto no XIX.

[6] Na tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho para "Porcelanas da China", consta a expressão "floresta virgem", que foi modificada por "floresta originária" (trecho destacado) a pedido do autor deste texto. [N.T.]

A oposição entre o copista disciplinado e o leitor distraído lembra aquela entre o iluminado profano e o místico de seu ensaio sobre o surrealismo, ou ainda aquela entre o trapeiro metódico e o *flâneur* disperso do livro das *Passagens*: apenas os primeiros conseguem acessar sãos e salvos, por meio de uma disciplina dialética (Benjamin, 2012, p. 33 [GS, v. 2, p. 307]),[7] a dita "floresta originária". Quando "recopiam", isto é, quando imitam os movimentos da natureza, da língua ou da cidade, o copista, o iluminado profano e o trapeiro entram na floresta enigmática da origem — lá onde os objetos da cultura ganharam vida, perto de sua fonte metafísica, mas também onde esses objetos permanecem ameaçados pelas forças míticas, presos na escuridão —, mas sem nela se perderem como o leitor distraído, o místico e o *flâneur*.

É nesse sentido surpreendente que, em suas críticas literárias, Benjamin parece copiar o escritor que ele comenta — em todo caso, ao menos aqueles por quem ele nutre uma "afinidade eletiva"[8] (Benjamin, 2000b, v. 3, pp. 391-2 [GS, v. 2, p. 573], e v. 2, p. 245 [GS, v. 2, p. 347]; 1995, pp. 30-1 [WuN, v. 8, p. 35]) e cuja prosa quer transmitir. Seu ensaio sobre Kraus é irônico à maneira de Kraus; aquele sobre Kafka, tortuoso ao modo kafkiano; e aquele sobre Brecht, seco em um estilo tipicamente brechtiano (Benjamin, 2004, p. 17 [GS, v. 2, p. 667]).[9] Seu artigo sobre Breton e Aragon termina com uma imagem surrealista, poética e revolucionária de uma bomba-relógio (Benjamin, 2012, p. 36. [GS, v. 2, p. 310]). Benjamin esposa o estilo daqueles que comenta a fim de perturbar as águas profundas da experiência do leitor: depois dele, não é mais possível frequentar esses polemistas, prosadores, dramaturgos e poetas[10] sem experimentar a comoção inédita que eles próprios sentiram e ao largo da qual o leitor distraído passa. A afinidade eletiva por um autor remete a uma atração magnética, um "fenômeno originário" (Benjamin, 2009a, p. 45 [GS, v. 1, pp. 147-8])[11] que ressoa entre o criador, o comentador e o leitor.

UM PESCADOR DE PÉROLAS

Mas isso ainda não é suficiente. Como Benjamin se funde a seus objetos — Baudelaire, o barroco, a alegoria, o *flâneur* —, foi frequentemente confundido com eles. Ora, se o filósofo imerge, é para poder tirar melhor a cabeça d'água: como observou Hannah Arendt, ele é como um "pescador de pérolas" (Arendt, 1986, p. 300). Em sua crítica mais exemplar, Benjamin mergulha nos "fenômenos originários" das *Afinidades eletivas* (a camada mais demoníaca da narrativa, em que as forças míticas triunfam) para melhor tirar de lá o próprio Goethe: o filósofo considera central no romance um momento de inversão dialética que permite libertar do mito não apenas os personagens, mas também o autor (Goethe) e o próprio leitor:

[7] "O surrealismo: o último instantâneo da inteligência europeia", em Benjamin, 2012, p. 33 [GS, v. 2, p. 307].

[8] "Les Régressions de la poésie de Carl Gustav Jochmann" (in Benjamin, 2000b, v. 3, pp. 391-2 [GS, v. 2, p. 573]). O "gênio mimético" (aqui, o de Kraus) também se mostra em artigos polêmicos; nesses casos, porém, com o intuito de apresentar uma aparência caricata, por meio de imitações zombeteiras (Benjamin, 2000b, v. 2, p. 245 [GS, v. 2, p. 347]). A citação tem, assim, uma função de "aniquilamento" que dispensa estudos — ver "Proibido colar cartazes! A técnica do escritor em treze teses" (Benjamin, 1995, pp. 30-1 [WuN, v. 8, p. 35]).

[9] Este último, intitulado "Bert Brecht", termina, aliás, com um trocadilho com o nome de Brecht e o verbo *abbrechen*, "parar", "interromper": "*wir brechen ab*", ou seja, "paramos aqui" (Benjamin, 2004, p. 17 [GS, v. 2, p. 667]).

[10] Entre os quais poderíamos incluir Gottfried Keller, Johann Peter Hebel, Paul Valéry, Marcel Proust, Julien Green, Charles Baudelaire, Nikolai Leskov ou Carl Gustav Jochmann.

[11] Na edição citada, *Urphänomene*, que poderia ser traduzido por "fenômenos originários", foi traduzido por "arquétipos".

Aquela frase que, para falar com Hölderlin, contém a cesura da obra e na qual, uma vez que os amantes abraçados selam o seu fim, tudo se detém, diz: "A esperança passou como uma estrela que cai do céu por sobre suas cabeças". É verdade que eles não se dão conta dela, e não pôde ser dito de forma mais clara que a derradeira esperança jamais o é àquele que a acalenta, mas sim apenas àqueles outros para os quais ela é acalentada.[12] (Benjamin, 2009a, p. 119. [GS, v. 1, p. 200]; Goethe, 2008, p. 189)

[12] A frase de Goethe é a seguinte: "A esperança passou sobre as suas cabeças como uma estrela cadente. Supunham, acreditavam que se pertenciam e pela primeira vez trocaram beijos ardentes, voluptuosos; separaram-se dolorosa e violentamente" (Goethe, 2008, p. 189).

Atento a um pequeno cometa que passa sobre um matagal escuro, o crítico literário coloca a esperança no centro da narrativa esmagadora de personagens submissos ao destino implacável de uma força primordial não dialetizada (os adultos do romance de Goethe são incapazes de agir segundo seus desejos, cercados pelas convenções sociais, as normas morais e as boas maneiras impostas por um casamento burguês dominado por uma jurisdição mítica, aquela de um direito sobre o corpo do parceiro). Em *Origem do drama barroco alemão*, Benjamin opera da mesma maneira que em "*As afinidades eletivas* de Goethe": por meio da acumulação de citações (*Sachgehalt*, ou teor material, o sentido manifesto do texto), ele representa a paisagem melancólica do barroco silesiano — por exemplo, o de Gryphius —, mas o quadro é iluminado por um toque de pintura luminosa vindo da Espanha (o teatro de Calderón, "objeto virtual"[13] do estudo sobre o barroco, e que fornece seu *Wahrheitsgehalt*, ou teor de verdade, o sentido latente; Benjamin, 1979, p. 334 [GB, v. 2, p. 508]). Com a Paris de *Charles Baudelaire* e do livro das *Passagens*, o filósofo também faz tremeluzir a estrela da redenção sobre uma poça lamacenta da sarjeta. Ainda em Berlim — e ainda nas *Passagens* —, o nome de uma mercadoria o surpreende e lhe traz à memória uma imagem publicitária: o filósofo mergulha, então, na imagem arcaica que o capital lhe apresenta. Contudo, por uma inversão dialética própria à atividade da rememoração (*Eingedenken*), afasta-se imediatamente dessa imagem e vislumbra, ainda mais profundamente na memória coletiva, a possibilidade de uma sociedade sem classes:

[13] Carta a Gershom Scholem de 22 de dezembro de 1924 (Benjamin, 1979, p. 334 [GB, v. 2, p. 508]).

Eu o tinha recuperado. Era assim: no primeiro plano do deserto, movia-se um veículo de carga puxado por cavalos. Estava carregado de sacos com a inscrição "Sal de Bullrich". Um deles tinha um buraco do qual escorria o sal, formando uma trilha na terra. Ao fundo da paisagem desértica, dois postes exibiam uma grande tabuleta com as palavras: "É o melhor". Mas o que fazia a trilha de sal na estrada que cortava o deserto? Ela formava letras, e estas formavam palavras, as palavras: "Sal de Bullrich". Não era a harmonia preestabelecida de um Leibniz uma criancice, se comparada a esta predestinação inscrita com absoluta precisão no deserto? E não havia neste cartaz uma parábola para as coisas que ninguém jamais experimentou nesta vida

terrena? Uma parábola para o cotidiano da utopia? (Benjamin, 2006b, p. 210, G1a,4 [GS, v. 5, p. 236])

Benjamin penetra, decerto, na floresta originária do copista chinês, mas logo a polariza — ao menos nas *Passagens* — entre o cinismo publicitário e a utopia de uma sociedade sem classes. A imagem dialética assim produzida, tensa como um arco entre o mito e a emancipação, visa a "educar" o leitor para a cidade — e para a história — em três dimensões.

PEDAGOGIA COMUNISTA

Enquanto Benjamin considera o sistema como *didático*, a cópia, o tratado e a imagem pretendem, em seu trabalho, ser *educativos*. Eles permitem voltar diversas vezes ao objeto estudado, mimetizar suas facetas e dar a ver suas diferentes perspectivas. Aliás, o filósofo procede com frequência por meio de citações, literal ou metaforicamente: ele cita não apenas excertos de Kraus, de Kafka ou de peças barrocas, mas também Paris como se fosse um livro e todas as cidades como se fossem um texto, com ou sem aspas (Benjamin, 2006b, p. 500, N1,10, e p. 506, N4,2 [GS, v. 5, pp. 572 e 580]). O filósofo desejava escrever *Passagens*, obra para a qual recolheu mais de oitocentas fontes, tal como havia escrito seu primeiro livro, *Origem do drama barroco alemão*, para o qual reunira cerca de seiscentas citações (Benjamin, 2006b, p. 501, N1a,2 [GS, v. 5, p. 573]; 1979, v.1, p. 311 [GB, v. 2, p. 433]):[14]

[14] Ver carta a Gershom Scholem de 5 de março de 1924 (Benjamin, 1979, v. 1, p. 311 [GB, v. 2, p. 433]).

> *O método deste trabalho: a montagem literária. Não tenho nada a dizer. Só a mostrar. Não surrupiarei coisas valiosas nem me apropriarei de formulações espirituosas. Porém, os farrapos, os resíduos: não quero inventariá-los e sim fazer-lhes justiça da única maneira possível: utilizando-os.* (Benjamin, 2006b, p. 502, N 1a,8 [GS, v. 5, p. 574])

Não se trata, no entanto, de utilizar esses "resíduos" de modo funcional, mas de colocá-los na cena de seu destino histórico (Benjamin, 1995, p. 228 [GS, v. 4, p. 389]).[15] Esse método de desvio (Benjamin, 2011d, p. 16 [GS, v. 1, p. 208]) — que, por meio de uma coleção de resíduos, realmente mais *desvia* os fenômenos que os "desvela" — vai muito além da simples crítica literária. Ele pressupõe que o objeto, seja qual for — texto, cidade, linguagem —, se imponha ao pesquisador, e não o inverso: não são novos sujeitos, mais inventivos que outros, que criam novos paradigmas, e sim novos objetos, profanos e marginais, que obrigam a novos métodos (Benjamin, 2006b, p. 515, N9,2 [GS, v. 5, p. 591]). Por essa razão, convém estar atento às citações "fortuitas" e fugidias que porventura murmurem

[15] Ver "Desempacotando minha biblioteca" (Benjamin, 1995, p. 228 [GS, v. 4, p. 389]).

não apenas em uma biblioteca, mas também em uma rua de Paris (Benjamin, 2006b, p. 512, N7,4 [GS, v. 5, p. 587]).

Esse método é pedagógico por várias razões. Primeiramente, ele dá um novo contorno aos fenômenos estudados. Permite ao leitor perceber como o detalhe reflete o conjunto, o qual obtém, assim, uma nova aparência. Esse método, no entanto, não cria um novo olhar dominador, pois, em segundo lugar, dá a ver uma técnica de escrita: não se trata propriamente de uma revolução da forma (o estilo, o ritmo) ou do conteúdo (o objeto, o assunto, o fenômeno) que é preciso *admirar*, mas de um trabalho de produção científica e literária que é necessário *compreender*. O autor não se torna o inesperado esteta de um novo gênero nem o especialista de novos assuntos, mas um produtor do sensível (Benjamin, 2006a, pp. 271-93. [GS, v. 2, pp. 683-701]). É nesse sentido que Benjamin se via como um "estrategista na batalha da literatura" (Benjamin, 1995, p. 32 [WuN, v. 8, p. 35]): como escritor, ele revoluciona seus próprios meios de produção (literária) e mostra, nos textos e nas cidades que estuda, essa mesma revolução operando. Ao fazer isso, oferece ao leitor os meios de revolucionar, por meio de uma espécie de mimetismo desse impulso criativo, seus próprios meios de produção. Benjamin lhe comunica as potencialidades da técnica moderna, a qual ele chama de "segunda", e que é lúdica e emancipadora tanto para o homem quanto para a natureza. Antes do banho de água fria do pacto germano-soviético de 1939, é na Rússia de Lênin que ele vê as primeiras realizações dessas potencialidades — noutros termos, em um mundo comunista que realizaria as fantasias fourieristas (Benjamin, 2009b, p. 120 [GS, v. 3, p. 208]).[16]

Os fenômenos, portanto, contêm em si mesmos os métodos apropriados para que se fale a respeito deles. É o pesquisador que deve desenvolver esses métodos. Ele também deve, contudo, encontrar o estilo adequado para transmitir a verdade dos fenômenos, sua origem (*Ursprung*), assim como seu primeiro salto para fora da origem (*Ur-Sprung*, "primeiro salto"), isto é, para a história. Alguns interpretaram a "montagem literária" benjaminiana como uma falta de forma (Adorno, 1998, p. 235; Tiedmann, 1997, p. 12-3 [GS, v. 5, p. 13]).[17] Mas o próprio Benjamin afirma que essa maneira de escrever de degrau em degrau, de resíduo em resíduo, ou ainda de fenda em fenda (*Sprung*)[18] na parede de uma montanha cheia de fissuras (a história), permite alcançar um panorama surpreendente (Benjamin, 2006b, pp. 502-3, N2,4 [GS, v. 5, p. 575]). O filósofo procura reunir os 4 mil fragmentos das *Passagens* à maneira das 12 mil peças de metal da Torre Eiffel, a fim de oferecer um espetáculo grandioso da produtividade humana tal como aquele que se oferecia aos novos trabalhadores das construções em ferro (Benjamin, 2006b, p. 501, N1a,1 [GS, v. 5, p. 572]). Conforme observara Jean Selz, seu amigo de Ibiza, no trabalho de Benjamin

[16] Benjamin, 2009b, p. 120 [GS, v. 3, p. 208], e a terceira versão de "A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica" [WuN, v. 16, p. 147].

[17] Trata-se da interpretação de Adorno (1998, p. 235), bastante criticada por Rolf Tiedemann, que sustenta — com razão, segundo nos parece — que essa montagem pressupõe um grande esforço literário (Tiedmann, 1997, p. 12-3 [GS, v. 5, p. 13]).

[18] *Sprung* significa "salto" (o que permite traduzir *Ursprung* não apenas como "origem", mas ainda como "salto originário", *Ur-sprung*) e também "racha", "fissura", "cieiro", "greta" ou "fenda", sendo uma palavra utilizada no campo da geologia para denominar uma cisão, isto é, o desnível (horizontal ou vertical) provocado por um deslocamento tectônico. Benjamin não para de fazer ecoar o seu conceito de "origem", *Ursprung*, com a sua raiz, *Sprung*, em outros contextos. É o caso dessa comparação de um pesquisador com um caminhante de montanha ou mesmo com um alpinista que, subindo de greta em greta, de fenda em fenda (*Sprung*), chega ao ponto em que se lhe revela o panorama histórico completo: Benjamin, 2006b, pp. 502-3, N2,4 [GS v. 5, p. 575]. Assim, o que permite o acesso à origem dos fenômenos sociais (*Ursprung*) não são as regularidades estatísticas, mas as irregularidades do terreno histórico (*Sprung*), ou seja, os desvios e as exceções.

pequenos fatos concretos encontram seu duplo poético, em um plano no qual a poesia não é mais literatura apenas, mas revela o lugar antropológico — quase fourierista — de uma cumplicidade secreta entre o homem e o mundo (Selz, 1991, pp. 378-9).

O ATELIÊ DO ESCRITOR

Em um desses pequenos quadros surrealistas de *Rua de mão única*, intitulado "Proibido colar cartazes!", em que enuncia, em treze teses de cada vez, as técnicas do crítico e do escritor, Benjamin apresenta, com humor e uma ponta de ironia, algumas indicações sobre o estilo poético que se deve empregar. As condições que ele apresenta são instrutivas em relação à sua própria técnica de escrita.

Primeira condição: é preciso sempre postergar a redação de uma ideia, esperar o amadurecimento das citações e o trabalho da linguagem na imagem (Benjamin, 1995, p. 31 [GS, v. 4, p. 106]). Assim como um desejo deve "amadurecer" ao longo do tempo para poder realizar-se (esse tempo é aquele, heterogêneo e pleno, da verdadeira experiência, da *Erfahrung*), é preciso "compreender a língua na qual a sorte faz acordo conosco" para encontrar, na "língua da vida", "o rasto não apagado de uma *força originária*" (aquela da origem, *Ursprung*; Benjamin, 1995, p. 190 [GS, v. 4, p. 351]).[19] Benjamin de fato não expressa um pensamento da maneira como este lhe vem, tampouco afirma algo além daquilo que pensa. Como o copista chinês, ele mostra disciplina, evita movimentos incontrolados, impulsivos e gesticulados, e emprega suas forças da melhor maneira possível. Esse despojamento máximo, comparável à "santa sobriedade" [*heilignüchtern*][20] (Benjamin, 2011c, p. 47 [GS, v. 2, p. 125]; 1993, pp. 120-3 [GS, v. 1, pp. 117 e 119]) que o filósofo saúda em Hölderlin, é posto em função daquilo que ele quer dizer, e não de sua reputação (Benjamin, 2001, pp. 236 e 251-2 [GS, v. 4, pp. 429 e 435-6]).[21] Certamente, "o conhecimento existe apenas em lampejos", provocados pelo encontro das citações e pelo choque entre as imagens. Mas "o texto é o trovão que segue ressoando por muito tempo" (Benjamin, 2006b, p. 499, N1,1 [GS, v. 5, p. 473]). Como na imagem proposta por Pierre Bertaux e citada no início deste artigo, o barulho somente surge das entranhas da terra algum tempo depois de a pedra ter sido lançada. Em Benjamin, a origem não é surpreendida, mas acolhida. Talvez seja preciso concluir, portanto, que convém deixar a origem vir à linguagem, a fim de melhor repercuti-la e fazer jorrar, num momento posterior, o clarão que a precedeu — escrita luminosa num céu ameaçador, um pouco como a estrela que passa em *As afinidades eletivas*. Isso porque, para o filósofo, só permanecem as obras que iluminam o presente como um relâmpago.

[19] Em "O caminho do sucesso em treze teses" (Benjamin, 1995, p. 190 [GS, v. 4, p. 351]). Tradução modificada de "força primitiva" para "força originária" (em itálico) a pedido do autor [N. T.].

[20] Tradução modificada.

[21] "Le Bon écrivain" e "Petits tours d'adresse. Bien écrire" (Benjamin, 2001, pp. 236 e 251-2 [GS, v. 4, pp. 429 e 435-6]).

Como escrever, então? O autor de *Rua de mão única* ainda aconselha ao escritor três "graus da composição", que mais uma vez correspondem a sua própria maneira de escrever: "pensamento — estilo — escrita". Em outra passagem, intitulada, com humor, "Atenção: degraus!", Benjamin oferece três outros estágios, de acordo com uma imagem que remete a três tipos de artista ou artesão: o primeiro degrau é o da composição (o músico); o segundo, o da construção (o arquiteto); e o terceiro, o da tecelagem (o tecelão) (Benjamin, 1995, pp. 31 e 27 [WuN, v. 8, pp. 34 e 29]). Podemos tirar dessa imagem algumas lições sobre o estilo do próprio Benjamin. O primeiro estágio de seu trabalho, o musical, de fato acolhe a música da ideia na improvisação das primeiras palavras jogadas sobre o papel, tudo isso sobre o pano de fundo de uma acumulação de materiais: referências bibliográficas, citações a serem exploradas, comentários e anotações pessoais (Benjamin, 2011b; Berdet, 2012; 2013).[22] Desse momento de inspiração, surge certo número de motivos. Mais visual, o segundo estágio — arquitetônico — estrutura esses diferentes motivos em motivos condutores: esquemas, palavras-chave e siglas reorganizam o conjunto dos materiais. Benjamin utilizava, por exemplo, símbolos coloridos para classificar suas numerosas fichas, as quais ele às vezes recortava para então as dispor sobre um novo suporte — como um copiar-colar à frente de seu tempo. O terceiro estágio, têxtil, retoma os momentos musicais e visuais em outro nível: a inspiração primeira deve, então, fazer-se imagem (Benjamin e Scholem, 2011, p. 165).[23]

O escritor deve, portanto, prestar atenção a esses três degraus. Em uma "imagem de pensamento" de sua lavra, Benjamin observa, ao empregar outra metáfora que explora as artes — neste caso, a escultura —, que as palavras devem bater no real "com pequenos martelinhos até que, como de uma chapa de cobre, dele tenham extraído a imagem" (Benjamin, 2001, p. 113; 1995, p. 203 [GS, v. 4, p. 364]).[24] A primeira inspiração, assim, é paralisada em uma imagem definitiva, graças a uma sintaxe na qual se sentem as "marcas de buril" (Benjamin, 2000b, v. 3, p. 400 [GS, v. 2, p. 579]) do segundo estágio. O último degrau, artesanal (tecelagem, escultura), designa, portanto, a escrita que refina e desbloqueia o estilo: pois o estilo pode acorrentar a ideia, a ideia pode matar a inspiração, e a inspiração só pode ser encontrada pela reescrita, isto é, pela cópia (Benjamin, 1995, p. 31 [WuN, v. 8, p. 34]). Talvez seja para não pular esse último degrau que Benjamin não hesita em copiar passagens inteiras de anotações antigas, as quais ele transfere para novas anotações ou integra em uma nova publicação. Recopiar a si próprio lhe permitia voltar às forças miméticas das quais corria o risco de se afastar, despertar a intuição e fazer emergir a imagem, ou seja, honrar o encontro linguístico com a felicidade? Isso corroboraria

[22] Benjamin, 2011b, p. 197. Esse livro, que inspira o presente parágrafo, contém textos apaixonantes de Erdmut Wizisla e de Ursula Marx sobre as técnicas de pesquisa e escrita de Benjamin. Sobre a escrita de *Passagens*, dos textos sobre Baudelaire e das teses sobre o conceito de história, permito-me indicar meus próprios textos: Berdet, 2012; 2013.

[23] Aqui, Benjamin às vezes inclui objeções alheias e novas reflexões pessoais.

[24] Em "San Gimignano" (Benjamin, 2001, p. 113; e também 1995, p. 203 [GS, v. 4, p. 364]).

o depoimento de Asja Lacis, para quem, apesar de sua erudição, Benjamin era menos um intelectual que um "apaixonado pelas palavras" (Lacis, 1989, p. 75). Sua "tecelagem" paciente dos pensamentos, que inclui esse momento mimético, visa a restituir ao leitor um encontro originário na floresta das correspondências.

Segunda condição: também é preciso poder acolher a história em seu espaço de trabalho. A origem (a fonte das criações geniais) não deixa suas pegadas senão sobre a terra arrasada das experiências históricas (aquela das trincheiras, por exemplo). Pensando nos textos de Benjamin sobre Baudelaire, poderíamos dizer também que, se a origem designa a nuvem que se reflete em uma poça lamacenta de uma rua de Paris, é impossível falar disso sem contar a história do calçamento. Os dejetos, portanto, compõem os fragmentos de uma experiência em si mesma fragmentada, que convém tornar perceptível na escrita: "Para o gênio, toda e qualquer cesura, os pesados golpes do destino como o suave sono, cai na industriosidade de sua própria oficina de trabalho. *E a sua esfera de influência*, ele a traça no fragmento" (Benjamin, 1995, p. 14 [WuN, v. 8, p. 14]).[25]

[25] Em "Relógio normal" (Benjamin, 1995, p. 14 [WuN, v. 8, p. 14]). O trecho em itálico foi modificado a pedido do autor. [N.T.]

Não concluir, demonstrar dedicação, disciplina e sobriedade, e dar espaço à cesura, aos golpes do destino e ao ritmo brusco da experiência: o estilo reflete a "experiência do choque" (*Chockerlebnis*) daquele que escreve, feita de interrupções e de momentos de um estado entre o sono e a vigília, de dejetos que o atingem sem cessar e dos quais ele se faz o receptáculo. Outro tipo de mimetismo, o ritmo da escrita esposa, assim, a experiência da comunidade histórica do pesquisador: trata-se da experiência de uma felicidade esvaecida, de uma alegria desmembrada, de uma *Erfahrung* perdida e dispersa aos quatro ventos da história.

A ARGILA DAS PÁGINAS OU O MÁRMORE INFECUNDO

Nas *Passagens*, escrevendo diretamente em francês, Benjamin faz uma última observação sobre o bom escritor, que para ele se confunde com o bom pensador. Sua sintaxe ligeiramente desajeitada, sinal de seu exílio da língua em tempos conturbados, em nada diminui a beleza da imagem:

> *Há, no fundo, duas maneiras de filosofia e dois modos de anotar os pensamentos: um é semeá-los na neve — ou então, se preferir, na argila das páginas, Saturno é o leitor que contempla seu crescimento, e até mesmo colhe sua flor, seu sentido, ou seu fruto, seu verbo. O outro é enterrá-los dignamente e erigir como sepultura a imagem, a metáfora, mármore frio e infecundo, acima de sua tumba.*[26] (Benjamin, 1997, p. 837 [GS, v. 5, p. 1.007])

[26] Traduzido a partir da edição francesa: "Passages parisiens I" (Benjamin, 1997, p. 837 [GS, v. 5, p. 1.007]). Na tradução para o português, optamos, propositadamente, por construções sintáticas desajeitadas e não alinhadas à norma culta, a fim de preservar de algum modo a construção original do próprio Benjamin, que escreveu o trecho em uma língua que não a materna: "*Il y a, au fond, deux manières de philosophie et deux sortes de noter les pensées: l'une c'est les semer sur la neige — ou bien si vous voulez mieux dans l'argile des pages, Saturne est le lecteur pour en contempler la croissance, voire pour en récolter leur fleur, le sens, ou leur fruit, le verbe. L'autre c'est dignement les enterrer et ériger comme sépulture l'image, la métaphore, marbre froid et inféconds, au-dessus de leur tombe*". [N.T.]

No primeiro caso, o escritor semeia grãos sob o olhar benevolente do deus do tempo, fermentos de utopia talvez, cujo fruto poderá ser colhido por um futuro leitor ou uma futura leitora. No segundo, temos apenas o sinal de um pensamento que um dia esteve vivo, mas do qual devemos guardar luto (Benjamin, 1995, p. 31 [WuN, v. 8, p. 34]).[27] O primeiro estilo permite reativar a força positiva de um momento originário para além dos séculos; o segundo assinala que algo de sua clareza está perdido, e que não é possível simulá-la sem reabilitar uma "aura" que podemos suspeitar reacionária.

A escrita de Benjamin proporciona tanto alegria quanto uma melancolia capaz de transformar-se em revolta: naquela, sentimos uma juventude livre de qualquer conformismo; nesta, sabemos que está enterrada sob a máscara funerária dos poderes míticos. Percebemos uma experiência repleta de paixões, mas também sentimos sua força contrariada, incessantemente interrompida pelos choques da vida moderna e por fim convertida em seu antagonista mortífero. Se compreender Benjamin significa levá-lo conosco, então convém, talvez, ir até o ponto de encontro dessas duas experiências contraditórias e saber instalar-se junto dele, no campo de tensão elétrica entre esses dois polos, entre a fonte claro-escura da origem e o terreno arrasado da experiência histórica — dizendo de outro modo, entre as profundezas do poço e a frágil beirada em que nos apoiamos.[28]

[27] E também: "A obra é a máscara mortuária da concepção" (Benjamin, 1995, p. 31 [WuN, v. 8, p. 34]).

[28] Este artigo é resultado de pesquisa de pós-doutoramento realizada no departamento de sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Escrito originalmente em francês, o texto foi traduzido por Juliana Ramos Gonçalves e revisto por mim. Agradeço particularmente a Pedro Fragelli por suas sugestões, que me permitiram um feliz aperfeiçoamento desta última versão em português.

[29] As indicações entre colchetes correspondem às abreviações usadas ao longo do texto, sempre seguidas pelo número do volume referenciado.

MARC BERDET é professor visitante do departamento de design do Instituto de Artes da Universidade de Brasília (UnB). Formado em sociologia e filosofia, é doutor pela Universidade Paris Sorbonne e autor de *Fantasmagories du capital* (La Découverte, 2013); *Walter Benjamin. La passion dialectique* (Armand Colin, 2014); e *Le chiffonnier de Paris* (Vrin, 2015). marcberdet@gmx.com.

Recebido para publicação em 3 de julho de 2018.
Aprovado para publicação em 20 de novembro de 2018.

NOVOS ESTUDOS
CEBRAP
112, set.–dez. 2018
pp. 445-455

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS[29]

WALTER BENJAMIN EM ALEMÃO

Benjamin, Walter. *Gesammelte Briefe 1910-1940*. Frankfurt: Suhrkamp, 1995-2000, 6 v. [GB]
_____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt: Suhrkamp, 1972-1999, 7 v. [GS]
_____. *Werke und Nachlass. Kritische Gesamtausgabe*. Frankfurt: Suhrkamp, 2008, 21 v. [WuN]

WALTER BENJAMIN EM FRANCÊS

Benjamin, Walter. *Correspondance*, Paris: Aubier-Montaigne, 1979, 2 v.
_____. *Écrits français*. Paris: Gallimard, 1991.
_____. *Paris, capitale du XIXe siècle. Le Livre des passages*. Paris: Cerf, 1997.
_____. *Je déballe ma bibliothèque*. Paris: Rivages, 2000a.
_____. *Œuvres*. Paris: Gallimard, 2000b, 3 v.
_____. *Images de pensée*, Paris: Christian Bourgois, 2001.
_____. *Le Concept de critique esthétique dans le romantisme allemande*. Paris: Flammarion, 2002.
_____. *Essais sur Brecht*. Paris: La Fabrique, 2004.
_____. *Enfance*. Paris: Payot, 2011a.
_____. *Walter Benjamin. Archives*. Paris: Klincksieck, 2011b.
_____; Adorno, Gretel. *Correspondance 1930-1940*. Paris: Le Promeneur, 2007.
_____; Scholem, Gershom. *Théologie et utopie. Correspondance 1933-1940*. Paris: L'Éclat, 2011.

Walter Benjamin em português

Benjamin, Walter. *O conceito de crítica de arte no romantismo alemão*. Trad. Marcio Seligmann-Silva. São Paulo: Edusp/Iluminuras, 1993.

_____. *Rua de mão única.* Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1995, v. 2.

_____. "O autor como produtor". In: *A modernidade: obras escolhidas de Walter Benjamin*. Ed. e trad. João Barrento. Lisboa: Assírio & Alvim, 2006a, pp. 271-93.

_____. *Passagens*. Trad. Irene Aron. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006b.

_____. "*As afinidades eletivas* de Goethe". In: *Ensaios reunidos: escritos sobre Goethe*. Trad. Mônica Krausz Bornebusch, Irene Aron e Sidney Camargo. São Paulo: Editora 34, 2009a.

_____. "Uma pedagogia comunista". In: *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. Trad. Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2009b.

_____. "Dois poemas de Friedrich Hölderlin". In: *Escritos sobre mito e linguagem*. Trad. Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. São Paulo: Editora 34, 2011c.

_____. *Origem do drama trágico alemão.* Trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2011d.

_____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história.* Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012.

Obras de outros autores

Adorno, Theodor. *Prismas: crítica cultural e sociedade*. Trad. Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Ática, 1998.

Arendt, Hannah. *Vies politiques*. Paris: Gallimard, 1986.

Baudelaire, Charles, *As flores do mal*. Trad. Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Berdet, Marc. "Chiffonnier contre flâneur. Construction et position du *Livre des passages* de Walter Benjamin". *Archives de Philosophie*, Paris, Centre Sèvres, n. 75, 2012, pp. 425-47.

_____. "L'Ange de l'histoire. Walter Benjamin ou l'apocalypse méthodologique". *Socio-anthropologie*, Paris, Publications de la Sorbonne, n. 28, 2013, pp. 47-63.

_____. *Walter Benjamin. La Passion dialectique*. Paris: Armand Colin, 2014.

Gagnebin, Jeanne-Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1994.

_____. *Walter Benjamin: os cacos da história*. São Paulo; n-1 edições, 2018.

Goethe, Johann Wolfgang von. *As afinidades eletivas*. Trad. Erlon José Paschoal. São Paulo: Nova Alexandria, 2008.

Lacis, Asja, *Profession: révolutionnaire. Sur le théâtre prolétarien. Meyerhold, Brecht, Benjamin, Piscator*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1989.

Selz, Jean. "Walter Benjamin à Ibiza". In: Benjamin, Walter. *Écrits français*. Paris: Gallimard, 1991, pp. 367-79.

Tiedemann, Rolf. "Introduction". In: Benjamin, Walter. *Paris, capitale du XIXe siècle. Le livre des passages*. Paris: Cerf, 1997, pp. 9-32.

Wismann, Heinz. "Le Littérateur". In: Lavelle, Patricia (org.). *Cahiers de l'Herne. Walter Benjamin*. Paris: L'Herne, 2003, pp. 153-7.

CC BY

A REBELIÃO PLURALISTA DE 1979 NA ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE FILOSOFIA

Insatisfação disciplinar e mudança intelectual

http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201800030008

Joaquim Toledo Jr.*

RESUMO

O artigo reconstrói as disputas na Associação Americana de Filosofia (APA) que culminaram, em 1979, na chamada "Rebelião Pluralista". Um dos personagens centrais desse drama foi o filósofo Richard Rorty (1933-2008), formulador intelectual das queixas de insatisfação disciplinar e institucional que eclodiram na reunião anual da associação naquele ano. O episódio pode ser interpretado como um caso exemplar de processos de mudança intelectual envolvendo crise institucional e a emergência de movimentos científicos/intelectuais.

PALAVRAS-CHAVE: *Filosofia contemporânea norte-americana; Richard Rorty; movimentos intelectuais; mudança intelectual; sociologia da filosofia.*

The Pluralist Rebellion of 1979 at the American Philosophical Association: Disciplinary Discontent and Intellectual Change

ABSTRACT

The article reconstructs the disputes in the APA that led, by the end of the 1970s, to the so-called Pluralist Rebellion. One of the central characters of this event was philosopher Richard Rorty (1933-2008), who had a crucial role as an intellectual framer of the disciplinary discontent which erupted in the 1979 meeting of the association. The article concludes by showing how the episode might be interpreted as an exemplary case of processes of intellectual change that involve institutional crisis and the emergence of scientific/intellectual movements.

KEYWORDS: *American contemporary philosophy; Richard Rorty; intellectual movements; intellectual change; sociology of philosophy.*

[*] Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: joaquim.toledo.jr@gmail.com

Mil novecentos e setenta e nove foi um ano cheio para Richard Rorty, professor do Departamento de Filosofia da Universidade Princeton e presidente da Associação Americana de Filosofia (APA). *A filosofia e o espelho da natureza* (Rorty, 1979), publicado naquele ano, tornou-se imediatamente o livro de filosofia mais lido nos círculos filosóficos profissionais, segundo estimativa de um resenhista (Greene, 1980), e o lançou ao centro de um debate latente sobre uma crise disciplinar na filosofia profissional norte-americana. Combi-

nando, nas palavras de Greene, "as abordagens histórica e analítica", a obra oferecia uma teoria sobre a natureza da filosofia e um prognóstico sobre seu futuro após a "crise da filosofia centrada na epistemologia", identificada precocemente pelo próprio Rorty em um artigo de final dos anos 1960 (Rorty, 1967). Antes que o ano terminasse, entre o Natal e o Ano-Novo, Rorty teria de administrar uma crise no encontro nacional da APA, cuja diretoria se viu acuada por um movimento que demandava eleições diretas para os cargos da associação.

O motim no encontro da APA em dezembro de 1979 foi organizado pelo Grupo de Sábado, uma agremiação informal que reunia professores de universidades de menor prestígio. Preocupados com o controle da APA por membros de departamentos tradicionais (notadamente o de Harvard), haviam se organizado em 1978 em resposta a ameaças de descredenciamento do programa de pós-graduação do departamento de filosofia da New School, em Nova York, episódio que consideravam mais uma ofensiva imperial da chamada "filosofia analítica". O movimento exigia maior reconhecimento e espaço institucional para filósofos não identificados com essa tradição, hegemônica desde pelo menos o final da década de 1940 (Beaney, 2013; Soames, 2014), e resultaria na chamada "Rebelião Pluralista" de 1979.

Este artigo reconstrói a crônica desses eventos e procura entender, segundo uma perspectiva inspirada pela "nova sociologia das ideias" (Camic e Gross, 2008), um momento de mudança intelectual na filosofia norte-americana contemporânea. O ano de 1979 é um marco na emergência da filosofia pós-analítica (Rajchman e West, 1985), mas as importantes transformações por trás desse processo não são apenas intelectuais — estas se combinaram, de forma marcadamente conflituosa, a mudanças institucionais para produzir tanto inovações no plano da teoria como mobilizações no plano disciplinar-institucional. O artigo mostra como o Grupo de Sábado deve ser interpretado como um exemplo instrutivo de movimento intelectual (Frickel e Gross, 2005), e que Rorty, embora apenas indiretamente ligado a ele por força das circunstâncias, desempenhou papel crucial de formulador (*framer*) intelectual do movimento.

* * *

"Alegando que a Associação Americana de Filosofia se tornou 'monolítica' e 'intolerante', que seus programas 'negligenciam temas filosóficos básicos' e que seus líderes haviam 'perdido o contato com os demais filósofos'", relatou o repórter Thomas Lask (1979) para a edição de 30 de dezembro de 1979 do jornal *The New York Times*, "o Comitê para o Pluralismo na Filosofia criticou severamente por duas horas, na última sexta-feira, os líderes do grupo filosófico e afirmou que planejava substituí-los". A situação era inusitada. Na edição anterior do tradi-

cional encontro da divisão Leste da APA em Washington, DC — desde 1902 realizada anualmente na semana entre o Natal e o Ano-Novo, cada ano em uma cidade da costa leste norte-americana (Campbell, 2006) —, entre sessões temáticas esvaziadas, debates mornos e palestras sonolentas, um grupo informal autointitulado Grupo de Sábado convocara uma reunião. Segundo o testemunho de Bruce Wilshire (2002), mais de cem pessoas compareceram, e ali se formou o Comitê para o Pluralismo na Filosofia para, nas palavras de seus fundadores, "trabalhar por uma APA mais representativa da diversidade da atividade filosófica nos Estados Unidos".[1]

[1] "Committee for Pluralism". Documento inédito, 1979. Arquivos de Kenneth Stickers, Southern Illinois University, Carbondale. Citado em Gross, 2008, p. 220.

O objetivo do Comitê para o Pluralismo era propor ações coletivas dirigidas contra o "domínio da filosofia analítica" sobre o comando da APA. Embora existam tantas definições de filosofia analítica quanto existem filósofos e filósofas que se declaram analíticos, trata-se, em linhas gerais, da tradição filosófica que se desenvolveu no contexto de profissionalização da filosofia nos Estados Unidos na primeira metade do século XX (Toledo, 2015) em universidades como Harvard, Cornell e UCLA, em direta oposição à "filosofia especulativa" em voga naquele país até o final da Segunda Guerra (Beaney, 2013). Derivada das obras de Gottlob Frege (1848-1925), Bertrand Russell (1872-1970) e Ludwig Wittgenstein (1889-1951), dos positivistas lógicos do Círculo de Viena e da filosofia da linguagem de Cambridge e Oxford, a filosofia analítica se caracteriza, nas palavras de Scott Soames,

> *pelo respeito à ciência e ao senso comum, pela crença na relevância da lógica e da linguagem para a filosofia, pela ênfase na precisão e na clareza argumentativas, pela desconfiança da metafísica apriorística e pela elevação dos objetivos de verdade e conhecimento sobre inspiração, edificação moral e conforto espiritual.* (Soames, 2014, p. 7)

Segundo as queixas do Comitê para o Pluralismo, os filósofos de orientação analítica exerciam poder desproporcional sobre aspectos cruciais da vida filosófica acadêmica: avaliação de departamentos e programas de pós-graduação, acesso a publicações de prestígio (como a *Philosophical Review* e o *Journal of Philosophy*; Katsav e Vaesen, 2017)[2] e sua posição aparentemente inexpugnável de *gatekeepers* das cobiçadas posições em universidades de prestígio que garantiam visibilidade intelectual e profissional e recompensas financeiras significativamente maiores. Apesar da expansão sem precedentes do sistema de ensino superior norte-americano no pós-guerra e da consequente multiplicação de departamentos e programas de pós-graduação em filosofia em todo o país, os departamentos tradicionais da disciplina, Harvard no centro (Kuklick, 1977; 2000), ainda dominavam a paisagem da filosofia profissional nos Estados Unidos.

[2] Para o papel da *Philosophical Review* na promoção da filosofia analítica no pós-guerra, conferir Katsav e Vaesen, 2017.

A polêmica deu visibilidade às queixas crescentes no meio filosófico profissional norte-americano contra o domínio dos filósofos analíticos sobre a APA. Em 1977, o departamento de filosofia da New School — nas palavras de Wilshire, "um dos últimos postos avançados de pós-graduação em pensamento continental, não analítico e não positivista" — estava em crise. A diretoria da instituição havia suspendido contratações e processos seletivos para ingresso na pós-graduação. O departamento contava com apenas três professores com *tenure*, especialistas na tradição clássica de filosofia norte-americana, em filosofia continental e em história da filosofia antiga. Esse perfil contrastava com as linhas dominantes nos departamentos de maior prestígio, como os de Harvard, Cornell, Princeton, Pittsburgh e Pennsylvania, onde predominavam o estilo analítico e a preferência pelas áreas de filosofia da ciência e da linguagem. Para Albert Hofstader, chefe do departamento de filosofia da New School, a situação era "desmoralizante para professores e alunos".

O governo de Nova York, por meio de sua Agência Estadual de Credenciamento, havia organizado um processo de avaliação dos programas de pós-graduação do estado. Era de esperar que o comitê de avaliação, majoritariamente analítico, fosse recebido com desconfiança pelo corpo docente da New School. Segundo Richard Rorty, professor da Universidade Princeton e membro daquele comitê, a desconfiança era justificada: o estilo de trabalho intelectual do departamento de filosofia da New School, aos olhos do *establishment* da área, era obsoleto e estava em descompasso com os padrões estabelecidos por seus pares de maior prestígio, e seu programa de pós-graduação corria risco de ser descredenciado:[3]

> *O projeto* [*do comitê de avaliação*] *era uma má ideia. Parecia insinuar que haveria a necessidade de um tipo de padronização dos departamentos de filosofia.* [*Filósofos não analíticos*] *pensaram que se tratava de um ataque do establishment analítico contra todos os que não eram do establishment, e retrospectivamente eu acho que estavam corretos.* (Gross, 2008, p. 218)

[3] Cerca de quinze anos depois, a APA abandonou os *rankings* reputacionais, substituindo-os por guias informativos com parâmetros compartilhados; à época, no entanto, processos de avaliação como esse podiam construir ou destruir a imagem de instituições e profissionais.

O processo de avaliação era supostamente um cavalo de Troia analítico com o objetivo de reduzir o espaço e a reputação de outras linhas de trabalho filosófico. Para os não analíticos, o programa de pós-graduação da New School era um bastião, e seu descredenciamento, ironicamente sob a justificativa de que o currículo era muito especializado (Wilshire, 2002), uma ameaça potencial aos não conformistas.

Segundo Rorty, que chegou a sugerir a contratação de Alasdair MacIntyre para substituir Albert Hofstader (Gross, 2008, p. 219), essa não era a intenção do comitê. Em carta ao então chefe de departamento, após o encerramento da avaliação do comitê, Rorty reforçou sua

admiração pela instituição, um santuário de formas alternativas do trabalho filosófico em um sistema dominado pelo estilo analítico:

> *Falando agora na condição de cidadão privado, agora que a missão do comitê terminou na última sexta, e independentemente do conteúdo do relatório daquele comitê, gostaria de dizer que a New School me parece oferecer oportunidades sem igual de estabelecer um vínculo entre os filósofos norte-americanos e o trabalho excitante ora em curso entre filósofos na Alemanha* [...]. *A filosofia nos Estados Unidos está nos momentos finais de uma era e à procura de algo que a revitalize* [...]. *Seria uma tragédia se justamente agora a filosofia na New School desaparecesse.*[4]

[4] Richard Rorty em carta a Joseph Greenbaum, 24 de outubro de 1977. Citado em Gross, 2008, p. 219.

* * *

A polêmica envolvendo a New School chamou a atenção do Grupo de Sábado. Formado por filósofos não analíticos em janeiro de 1978, poucas semanas após o encontro de 1977 da APA, era um grupo informal de debates, trocas de experiências profissionais e, principalmente, acompanhamento independente e crítico das atividades da associação. Nas palavras de um importante membro do grupo, John Smith (Yale), a missão do grupo era monitorar tudo "que diz respeito às diretorias e aos membros dos comitês, à organização do programa anual [da associação] e à distribuição de prêmios de pesquisa". Como relatou Wilshire:

> *Em janeiro de 1978, alguns de nós, professores de filosofia, nos reunimos em um sábado no apartamento de Charles Sherover* [*Hunter College/CUNY*]. *Havíamos testemunhado mais uma convenção monótona, imperdoavelmente paroquial da divisão da Costa Leste da APA. Havíamos sido colocados de lado por décadas. Resignação e desespero estavam profundamente entranhados. Havia mais filósofos no banco que em campo.* (Wilshire, 2002, p. 52)

A dificuldade de acesso a recursos da vida acadêmica era uma queixa crescente. O panorama profissional para os filósofos havia mudado com a expansão do sistema universitário, que chegara a um ponto crítico de arrocho estrutural: o mercado de trabalho de cursos superiores havia estagnado, enquanto o estoque de doutores crescia ano a ano. O país enfrentava um processo de inflação de credenciais educacionais (Collins, 1979), isto é, de perda de valor dos diplomas de ensino superior e dos títulos de pós-graduação em decorrência da expansão do acesso a esses níveis de escolaridade. Em reação à dificuldade de obter recursos, surgiram na filosofia organizações independentes e informais, paralelas à APA: sociedades de metafísica, de fenomenologia, de

filosofia americana clássica, entre outras. "Muitos desses subgrupos se reuniam nas horas mortas dos encontros da APA", relata Wilshire. "Na verdade, formaram-se tantas sociedades e associações que a APA estava em risco de implodir, de ver seu núcleo colapsar" (Wilshire, 2002, pp. 52-3).

O Grupo de Sábado abraçou a causa da New School e, em comunicados e cartas aos membros da APA, tornou público um debate latente sobre a centralização da entidade em torno dos filósofos analíticos. Segundo Wilshire:

> *Enviamos cartas para amigos de fora de nosso círculo imediato denunciando as dificuldades pelas quais passava a New School. A resposta foi animadora. Muitos filósofos assinaram as cartas. Isso nos motivou a seguir adiante. Chamávamos a nós mesmos o "Grupo de Sábado".* (Wilshire, 2002, p. 54)

A concorrida reunião marcada para o encontro anual da entidade em 1978, em Washington, DC — da qual surgiu o Comitê para o Pluralismo na Filosofia —, era até então o ponto culminante das atividades do Grupo de Sábado.

A primeira resolução do Comitê para o Pluralismo foi exigir à APA a abertura do processo de escolha da diretoria ao escrutínio público. O regulamento previa que a diretoria da associação seria eleita na reunião administrativa anual, mas na prática não havia concorrência: a chapa, definida a portas fechadas pelo Comitê de Nomeação, era meramente referendada no encontro oficial da entidade. "Ninguém forçava uma disputa", escreve Wilshire, "nem a pequena claque oligárquica de filósofos analíticos que se nomeavam uns aos outros para os cargos de direção ano após ano; nem os muitos filósofos que se valiam das convenções da APA para fazer avançar suas carreiras, que não se identificavam realmente com ela nem compareciam às reuniões administrativas; muito menos aqueles que haviam desistido e se desfiliado da Associação" (Wilshire, 2002, p. 55). De fato, de meados da década de 1950 até o fim dos anos 1970, a maioria dos presidentes da divisão Leste da APA eram filósofos analíticos com laços estreitos com os departamentos de filosofia tradicionais.

A decisão foi levada ao Comitê de Nomeação, que se reunia naquele mesmo dia. Os pluralistas exigiram que os formulários da consulta fossem lidos em voz alta nas próximas reuniões do comitê. Kurt Baier (Universidade de Pittsburgh), que terminava seu mandato de presidente, reagiu à proposta afirmando que o Comitê de Nomeação havia sido "devidamente eleito" e, portanto, era o legítimo encarregado de tomar decisões relativas à composição da diretoria. Dada a superioridade numérica dos pluralistas, no entanto, a moção em favor do

reconhecimento público formal das indicações dos afiliados se impôs. As queixas se estenderam, para além das práticas administrativas e do funcionamento do Comitê de Nomeação, às práticas de seleção de trabalhos submetidos ao Comitê de Programação do encontro anual da entidade. Embora seguisse os princípios de avaliação às cegas, o Comitê de Programação parecia favorecer trabalhos que se enquadrassem em metodologias e temas bastante restritos (Tull, 2005).[5]

[5] Os anais dos encontros da associação no período registram o desequilíbrio entre artigos e comunicações de orientação analítica e os orientados pelas demais abordagens (Tull, 2005).

A diretoria temia que as guerras culturais que eclodiram nos Estados Unidos desde o final da década de 1960 tivessem alcançado o núcleo organizacional da disciplina, e que essa politização contaminasse a produção filosófica. Para Ernest Sosa (Brown), tesoureiro da APA, a exigência de que a entidade e seus associados dessem mais atenção aos assuntos "do dia" — a Guerra do Vietnã, a questão racial e as mobilizações em torno de direitos civis — podiam degenerar em demanda por democratização plena da entidade: "É a primeira vez que a demanda por eleições está na ordem do dia" (Gross, 2008, p. 221). Para além da demanda por transparência no processo de escolha da diretoria, Sosa temia que, no ano seguinte, os ativistas tentassem nomear candidatos e elegê-los de forma direta, desde o plenário. Por isso, propunha que se aprovasse uma norma proibindo eleições diretas no ano seguinte e, dependendo das reações, que a diretoria se adiantasse aos pluralistas e estabelecesse um processo eleitoral a partir de 1980.

Rorty, eleito presidente para o ano seguinte, apoiou o plano de Sosa — considerava a ideia de uma eleição direta, de iniciativa dos rebelados, prejudicial à entidade. Por outro lado, avaliava que a demanda dos não analíticos por maior representação era legítima. Em carta, escreveu:

> *Acho justas as queixas* [*dos pluralistas*]. *Existe, infelizmente, um "establishment analítico" em nossa disciplina que tem, vez ou outra, agido de formas que sugerem uma tirania da maioria — não intencionalmente, creio, mas por complacência e falta de atenção. Talvez esteja na hora de a* APA *descobrir uma forma de se livrar desses maus hábitos.*[6]

[6] 27 de março de 1979. Arquivo de Richard Rorty, citado por Gross, 2008, p. 221.

Rorty procurou implementar mudanças no Comitê de Programação, propondo que passasse a ser composto por representantes das diferentes abordagens e tradições da disciplina. Sugeriu, também, que a APA emitisse uma nota reconhecendo o viés pró-analítico dos encontros nos últimos anos, declarando sua intenção de corrigi-lo e encorajando os não analíticos a inscrever trabalhos para o encontro do ano seguinte. Acima de tudo, Rorty reconhecia que a tensão entre analíticos e não analíticos tenderia a se aprofundar no futuro, dadas as diferentes ênfases de formação nos programas de pós-graduação do país:

Um tipo [de programa de pós-graduação] (exemplificado por Princeton e Harvard) treina pessoas para resolver problemas propostos pela literatura recente. O outro enfatiza a familiarização com textos históricos. Esses dois tipos de filósofos mal conseguem conversar entre si atualmente, e serão ainda menos capazes de conversar no futuro.[7] (Rorty apud Gross, 2008)

[7] Richard Rorty a Ernest Sosa, 9 de julho de 1979. Citado por Gross, 2008, p. 225.

Poucas semanas antes do encontro anual de 1979, no entanto, Rorty escreveu decepcionado a Robert Sokolowski (da Universidade Católica da América, CUA). Ele havia tentado convencer os diretores da APA a respeito da "estreiteza do espectro de pontos de vista filosóficos" entre os comitês da associação, mas não encontrou entre eles "apoio":

De fato, [alguns membros da diretoria] ficaram enfurecidos com minha afirmação. Estou, infelizmente, inclinado a pensar que a recusa do Establishment Analítico a fazer concessões não é apenas questão de descuido e desatenção, mas de hostilidade ativa aos que se recusam a aceitar a hegemonia analítica.[8] (Rorty apud Gross, 2008)

[8] 6 de novembro de 1979. Citado por Gross, 2008, p. 226.

No mesmo período, em antecipação à aguardada reunião da APA de 1979 em Nova York, rumores circularam a respeito das decisões do Comitê de Nomeação. Aparentemente, a maioria das indicações havia sido ignorada de propósito. Os pluralistas convocaram um protesto para a véspera da reunião do Comitê de Nomeação no hotel Sheraton, em Nova York.

No dia seguinte, o Comitê de Nomeação anunciou o esperado: Adolf Grünbaum, de Pittsburgh, assumiria a vice-presidência da entidade, substituindo Rorty na presidência no ano seguinte. A leitura dos resultados da consulta aberta, no entanto, acirrou os ânimos dos presentes: nenhum dos cinco primeiros colocados havia sido nomeado para os respectivos cargos — o Comitê de Nomeação resolvera simplesmente ignorar a consulta, mantendo sua prática de escolher a diretoria de maneira autocrática, ainda que dessa vez fosse obrigado a assumir que contrariava as preferências dos afiliados. A reação dos rebelados foi nomear os escolhidos na consulta pública para seus respectivos cargos — entre eles John Smith (Yale), John Lachs (Vanderbilt), Quentin Lauer (Fordham) e John McDermott (Texas A&M),[9] figuras centrais do Comitê para o Pluralismo — e exigir uma votação ali mesmo. Indicado para presidente, Smith venceu Grünbaum na eleição improvisada, por 198 votos a 165.

[9] Poucos anos depois McDermott organizou um simpósio sobre a coletânea de artigos *Consequences of Pragmatism*, de Richard Rorty (1982).

Conseguir maioria era relativamente fácil, uma vez que reuniões como a do Comitê de Nomeação costumavam ser esvaziadas. Wilshire estima que, dos cerca de 2 mil associados que frequentavam o encontro anual, apenas sessenta compareciam a reuniões burocráticas. Para ele, "a apatia era compreensível, pois raramente os assuntos mais relevantes eram discutidos e votados em plenário". Apesar de dúvidas em

relação à legitimidade de alguns dos votos (parte deles era de alunos de pós-graduação, e não professores), Rorty, após suspender a reunião e adiar sua decisão para o dia seguinte, decidiu reconhecer a validade da eleição e declarou Smith presidente eleito da divisão Leste da Associação para o período de 1980-1981.[10] Os sublevados da Rebelião Pluralista, como o episódio ficou conhecido, haviam vencido a batalha.

[10] Roderick Firth assumiria a presidência no ano seguinte. A APA define seus presidentes com dois mandatos de antecedência. Para uma lista completa de seus presidentes e discursos, cf. ‹www.apaonline.org/?page=presidents›.

* * *

Entre os rebelados, as queixas convergiam: os filósofos analíticos queriam deslegitimar toda forma alternativa de fazer filosofia, e a APA havia se tornado instrumento de controle da disciplina. A professora Evelyn Sherk, da Universidade Hofstra, disse ao repórter Thomas Lask, do *The New York Times*, que "a análise americana se apresenta como *a* posição filosófica". Para ela, a APA havia sido transformada por sua diretoria em uma organização monolítica dominada por interesses particulares. "O pluralismo institucional", concluía, "é o remédio para o dogmatismo entranhado" na associação. Quentin Lauer, de Fordham, declarou, por sua vez, que "deve haver uma variedade de posições filosóficas [...]. A verdade é vasta demais para que nos aproximemos apenas de uma de suas faces". Disse ainda que "as ideias do passado não podiam ser ignoradas" e registrou seu desprezo por uma forma de fazer filosofia que, como a filosofia analítica, se expressava em um "jargão compreensível apenas para um pequeno grupo" (Lask, 1979).

Os participantes da Rebelião Pluralista ressaltavam, porém, que as diferenças entre a posição "historicista, europeia, continental" e a posição "analítica anglo-saxônica" não eram meramente abstratas, mas diziam respeito a questões práticas como "bolsas, apoio do governo, financiamento, publicações e a indicação de alunos e amigos para posições no corpo docente das universidades". Para Wilshire, os cursos de pós-graduação eram "excludentes, e não pluralistas". John Lachs acusou os filósofos analíticos de "intolerância" e afirmou que "a diretoria da associação queria mantê-la 'pura para a análise'". "O poder", concluiu, "é uma questão importante e lucrativa".

A vitória foi importante, mas parcial e provisória. Alguns dos analíticos viram no episódio uma advertência a respeito de seu fechamento para o resto da comunidade filosófica. Outros ficaram furiosos com a mobilização pluralista. A hipótese de levar a questão à justiça foi aventada, mas a estratégia de reação do Comitê Executivo foi propor uma alteração no estatuto da entidade que permitisse realizar as eleições por correspondência, e não presencialmente. Dessa forma, os filósofos analíticos recuperariam o controle sobre o processo e esmagariam a rebelião daquele grupo

ruidoso mas pequeno de *sans-culottes* acadêmicos, com o apoio da maioria silenciosa e mais moderada que sequer comparecia às reuniões anuais da entidade. A eleição de 1980 ainda se realizou no plenário, uma vez que alteração no regimento não poderia ter vigência imediata, mas na eleição de 1981, que elegeria o presidente para o período de 1982-1983, Grünbaum acabou por derrotar William Barrett (NYU), o candidato dos pluralistas.

"Vocês ficam com os encontros", disse Ruth Charlotte Marcus (Yale), especialista em lógica e presidente da APA Oeste no período de 1975-1976, "nós ficamos com os programas de pós-graduação" — ou seja, com o controle dos meios de credenciamento acadêmico. O comentário sarcástico após os pluralistas terem conseguido aprovar a moção de transparência era também premonitório. Pelos anos seguintes, assolada pelo crescente desinteresse de estudantes e do público em geral, a filosofia profissional norte-americana permaneceria hermética e fechada em torno de um pequeno circuito — "um passatempo de mandarins", como observou Wilshire. Embora a Rebelião Pluralista tenha colaborado para a maior abertura dos canais de comunicação e publicação acadêmica, o controle da corrente analítica sobre os programas de pós-graduação e os processos de recrutamento profissional persistiria.

* * *

Foi em meio a esse clima de insatisfação e polarização que Richard Rorty leu seu discurso presidencial, "Pragmatism, Relativism and Irrationalism" (Rorty, 1980; Rawls, 2018).[11] Diante de uma plateia composta por membros do baixo clero insatisfeitos e mandarins contrariados, defendeu a reabilitação do espírito filosófico do pragmatismo norte-americano clássico ("a principal glória da tradição intelectual de nosso país"), que estava em baixa nas décadas anteriores e ia na contramão da concepção da natureza da tarefa intelectual da filosofia então dominante, em especial entre os filósofos analíticos. Acima de tudo, o discurso prendeu a atenção da plateia ao indicar a necessidade de mudanças significativas na forma ("cientificista") como a filosofia era vista e praticada nos Estados Unidos.

[11] Para a relevância de discursos presidenciais de associações científicas profissionais para a história e a sociologia das disciplinas acadêmicas, conferir Rawls, 2018.

O principal alvo de Rorty era o positivismo lógico, que desempenhava o papel de *proxy*, por extensão, de toda a tradição analítica. Recuperar o pragmatismo de William James (1842-1910) e a filosofia social de John Dewey (1859-1952), segundo ele, era uma forma de romper com a "tradição epistemológica kantiana" de uma vez por todas. A epistemologia moderna de inspiração kantiana teria a aspiração de fundamentar não apenas nossas pretensões de verdade, como também a legitimidade de toda a disciplina, ao transformar a elaboração de teorias do conhecimento e da verdade na principal tarefa da filosofia.

Para Rorty, no entanto, o pragmatismo de James e a filosofia social de Dewey, elementos centrais, mas esquecidos, da imaginação intelectual e política norte-americana, não pretendiam oferecer teorias nem legitimar *a priori* a filosofia como disciplina fundamental. O então presidente da APA Leste evocava os fantasmas desses *maîtres anciens* para indagar os rumos da filosofia profissional contemporânea:

> *Enquanto continuarmos a ver James e Dewey como proponentes de "teorias da verdade" ou "teorias do conhecimento", não vamos compreendê-los corretamente. Vamos ignorar suas críticas à pressuposição de que deve haver teorias sobre tais questões. Não seremos capazes de perceber quão radical era seu pensamento — quão profundas eram suas críticas da tentativa, comum a Kant, Husserl, Russell e C. I. Lewis, de fazer da filosofia uma disciplina que oferece fundamentos.* (Rorty, 1982, p. 160)

Rorty deu forma intelectual à inquietação profissional e institucional que se manifestara na Rebelião Pluralista, e mobilizou James e Dewey contra o consenso analítico. Criticou a valorização seletiva da herança de Charles S. Peirce (1839-1914) pelo *establishment* filosófico contemporâneo: "Peirce sempre foi o mais kantiano dos pensadores — o mais convencido da ideia de que a filosofia nos fornece um amplo contexto a-histórico capaz de atribuir um lugar e uma posição a todas as demais formas de discurso". James e Dewey, por sua vez, teriam reagido a esse "pressuposto kantiano" do contexto a-histórico para a filosofia e da capacidade de "a epistemologia ou a semântica" descobri-lo. "Precisamos focar nessa reação se quisermos resgatar o sentido correto da importância [da herança do pragmatismo desses dois autores]", vaticinava Rorty.

A menção à diferença dos projetos filosóficos de Peirce, por um lado, e James e Dewey, por outro, para atacar o positivismo lógico parece reencenar, em vocabulário filosófico, as tensões que se fizeram sentir em 1978 e 1979 nos encontros da APA. Rorty já havia elaborado argumentos semelhantes em *A filosofia e o espelho da natureza*, publicado naquele mesmo ano com imensa repercussão, ao procurar alinhar filósofos "continentais", como Heidegger, ao campo "antikantiano". James e Dewey teriam a vantagem de não descartar o projeto iluminista em sua crítica às pretensões fundacionistas de certa linhagem da filosofia moderna; ao contrário dos antikantianos europeus, teriam preservado uma noção de "esperança social" para além da crítica filosófica especializada.

> *[James e Dewey] nos pedem que liberemos nossa civilização por abrir mão da noção de "fundamentar" nossa cultura, nossa vida moral, nossa política e nossas crenças religiosas, sobre bases "filosóficas". Pedem que*

abandonemos [...] *a aspiração da filosofia acadêmica de criar um tribunal da razão pura, que fora a resposta neokantiana ao historicismo de Hegel.* (Rorty, 1982, p. 162)

Para Rorty, é preciso resgatar dos dois pragmatistas norte-americanos a abordagem antiessencialista de noções como "verdade", "conhecimento", "linguagem", "moralidade" e dos demais "objetos filosóficos" — uma abordagem antiessencialista da própria investigação filosófica pragmatista, em direta oposição a pressupostos metafilosóficos da linhagem analítica.

> *Aqueles que querem que a verdade tenha uma essência querem que o conhecimento, ou a racionalidade, ou a investigação, ou a relação entre o pensamento e seu objeto, tenham uma essência. Além disso, querem ser capazes de usar o conhecimento dessas essências para criticar concepções que julgam falsas e apontar a direção do progresso no sentido da descoberta de mais verdades. James crê que essas esperanças são vãs. Não há essências. Não há nenhuma forma epistemológica total de dirigir, ou criticar, ou avalizar, o percurso da investigação.* (Rorty, 1980, p. 162)

Vocabulários e teorias valem na medida em que nos ajudam a atingir nossos objetivos científicos, pessoais, políticos, sociais, estéticos ou morais, e não pela medida em que "espelham" a essência da realidade. Toda investigação é fundamentalmente deliberativa, "conversacional", e diz respeito menos à descoberta da Verdade que à avaliação intersubjetiva das vantagens relativas de diferentes alternativas concretas a respeito de como descrever o mundo ou como agir nele. Nessa abordagem, portanto, ser "racional" é menos seguir regras pré-definidas da investigação e mais respeitar os princípios da deliberação com os pares de uma comunidade de investigação. "A grande falácia da tradição [platônica e kantiana], nos dizem os pragmatistas, é pensar que as metáforas de visão, correspondência, mapeamento, retrato e representação que se aplicam a afirmações de pequena escala, rotineiras, se aplicariam a questões amplas e discutíveis", afirma Rorty (1980, p. 722).

Mas a ideia de que a filosofia oferece fundamentação para as pretensões de verdade não seria, ela própria, a razão da existência de filósofos profissionais? Como justificar a existência da filosofia como disciplina, e como profissão, se ela passar a ser vista como uma atividade intelectual livre e edificante, e não argumentativa e profissional (James, 1903; Lovejoy, 1917; Toledo, 2015)?[12]

Teorias filosóficas que supostamente fundamentam práticas cognitivas ou sociais são, portanto, "engrenagens que não desempenham nenhuma função no mecanismo" (uma metáfora emprestada de

[12] A questão é antiga e remete aos primeiros anos da própria APA. William James (1903) já se preocupava com o impacto da profissionalização sobre o papel mais amplo, "edificante", da disciplina na formação do sistema de ensino superior norte-americano. Arthur O. Lovejoy (1917), por outro lado, clamava pela necessidade de transformar os encontros da APA em controvérsias bem estruturadas em torno de problemas bem definidos, de maneira que, ao final, fosse possível declarar vencedores. A opção entre "visão e edificação" e "verdades objetivas, verificáveis e claramente comunicáveis" é própria da filosofia profissional norte-americana desde sua fundação. Discuti anteriormente (Toledo, 2015) como essa oposição reflete a tensão entre ensino e pesquisa como objetivos principais da disciplina e da universidade em geral.

Wittgenstein): "O filósofo platônico ou kantiano apenas pega o produto acabado de primeiro nível, o eleva alguns níveis de abstração, inventa um vocabulário metafísico ou epistemológico ou semântico para o qual o traduz e anuncia que o *fundamentou*". Pouco importa, afirma Rorty, se existem divergências insuperáveis, formulações incompatíveis naquele nível de abstração: ninguém, exceto o filósofo profissional, acredita que os problemas reais, concretos e urgentes sejam afetados de alguma forma por contradições filosóficas, ou que sua solução pressuponha a superação de tais contradições:

> *Se alguém realmente acreditasse que a qualidade de uma teoria depende da qualidade de sua fundamentação filosófica, então de fato teria dúvida quanto a teorias físicas, ou quanto à democracia, até que o relativismo das teorias filosóficas fosse superado. Felizmente, quase ninguém acredita nisso.* (Rorty, 1982, p. 167)

Para Rorty, a filosofia passou a ver-se a si mesma como uma ciência e abriu ela mesma a lacuna entre filósofos e o resto da "alta cultura" graças não à artificialidade dos problemas discutidos pelos primeiros, mas ao "desenvolvimento de formas técnicas e precisas de lidar com problemas verdadeiros". Voltar ao antiessencialismo de James, por outro lado, significaria passar a ver os problemas para os quais os "filósofos estão oferecendo soluções 'objetivas, verificáveis, e claramente comunicáveis' como relíquias históricas, uma herança da busca mal direcionada do Esclarecimento pelas essências ocultas do conhecimento e da moralidade". Seria essa a postura, insinua Rorty, "de muitos de nossos colegas intelectuais, que nos veem a nós, filósofos, como prisioneiros de uma armadilha temporal, tentando reviver o Esclarecimento".

Se à filosofia não pertence o monopólio da Verdade, tampouco à filosofia analítica pertenceria o monopólio sobre a disciplina. O conforto metafísico que a epistemologia kantiana procura oferecer com suas teorias do conhecimento deveria ser substituído pelo desafio incômodo de meditar sobre as tentativas de filósofos do passado de "apreender seu tempo em forma de pensamento". A filosofia, para superar seus impasses, deveria voltar-se da aridez profissional da filosofia analítica "kantiana" para a aventura hermenêutica do historicismo.

* * *

A história da Rebelião Pluralista e o discurso presidencial de Rorty no encontro de 1979 da APA remetem a alguns ingredientes fundamentais de processos de mudança intelectual. A afinidade entre a tensão institucional que opôs analíticos e pluralistas e as inovações inte-

lectuais introduzidas por Richard Rorty no mesmo ano em *Filosofia e o espelho da natureza,* resumidas em seu discurso presidencial, é mais que casual. Mudanças intelectuais não são resultado apenas de desenvolvimentos teóricos. São fruto da combinação de contexto institucional, ação coletiva e criatividade individual. A Rebelião Pluralista, o Grupo de Sábado e o discurso presidencial de Rorty no encontro da APA em 1979 desempenharam, respectivamente, esses papéis no episódio em análise e no processo mais amplo de emergência da filosofia pós-analítica nos Estados Unidos nos anos 1970.

As transformações da política federal norte-americana para o ensino superior no pós-guerra, que induziram a expansão e a diversificação do sistema (Jencks e Riseman, 1968; Graham e Diamond, 1997), estão na raiz das tensões que culminam na rebelião de 1979. A oposição entre analíticos e não analíticos reflete aquela entre a velha guarda intelectual herdeira do "modelo Harvard", centralizado e elitista — uma longa cadeia intergeracional que vai de Peirce e James a Willard van Orman Quine, passando por George Santayana, C. I. Lewis e Alfred Whitehead —, e uma nova geração de oficiais de baixa patente treinada nos campos do novo sistema de ensino superior norte-americano.

A disputa na APA é indício do que poderíamos chamar de estreitamento estrutural institucional e de saturação do espaço de atenção intelectual: a tradicional concentração de visibilidade, prestígio e espaço institucional na rede formada em torno do departamento de filosofia de Harvard estava em descompasso com o crescimento e a diversificação da comunidade filosófica profissional norte-americana (Kuklick, 1977). Para Randall Collins, "a estrutura do mundo intelectual permite que apenas um número limitado de posições receba atenção num dado momento. Existem poucas vagas a serem ocupadas, e uma vez ocupadas, existem pressões insuportáveis contra quem quer ascender aos escalões superiores" (Collins, 1998, p. 75).

O desgaste do controle, pelos filósofos analíticos, da APA e de seus braços (diretorias, encontros, publicações), dos programas de pós-graduação e das formas de atribuição de prestígio aos departamentos de filosofia sinaliza a oportunidade de uma investida contra seus bastiões. Rorty, bem posicionado para conduzir essa investida justamente por ocupar a confluência das duas grandes linhagens da filosofia norte-americana no século XX (o pragmatismo clássico e a filosofia analítica), é o portador da inovação ou da recombinação intelectual ideal, conciliadora e ao mesmo tempo reformista, ajustada ao período de crise e transição. Afinal, alguns indivíduos têm mais acesso que outros ao capital cultural cuja recombinação resulta em inovação ou mudança intelectual: "o capital cultural é distribuído em torno do espaço de atenção; o capital cultural mais valioso é aquele que pode ser usado de forma mais bem-sucedida na próxima rodada de competição por atenção" (Collins, 1998, p. 38).

Rorty desempenhou o papel de formulador intelectual do movimento — ainda que de forma indireta, por não se associar aos pluralistas nem os liderar, posição que coube a figuras como Smith e Wilshire. As inovações intelectuais que introduzira desde o fim da década de 1960 atacavam tanto os pressupostos teóricos da tradição analítica (Rorty, 1967) quanto a concepção mais geral da própria natureza do trabalho intelectual da disciplina (Rorty, 1967; 1979). Movimentos intelectuais tendem a ser bem-sucedidos quando atores de alto *status* e visibilidade "abrigam reclamações contra o que para eles são as tendências intelectuais do momento" (Frickel e Gross, 2005), dando forma intelectual a uma insatisfação disciplinar (Hargens e Kelly-Wilson, 1994) e apontando na direção de um distanciamento e uma diferenciação em relação às práticas dominantes. Nas palavras de Frickel e Gross:

> *Embora queixas intelectuais sejam comuns, é quando pensadores e pesquisadores de alto status se mostram insatisfeitos com as abordagens dominantes de seu campo que movimentos intelectuais ou científicos tendem a surgir. Intelectuais em posições de status inferior desempenham, sim, papéis importantes nesses movimentos. No entanto, os movimentos dependem da contribuição de suas lideranças intelectuais, que articulam seu programa e realizam o trabalho intelectual ou científico que é visto como a marca do movimento.* (Frickel e Gross, 2005, p. 212)

A crítica de Rorty ao fundacionismo dos filósofos "platônicos e kantianos" é uma reflexão introspectiva, ou autorreferenciada, sobre a própria natureza do trabalho intelectual da disciplina. A saturação do espaço de atenção intelectual e a perda paulatina de legitimidade de um "centro" institucional da disciplina implicam a reformulação da concepção do que deve ser esse trabalho. Mais que um ataque direto às teses analíticas, a crítica de Rorty ao "positivismo" dessa tradição e sua defesa de uma filosofia "conversacional", "hermenêutica" ou "edificante" é uma reflexão de segunda ordem sobre a própria crise da disciplina (Toledo, 2018). Trata-se de uma discussão metateórica impulsionada por transformações no espaço de atenção intelectual, que, antes altamente centralizado nos filósofos analíticos e nos departamentos que dominaram a profissão do fim do século XIX até os anos 1950, passa a ser altamente descentralizado. A expansão e fragmentação desse espaço de atenção é uma das consequências mais importantes das políticas para o ensino superior no pós-guerra e está na raiz da crise institucional de 1979, que se manifesta também como crise teórica e como oportunidade para a emergência de um movimento intelectual que se apresenta como plural e inovador.

Se Rorty é o formulador intelectual dessa investida contra a filosofia analítica, o Grupo de Sábado é o movimento que encampa a ação coletiva no nível institucional. Afinal, o conflito pelo espaço de atenção intelectual é coletivo, e momentos de mudança intelectual não raro são precedidos pela ação de movimentos intelectuais que se assemelham a movimentos sociais tradicionais. Para usar a formulação de Frickel e Gross, movimentos intelectuais são "esforços coletivos [conscientes] para encampar programas de pesquisa ou projetos intelectuais diante da resistência de outros da comunidade científica ou intelectual". Defendem uma agenda explícita de mudança intelectual ou são portadores de um programa de mudança; orientam-se e organizam-se coletivamente, de forma consciente e concreta, em torno dessa agenda (Laraña, Johnston e Gusfield, 1994); são contenciosos (Tilly, 1978) e desafiam as formas dominantes de realizar o trabalho intelectual no interior de uma comunidade ou disciplina; são inerentemente políticos, pois dirigem sua ação não apenas a mudanças intelectuais como também à transformação na distribuição do poder institucional e dos recursos materiais da vida intelectual; são episódicos e tendem a se institucionalizar pela criação de novas disciplinas ou especialidades (Ben-David e Collins, 1966; Clark, 1973; Kusch, 1995) ou a se desmobilizar em caso de fracasso (McLaughlin, 1998).[13]

Paulatinamente excluídos do centro da atenção intelectual desde o fim da Segunda Guerra, os não analíticos, embora numerosos, não tinham prestígio intelectual suficiente para que de dentro de suas hostes saísse uma liderança reformadora reconhecida pelos dois lados; acuados, os analíticos foram forçados a assumir postura defensiva. Uma oportunidade estrutural se abrira para a emergência de movimentos intelectuais contenciosos e uma liderança intelectual de um movimento reformador. A posição de Rorty na confluência de ambas as linhagens e redes intelectuais de maior prestígio na filosofia norte-americana o colocou no lugar certo, na hora certa (Toledo, 2015). Num processo de transformação estrutural, é de esperar que os atores com papel central sejam recrutados entre aqueles que também ocupam posição privilegiada na estrutura — capazes de conectar "buracos estruturais", para utilizar a expressão clássica de Ronald S. Burt (2004). Idade, esfera de atuação e conexões múltiplas com ambos os lados da contenda pesaram a favor de Rorty (Toledo, 2015).[14] Ele estava habilitado, assim, a desempenhar o papel de conciliador entre as facções ideologicamente polarizadas; e um conciliador, como nos ensina a história política e militar, precisa ter as conexões corretas que lhe deem legitimidade e a confiança de ambas as partes e saber manter a distância que impeça que seja cooptado ou deslegitimado por uma delas.[15]

[13] Movimentos sociais se aglutinam não apenas em torno de causas, mas também de formulações específicas de suas insatisfações e demandas. Movimentos sociais, portanto, são também sustentados por ideias (Laraña, Johnston e Gusfield, 1994); tanto mais cruciais são essas ideias quanto mais especificamente intelectuais são esses movimentos, e seu sucesso ou fracasso dependerá, em boa medida, da capacidade de elaborar "retoricamente a identidade coletiva do movimento, suas origens [e missão] históricas e sua relação com movimentos rivais" (Frickel e Gross, 2005).

[14] Para o impacto da trajetória de Rorty sobre seu posicionamento relativo no campo disciplinar, ver Toledo, 2015.

[15] Embora o estilo analítico ainda predomine, a crise do final dos anos 1970 na filosofia norte-americana contribuiu para a introdução de práticas mais inclusivas, como a reformulação de critérios de avaliação e classificação de departamentos e a maior abertura de publicações e editoras universitárias a orientações filosóficas diversas. Uma visão do estado atual da disciplina é oferecida no *Philosophical Gourmet Report* (http://leiterreports.typepad.com/blog/philosophical__gourmet__report/), independente, e em publicações e documentos oficiais da APA.

Mais que apenas resultado de desenvolvimentos teóricos internos ou de um processo mertoniano de diferenciação funcional (Merton, 1957), a emergência da filosofia pós-analítica nos Estados Unidos no fim dos anos 1970 foi um processo contencioso que envolveu crise institucional, a mobilização de atores coletivos e a adesão de atores de alto *status* àquela mobilização. Este artigo procurou reconstruir as causas daquela crise e o histórico de organização dos movimentos coletivos portadores de queixas de insatisfação disciplinar, além de especificar o papel de Richard Rorty como elaborador intelectual (*framer*), no idioma disciplinar, das objeções à hegemonia da filosofia analítica que tomaram forma contenciosa tanto institucional, na Rebelião Pluralista, quanto intelectual, em seu discurso presidencial no encontro da Associação Americana de Filosofia de 1979.

Recebido para publicação
em 18 de maio de 2018.

Aprovado para publicação
em 13 de setembro de 2018.

NOVOS ESTUDOS
CEBRAP
112, set.–dez. 2018
pp. 457-474

JOAQUIM TOLEDO JR. é pesquisador do programa de pós-doutorado do Departamento de Filosofia da FFLCH-USP, pesquisador do Núcleo Direito e Democracia do Cebrap e professor na Escola da Cidade, em São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abbott, Andrew. *Chaos of Disciplines*. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

Beaney, Michael. "The Historiography of Analytic Philosophy". In ____ (org.). *The Oxford Handbook of the History of Analytic Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

Ben-David, Joseph; Collins, Randall. "Social Factors in the Origins of a New Science: the Case of Psychology". *American Sociological Review*, v. 31, n. 4, 1966, pp. 451-65.

Burt, Ronald S. "Structural Holes and Good Ideas". *American Journal of Sociology*, v. 110, n. 2, 2004, pp. 349-99.

Camic, Charles; Gross, Neil. "The New Sociology of Ideas". In Blau, Judith R. *The Blackwell Companion to Sociology*. Londres: Blackwell, 2008.

Campbell, James. *A Thoughtful Profession: the Early Years of the American Philosophical Association*. Chicago: Open Court, 2006.

Clark, Terry N. *Prophets and Patrons: the French University and the Emergence of the Social Sciences*. Cambridge: Harvard University Press, 1973.

Collins, Randall. *Conflict Sociology.* New York: Academic Press, 1974.

_____. *The Credential Society: a Historical Sociology of Education and Stratification*. Nova York: Academic Press, 1979.

_____. "Toward a Theory of Intellectual Change: the Social Causes of Philosophy". *Science, Technology & Human Values*, v. 14, n. 2, 1989, pp. 107-40.

_____. *The Sociology of Philosophies: a Global Theory of Intellectual Change*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

Frickel, Scott; Gross, Neil. "A General Theory of Scientific/Intellectual Movements". *American Sociological Review*, v. 70, n. 2, 2005, pp. 204-32.

Graham, Hugh Davis; Diamond, Nancy. *The Rise of American Research Universities: Elites and Challengers in the Postwar Era*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1997.

Greene, Robert. "Reviewed Work: *Philosophy and the Mirror of Nature* by Richard Rorty". *MLN*, v. 95, n. 5, 1980, pp. 1.387-92.

Gross, Neil. *Richard Rorty: the Making of an American Philosopher*. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.

Hargens, Lowell L.; Kelly-Wilson, Lisa. "Determinants of Disciplinary Discontent". *Social Forces*, v. 72, n. 4, 1994, pp. 603-27.

James, William. "The Ph. D. Octopus". In: ____. *William James: Writings, 1902-1910*. Org. Bruce Kuklick. Nova York: The Library of America, 1987 [1903], pp. 1.111-18.

Jencks, Christopher; Riseman, David. *The Academic Revolution*. Nova York: Doubleday, 1968.

Katzav, Joel; Vaesen, Krist. "On the Emergence of American Analytic Philosophy". *British Journal for the History of Philosophy*, v. 25, n. 4, 2017.

Kuklick, Bruce. *The Rise of American Philosophy: Cambridge, Massachusetts, 1860-1930.* New Haven: Yale University Press, 1977.

_____. *A History of Philosophy in America, 1720-2000.* Oxford: Oxford University Press, 2000.

_____. "Philosophy and Inclusion in the United States, 1929-2001". In Hollinger, David A. (org.). *The Humanities and the Dynamic of Inclusion since World War II*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2006.

Kusch, Martin. *Psychologism: a Case Study in the Sociology of Philosophical Knowledge*. Londres: Routledge, 1995.

Laraña, Enrique; Johnston, Hank; Gusfield, Joseph R. (orgs.). *New Social Movements: from Ideology to Identity.* Filadélfia: Temple University Press, 1994.

Lask, Thomas. "Philosophical Group's Dominant View is Criticized". *The New York Times*, 30 dez. 1979.

Lovejoy, Arthur O. "On Some Conditions of Progress in Philosophical Inquiry". *Philosophical Review*, v. 26, n. 5, 1917, pp. 537-45.

McLaughlin, Neil L. "Why Do Schools of Thought Fail? Neo-freudianism as a Case-study in the Sociology of Knowledge". *Journal of the History of Behavioral Sciences*, v. 34, n. 2, 1998, pp. 113-34.

Merton, Robert K. *Social Theory and Social Structure*. Nova York: Free Press, 1957.

Rajchman, John; West, Cornel. *Post-Analytic Philosophy*. Nova York: Columbia University Press, 1985.

Rawls, Anne Warfield. "The Wartime Narrative in US Sociology, 1940-1947: Stigmatizing Qualitative Sociology in the Name of 'Science'". *European Journal of Social Theory*, v. 21, n. 4, 2018, pp. 1-21.

Rorty, Richard. "Metaphilosophical Difficulties of Linguistic Philosophy". In ____ (org.). *The Linguistic Turn*. Chicago: The University of Chicago Press, 1967.

_____. *Philosophy and the Mirror of Nature*. Nova Jersey: Princeton University Press, 1979 [ed. bras.: *A filosofia e o espelho da natureza*. Tradução de Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2010].

_____. "Pragmatism, Relativism and Irrationalism". *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association*, v. 53, n. 6, 1980, pp. 719-38.

_____. *Consequences of Pragmatism: Essays, 1972-1980*. Minneapolis: Minnesota University Press, 1982.

Soames, Scott. *Analytic Philosophy in America*. Princeton: Princeton University Press, 2014.

Tilly, Charles. *From Mobilization to Revolution.* Reading: Addison-Wesley, 1978.

Tull, Richard T. (org.). *Presidential Addresses of the American Philosophical Association*. Vários volumes. Nova York: Prometheus, 2005.

Toledo, Joaquim E. C. *Richard Rorty e a emergência da filosofia pós-analítica: transformações institucionais e mudança intelectual na filosofia profissional norte-americana contemporânea*. Tese (doutorado em filosofia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2015.

_____. "Richard Rorty e a emergência da filosofia pós-analítica nos Estados Unidos: transformação institucional e crise disciplinar, 1960-1970". *Griot Revista de Filosofia*, v. 17, 2018.

Wilshire, Bruce. "The Pluralist Rebellion in the American Philosophical Association". In ____. *Fashionable Nihilism: A Critique of Analytic Philosophy*. Nova York: SUNY Press, 2002, pp. 51-64.

CC BY

apopo
ALF

ALINHAVANDO QUESTÕES[1]

http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201800030005

José Arthur Giannotti*

RESUMO

No século XX, dois filósofos, M. Heidegger e L. Wittgenstein, revisitaram os princípios de nossa filosofia — aquela dos gregos — e questionaram suas bases. Em outras palavras, examinaram o próprio conceito de fundamento: o "Ser" como totalidade, tomado em múltiplos sentidos mediante os quais os entes ganham sentido. Se o Ser deve ser pensado como o tempo se apropriando do homem, Heidegger precisa definir a própria linguagem como exercício de apropriação de cada ente que é e o próprio Ser. Wittgenstein, em contrapartida, considera a linguagem como jogo que se ocupa de signos e objetos. Consequentemente, questionar o ser é um erro gramatical. Para ambos os filósofos, o conceito de razão carece de sentido, independentemente de como é concebido.

PALAVRAS-CHAVE: *Ser; jogo de linguagem; crítica da razão.*

Tacking Questions

ABSTRACT

In the twentieth century, two philosophers, M. Heidegger and L. Wittgenstein, revisited the principles of our philosophy — that of the Greeks — and questioned its basis. In other words, they inquired about the concept of foundation itself: "Being" as wholeness, taken in multiple senses, through which any being that *is* receives meaning. If Being should be thought as time appropriating the man, Heidegger needs to define language itself as an exercise of approprieting every thing that is and the Being itsef. Wittgenstein, on the other hand, considers language as a game that deals with signs and objects. Therefore, questioning about being is a grammatical mistake. Consequently, for both philosophers, the concept of reason lacks meaning, independently of how we conceive it.

KEYWORDS: *Being; language-game; critique of reason.*

Tentei, como me foi possível, aliviar o pensamento de Heidegger e de Wittgenstein do peso de seus primeiros sucessos, que terminaram bloqueando o entendimento de suas últimas inovações. Ambos se libertaram, a seu modo, do imperialismo da lógica formal como lógica da verdade, elegendo a linguagem natural como paradigma do pensamento filosófico. As soluções, porém, não poderiam ser mais opostas. Heidegger dela se livra através do jogo de espelho (sem espelhos) dos apelos e respostas no âmbito do *Ereignis*;[2] Wittgenstein projeta pedaços da linguagem em jogos de linguagem em que se explicitam os vínculos objetivantes das palavras e das ações. O primeiro abandona de vez a proposição apofântica e o julgar como bússola de

[*] Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: jagiannotti@uol.com.br

[1] Último capítulo de *Contraponto, Heidegger/Wittgenstein*, livro a ser publicado pela Companhia das Letras em 2019.

[2] Em vez de pensar o Ser como criador ou fundamento, Heidegger o considera como um acontecimento que se apropria historicamente dos homens mortais determinando-se em vista dos imortais diante da luta entre a terra e o céu. No lugar da

sua meditação; o segundo situa o juízo em geral no aprendizado de uma técnica, de sorte que ele se abre na tentativa de acertos e erros, de ajustes, sempre, contudo, fincando o pé em uma experiência coletiva, pois a bipolaridade do falso e do verdadeiro se associa a uma situação lógica que, quando expressa, o é mediante expressões monopolares.

causalidade baseada na oposição entre forma e matéria, o Ser tem sua epocalização pastoreada pela linguagem.

Nos últimos anos, grande parte da reflexão filosófica tentou escapar desses abismos, mas, em geral, recuando diante deles, o que nos leva a repisar terrenos tradicionais. Nesse caminho se sobressai a Teoria Crítica, na medida em que, embora aceitando diferentes formas de racionalidade, todas elas seguem a mesma matriz segundo a qual o conceito se liga a um modo formal de estruturar objetos, ainda que seja pelo excesso que deixa na sua impressão. E se a filosofia não mais se apoia em um fundamento, não mais lhe cabe desenhar uma revolução total que nos salve da crise da modernidade e venha ser capaz de "regenerar o ser humano" como um todo. Por outro lado, a massificação dos estudos filosóficos reforça práticas "moralizantes". No nosso tempo, a meditação filosófica não poderia escapar das exigências do tipo de sociedade em que vivemos: demanda por filósofos de massa, cuja presença regular — mensal, semanal, até mesmo diária — tende a transformar o pensar em um comentário banal do cotidiano. O grosso, porém, da pesquisa filosófica se concentra ainda nas universidades, onde o comentário de texto prevalece, às vezes formando lojas maçônicas em que os membros trocam entre si secretas chaves interpretativas.

A genialidade de um filósofo não o protege de paixões políticas abjetas. Heidegger derrapou nesse desfiladeiro. É bem verdade que o século XX foi muito turbulento: duas guerras mundiais despertaram paixões e conflitos sagrados. Desde o século XIX uma contradição sociopolítica *sui generis* ameaça a unidade da sociedade e do Estado nacional: a produção da riqueza social se faz segundo o modo de produção capitalista, que cria riqueza a partir de certa riqueza já dada, mas que somente se move se tiver no horizonte a possibilidade de ser aumentada. Isso cria riqueza e miséria, desenvolvimento econômico e depressão, expressando-se em conflitos políticos mais ou menos violentos. Seja qual for a interpretação desse procedimento econômico, os vários modelos de seu funcionamento não ensinam a evitar a longo prazo o desequilíbrio social e político que ele produz. São muitos os farrapos humanos vivendo à margem dos mercados de trabalho. Além do mais, todas as formas de superar esse tipo de produção mercantil, que o comunismo ou o socialismo tentaram implantar, criaram contradições, crises violentas, que abriram caminho para reinstalar alguma forma de mercado. Desde que não se confunda produção mercantil com produção sob a égide do capital, a unidade do Estado nacional se torna uma tarefa a ser reposta continuadamente.

Já *O capital* de Karl Marx, o primeiro e genial exame do modo de produção capitalista, termina num impasse. Tendo no horizonte a lógica hegeliana, Marx esperava que a contradição entre capital total e trabalho total resultasse em um conflito cuja radicalidade poderia dar margem à superação do próprio sistema. No entanto, a publicação dos múltiplos manuscritos, utilizados por Engels para dar a redação final ao terceiro volume da obra, mostra que os dados recolhidos caminhavam na direção inversa daquela esperada pelo neo-hegeliano, multiplicando formas de capital e de agir, dissolvendo formas tradicionais de trabalho.[3] Cem anos depois, essa tendência somente aumentou, desapontando aqueles que ainda esperam um conflito perfeito entre o capital e o trabalho, a verdadeira Revolução capaz de cumprir as promessas da "Internacional". A política tende a perder de vez a esperança numa *parousia.* Por isso mesmo, diante dessa contradição interna na sociedade civil, prefiro pensar a política a partir da dualidade entre amigos e inimigos, em que o acordo provisório da democracia pode estabelecer situações de diálogo entre representantes das partes. É o que tenho procurado descrever em outros lugares.

[3] Ver os diversos escritos de Michael Heinrich a respeito.

Heidegger, como vimos, refletiu sobre os abalos da modernidade influenciado pelos padrões da direita alemã e interpretou as crises do capitalismo ocidental como a crise da própria metafísica, que, esquecida do Ser, pensa todo ente como uma variável. A isso não foi levado porque o capitalismo transforma todo produto num objeto intercambiável? Quando se sustenta uma visão técnica do ente na totalidade, isto é, cada ente valendo como qualquer outro, fundo a receber trabalho, leva-se ao limite o esquecimento do Ser. No entanto, como a essência da técnica não é técnica, a Revolução deveria surgir de uma nova temporalização, podemos dizer epocalização, do Ser, anunciada por um novo deus que ainda não se revelou. Essa interpretação da "crise do Ocidente", a meu ver, tão só generaliza a alienação da mercadoria sem atingir o cerne da produção desigual do capital. Heidegger mergulhou no nazismo, socialismo nacional capaz de salvar a Alemanha das duas potências técnicas, América do Norte e União Soviética, na esperança de esclarecê-lo. Caberia um exame detalhado de como a maquinação (*Machenschaft*), ao transformar a totalidade dos entes em algo factível, produz uma violência que soterra toda decisão.

> *A maquinação exige em muitos mascaramentos da violência múltipla, a calculabilidade de antemão completamente abarcável do apoderamento submissor do ente ao erigir disponível: dessa exigência essencial, mas ao mesmo tempo velada, nasce a técnica moderna.* (Heidegger, 2010, p.16)

E o texto segue indicando como essa maquinação libera o homem massificando-o, qualquer uma de suas peculiaridades sendo superpotencializada para que seja integrado no processo como sujeito cofeitor.

Por mais escabrosa que a julguemos, a posição política de Heidegger tem seus refinamentos e merece estudo pormenorizado, pois há de revelar aspectos, a meu ver, monstruosos, daquele pensamento político que acriticamente aceita se subordinar a uma missão totalizante e que termina, assim, se envolvendo numa atmosfera sagrada. O próprio Heidegger nos leva a refletir sobre a presença cotidiana do sagrado sem que esteja configurada num deus. Nazismo e comunismo exploraram ao limite essa ambiguidade. Basta refletir sobre a morte de grandes líderes autocratas cujo impacto, nunca previsto, inibe a ação. Sob esse aspecto a morte de Stálin é exemplar: o líder cai de supetão, e os camaradas em volta não sabem o que fazer, nem mesmo tocam no cadáver. Outro exemplo é a morte de Getúlio Vargas, que se sacraliza ao se suicidar e, assim, congela o jogo político, no qual continua a agir por vários anos. Esse é um tema que agora foge de nossos propósitos, embora sejamos obrigados a mencioná-lo por estar no limite de nossa investigação. No entanto, reconhecer a genialidade de Heidegger não é silenciar sobre os abusos de seu comportamento político-moral. Durante a desnazificação, foi suspenso de dar aulas por um breve período; eu preferiria que fosse obrigado, por uns tempos, a fazer visitas periódicas a Auschwitz.

Wittgenstein nunca se deixou levar pelas missões a que se entrega o mandarinato universitário nem pelas paixões políticas que assaltam os diferenciados. O rico *dandy*, que chega a Cambridge em 1911 para estudar com Bertrand Russell, logo se converte num modesto excêntrico refinado: desfaz-se de sua herança, serve nas forças austríacas da Primeira Guerra Mundial ao mesmo tempo que redige o *Tractatus*. Por uns tempos pretende trabalhar na União Soviética. Seu horror à cultura contemporânea nasce de suas posições e reflexões, sobretudo morais. Embora tenha sido amigo de dois grandes intérpretes do capitalismo, Piero Sraffa e John Maynard Keynes, nunca se interessou por questões econômicas. O *Tractatus* pretende resolver de vez questões levantadas pela formalização da lógica e da linguagem, por conseguinte, da verdade formal do mundo, mas já inicia o livro lembrado que "o valor desse trabalho consiste, em segundo lugar, em mostrar como importa pouco resolver esses problemas". Somente os céticos antigos tinham desprezado a tal ponto a vida intelectual. Embora ele a pratique tenazmente, importa-lhe o modo de viver. É notável, contudo, que nos seus últimos anos escasseiem suas reflexões sobre a moral.

Wittgenstein tentou mostrar como as questões filosóficas se montam a partir de erros gramaticais. Em vez de puxar a linguagem cotidiana para seu abismo (*Ab-grund*) em busca de significâncias não verbais, Wittgenstein, opondo-se a toda forma de hermenêutica, cria jogos de linguagem para que espelhem maneiras de dizer coisas e ações nas suas práticas mundanas limitadas. Práticas que decidem ou suspen-

dem decisões dos tipos mais variados e complicados, mas que se ligam, apesar de tudo, a processos de julgar, depurando o que vem a ser seguro para um grupo de atores, enfrentando uma oposição entre verdadeiro e falso, mas tendo no horizonte situações lógicas indubitáveis, formas de vida que, quando ditas, o são de modo monopolar. A história dessas construções linguísticas fica fora de sua investigação, ou seja, ficam de fora quaisquer considerações que se ocupem da gênese de tais construções. Ao contrário, portanto, de Heidegger, para quem "as palavras fundamentais são historializantes" (Heidegger, 1971, p. 134), isto é, determinantes das epocalizações do mundo ocidental: "A meditação sobre a linguagem e sobre sua potência historializante sempre equivale à própria ação de estruturar a existência" (Idem, ibidem). Nada a ver com a narração sucessiva dos fatos, mas com o sentido do Ser tal como é configurado numa época pelos grandes criadores. Em contrapartida, para Wittgenstein, se as linguagens possuem suas histórias, estas estão cristalizadas nas suas formas gramaticais. E só elas interessam ao filósofo como tal. Por certo, importa-lhe a história da Grécia, do Mediterrâneo ou da sexualidade, que ela seja global e linear ou siga os passos de cada instituição, mas isso não se reflete nas articulações gramaticais objetivantes. Remeter a palavra "verdade" ao seu equivalente grego *alêthêia* desvenda, para Heidegger, o sentido original desse conceito, mas que se acoberta no falar. Wittgenstein nunca penetra nos campos da hermenêutica, isto é, dos sentidos pré-verbais, a não ser nas situações de vida que rodeiam o falar e que são ditas, quando o são, de modo monopolar.

Creio que vale a pena ressaltar dois pontos nos estudos sobre os últimos textos de Wittgenstein a que acabamos de aludir. Tentando agarrar estruturas gramaticais que ficam à margem de suas respectivas vivências, esses textos se tornam cada vez mais complicados. Um deles diz respeito à visão da mudança de aspecto como ocorre na imagem pato/lebre: na imagem vê-se a própria mudança. Em vez da sobreposição de duas imagens, tese ainda defendida no *Tractatus*, esse ver a mudança agora é vivenciado (*erlebtet*) por alguém como isto e aquilo, o que implica alterar o próprio conceito de vivência (Wittgenstein, 2009 [1953], p. 219 [*Philosophie der Psychologie*]). A nova visão é mais do que a soma da percepção e pensamento, mas, sendo *aparentada* à primeira, pertence ao ciclo da representação (*Vorstellung*), que se dá assim juntando elementos por semelhança de família e não mais pela captura de marcas semelhantes a serem juntadas num conceito. A vivência alterada resulta do aprendizado de uma técnica, por conseguinte, de um juízo corretamente aprendido (Idem, p. 239). Por certo um juízo fazendo parte de um jogo de linguagem que, como ato, se junta ao estado de vivência, *ecoa* nele, *re-presenta*-o, sem que possamos separar sensação e juízo de percepção segundo a tradição kantiana.

Note-se que esse aprendizado é coletivo e nada tem a ver com atos de um eu transcendental. Mistura vivências que, como tais, cruzam dois vetores, interiorização e exteriorização, marcados pela estrutura meramente gramatical da alma. Daí a importância da distinção entre *sicher sein* e *gewiss sein*, verbos cujas gramáticas, embora semelhantes, são diferentes. Vimos que a vivência de estar seguro chega àquela de estar certo ao se fixar mediante técnicas coletivas de *decidir* por *este* ou *aquele* caso, levando em conta os diversos resultados das tentativas feitas. Insisto: esse julgar está ligado ao aprendizado de uma técnica que depende tanto da uniformidade dos resultados como do preparo do falante. Isso não reforça, contudo, o pressuposto de que as regras lógico-gramaticais dependem da práxis? Estão na práxis, mas não se fundam nela, porque é a ideia de fundamento que foi alterada. Lembremos a crítica ao silogismo, aliás, comum a ambos os autores: o encadeamento dedutivo retira as frases de seus contextos significativos.

O próprio Wittgenstein ressalta que, na visão da *mudança* do aspecto, estamos diante de outro conceito de vivência (*Erlebnis*), ligado a outro conceito de ver, que lembra o sentimento de vertigem quando estudamos certos conceitos matemáticos (a teoria dos números transfinitos me parece um exemplo clássico); mas ao texto segue-se uma frase solta que nos desnorteia: "Falamos, fazemos exteriorizações (*Äusserungen*) e *depois* temos uma imagem da vida delas" (Idem, pp. 220-4). O segredo dessa passagem reside, a meu ver, no conceito de exteriorização: o grito de dor, por exemplo, é substituído pela palavra "dói", que como tal já pertence à língua portuguesa, deixando, pois, de ser mero comportamento. A imagem está ligada à gramática, à regulação do agir, complexo de sintomas, critérios de casos e pontos de referência, mas o entendimento da frase falada ou escrita depende da mudança ao ver o aspecto do som dito ou escrito. E a verdade, mais do que se dando na clareira que desvenda e oculta, se processa em um acordo de juízos práticos. Lembremo-nos do exemplo ligado à gramática das cores: esse acordo pode repousar no fato de que, quando digo falsamente que algo é vermelho, esse algo não se torna vermelho. E, quando quero explicar a alguém a palavra "vermelho" na frase "isto não é vermelho", aponto para algo vermelho (Idem, p. 135 § 429). Desde que a frase audível ou visível mude de aspecto, sua verdade se liga ao próprio jogo do dizer das cores, que, ao ser falso, não sai de si mesmo, mas, ao ser verdadeiro, necessita tomar algo existente como critério coletivo para outros juízos. A existência é sempre aquela de um caso apontado junto ao sistema de regras, não de uma coisa, mas daquilo a que a palavra se refere num lance de um jogo em determinadas circunstâncias, isto é, de um fato. Se digo "A rosa é vermelha", o fato de "que ela é vermelha" é verdadeiro no escuro? Sim ou não, conforme os propósitos de nosso discurso. Ao dar significado, ao querer dizer

algo (*meinen*), estamos sempre pressupondo que os fatos vão seguir, *até certo ponto*, as regras empregadas. As limitações aparecem no dizer e no *ver como* os fatos são. Parece-me que é nessa linha que as vivências mudam de sentido: meros estados de alma exteriorizados se ligam a uma gramática e a certas imagens associadas. Não é assim que decisões individuais se tornam técnicas e juízos coletivos?

Já vimos que essa possibilidade de ver a própria mudança de aspecto altera o conceito tradicional de representação. Uma firma de São Paulo pode ser representada por outra no Rio de Janeiro. Se me referir à "minha fortuna", digo algo que não existe, mas, se disser "vejo esta imagem como aquela de Santo Antônio", o "como" indica "algo" que transpassa essa e outras figuras. Somente assim é possível afirmar: "O conceito de aspecto é aparentado ao conceito de representação (*Vorstellung*)". Ou: o conceito "vejo isso agora como..." é aparentado com "represento-me agora *isto*" (Idem, p. 224 § 254). Note-se que essa semelhança aparece tão logo se nota que o aprendizado dos dois conceitos se faz conjuntamente, de sorte que a técnica de ver como, associando semelhanças de família, se torna a chave para que se compreenda o conceito de representação de algo e vice-versa. Esse algo não é um conjunto de individualidades marcadas por um traço específico, mas individualidade parecidas. Não é à toa que perceber o iluminar (*Aufleuchten*) do aspecto não é propriedade de um objeto mas o estabelecimento de relações internas entre ele e outros objetos (Idem, p. 223 § 248),não mais entre suas notas marcantes, como ensinam os manuais de lógica.

Trata-se, pois, de um enorme engano supor que Wittgenstein, ao usar insistentemente a palavra *Vorstellung*, retoma a filosofia clássica que junta representação a objetos e nada mais. Nem esconder a dificuldade traduzindo essa palavra alemã por outras ligadas à "faculdade" da imaginação. Ver um aspecto e representá-lo dependem da vontade. E, se no ver a mudança de aspecto ecoa um pensamento, não é por isso que um estado e um agir se juntam como duas vivências sobrepostas; elas se interpenetram para ligar o "ver como" à vivência da significação de uma palavra, juntando os planos em que esta passa a ser compreendida. O compreender, além de projetar-se para o mundo, também abre a cesura da interioridade.

"A essência (*Wesen*) é expressa na gramática" (Wittgenstein, 2009, p. 123 § 371). Para entender essa afirmação, parece-me conveniente lembrar as duas funções que, no *Tractatus*, 4.022, aparecem atribuídas à proposição: ela *mostra* (*zeigt*) seu sentido, isto é, quando verdadeira, *mostra* como é o caso (*wie es ist verhält*). E diz *que* isto é o caso, é assim e assim. De um lado, as condições de verdade, de outro, que isto é assim, caso da regra selecionada. Abolido o isomorfismo entre a forma da proposição e a forma do fato, este passando a ser

dito num jogo de linguagem, seguem-se ao menos duas consequências. Cada pessoa reconhece a verdade conforme os jogos dizíveis se exercem configurando o verdadeiro e desenhando-se por juízos coletivos. Por isso o § 368 das *Investigações* prepara a frase sobre a essência imaginando um exemplo. Depois de ter descrito para alguém um quarto, peço-lhe que desenhe um quadro impressionista desse dormitório. Recebo um desenho colorido cujas cores, porém, nada têm a ver com os padrões do impressionismo; mas assim mesmo me declaro satisfeito. O que valeu na imagem nessa situação? A posição dos móveis, por exemplo, conforme vou usar a descrição. Essa estética não foge da oposição forma e matéria?

Antes de tudo cabe notar que Wittgenstein não usa a palavra "imagem" (*Bild*), mas sistematicamente "representação" (*Vorstellung*). Não é indício de que o quarto visto e o quarto representado estão sendo ligados por semelhanças de família que deixaram de lado os padrões coloridos usados pelos impressionistas? O fato, aceito como correto, foi instalado por traços que não são imagens de um *eidos*, marcas de um carimbo. Apresenta-se como resultante de juízos confluentes que se juntam a representações associadas que *mostram* o modo de ser dos objetos participantes do jogo de linguagem em questão. Segundo a teoria figurativa da proposição, esta mostrava seu sentido, como o caso é caso, e dizia que é assim. A partir das *Investigações*, a gramática — as regras de um jogo de linguagem — exprime a essência, como cada lance de um jogo deve vir a ser para manter a integridade do significado, e assim o representar como algo (coisa, ato, mente etc.) ganha sua objetualidade situada. Isso vale até mesmo quando a teologia fala de Deus, ou dos deuses.

Heidegger inverte esse movimento: o Seer (*Seyn*) determina as figuras da quaternidade, as travações do mundo segundo o *Ereignis*, mas são as palavras doadas que terminam a configuração dos entes como coisas. Durante todo o predomínio da metafísica, dando-se o Ser como fundamento, o ente é sempre fundado; de um modo ou de outro, a forma conforma a matéria desenhando "sistemas" causais. No entanto, quando Heidegger passa a investigar o ser pelo Seer esquartejado pelo *Ereignis,* quando cabe ao homem a guarda do Seer que se dá sem se fundamentar, o sistema metafísico da causalidade é substituído pelos acenos e contra-acenos tecidos pela trama da virada. Três verbos exprimem esse novo travejamento: *bauen* (construir) ligado ao habitar, este habitar (*wohnen*), o modo como os mortais estão sobre a Terra, sendo que o próprio habitar consiste num erigir que cultiva o seu redor pensando (*denken*) no limite o Seer.

A partir, como Heidegger, dos parâmetros da filosofia grega traz graves consequências, nem sempre aparentes. Usar a língua grega como se fosse um grego que, depois de longo treino numa escola de

filosofia, fugisse para a Floresta Negra tinge o pensar com novas tonalidades afetivas: o *Dasein*, o homem entendido como ente que cuida de seu ser, é marcado pela cura e assim deixa de ser definido como animal racional. Discutir com um colega de Cambridge, mas sendo remoído por fiapos explosivos de filosofia continental, que até mesmo perderam a memória de suas origens, empurra os últimos escritos de Wittgenstein para uma crítica desnorteante e surpreendente da dualidade objeto e sua representação. No fundo, os dois filósofos pagaram o preço de não conservar no horizonte os tradicionais marcos de uma lógica formal e os ideais da razão, para se meter na aventura de pensar a linguagem seja pastoreando o ser, seja pastoreando a si mesma. Porém, deixaram-nos livres caminhos abertos nunca antes entrevistos.

Segundo Heidegger, a história do Ser evoca um novo início para o Ocidente, para os povos que vivem para o lado em que o sol se põe. Esse anúncio, porém, pode ser frustrado, pois permanece à espera de uma doação imprevisível do próprio Ser. Wittgenstein não lida com a história porque lhe interessam, sobretudo, as marcas que deixou no leito do rio onde corre o fluxo das palavras. Atenta apenas para os enganos gramaticais que o pensar é levado a praticar ao percorrer seus vários afluentes, filosóficos ou científicos. No entanto, se a esperança heideggeriana só pode ser preenchida por uma dádiva oracular, Wittgenstein espera que os próprios homens, mediante suas ações, consigam se livrar dos horrores provocados pela civilização técnica. Não os fustiga, porém, para armar uma revolução salvadora. Depois que se perde o ideal da unicidade da razão, não cabe mais à filosofia traçar o diagnóstico do mundo; só resta a ela voltar a ser o que diz que é: amor pelo saber e, nos tempos de hoje, também um amor por aqueles que procuraram raspar até o fundo desses saberes.

Quando a civilização se torna de massa e a reflexão filosófica segue seus percalços, o filosofar se converte numa profissão que se afunila. Muitos acreditam que, ao adotarem fervorosamente certas posições teóricas, poderiam romper os casulos em que os professores de filosofia se meteram e, assim, participar da vida pública. Esquecem-se de que, quando a *res publica* traz consigo uma maquinaria interna que produz riqueza na base da miséria relativa, ela só se regenera, como nos ensina Maquiavel, pela intervenção do príncipe, isto é, uma alavanca de poder. Mas é preciso que ele seja contemporâneo, que não repita a experiência de César Bórgia, que, assassinando os inimigos em Senigalha, alimentou uma cadeia de assassinatos que também o atingiu. O príncipe moderno há de ser democrata: lidar com o inimigo como inimigo perdurando, vale dizer, como adversário, costurando por conseguinte instituições em que a lei expressa uma vitória passageira sobre o adversário. Ninguém espera que o futuro seja pacífico, revoluções explodirão matando inocentes

e culpados, mas que se desate o elo entre religião e política, que não se caia mais no engano de imaginar uma revolução que viesse emancipar o gênero humano na totalidade.

A crítica da razão não deixa margem para racionalidades fundantes, ainda que limitadas. Ouçamos primeiramente Heidegger:

> *Precisamos desaprender* (verlernen) *a pensar* (*segundo efeitos*) *e o pensamento racional* (*mediante fundamentos regulados*). *Pois desaprender não significa apenas terminar e despachar. Desaprender é para nós um aprender de outra sorte e por certo o mais difícil. Aprender significa aqui ensaiar uma experiência do mundo. Essa é uma velha sabedoria que não se pode saber mediante provas. A prova remete de modo contínuo a fundamentos e causas, afasta-se da coisa* (Sache) *e nunca* [*chega*] *até ela. Ela já aceitou todos os enigmas* (Heidegger, 2018, p. 63 [GA, 98]).[4]

[4] Devo essa citação a Róbson Ramos dos Reis.

A filosofia é considerada assim como o descontínuo questionar do ser enquanto metafísica, do Seer enquanto o novo início provocado pelo *Ereignis*. Onde esse questionamento se torna "correto", no pensamento kantiano, "não está em discussão se Kant fez ou não algo correto ou falso, mas se *conseguimos* repensar a verdade de seu pensamento, isto é, se *conseguimos copesá-la* de maneira mais originária (não mais correta)" (Heidegger, 2010, p. 74 [GA, 66]). Os textos de Heidegger, porém, não caem na mesma vala gloriosa?

Wittgenstein tentou mostrar como as questões filosóficas se montam a partir de erros gramaticais. Não havendo, porém, uma linguagem universal, cada gramática só pode objetivar a seu modo. Por exemplo, o leque, participando de jogos tão diversos em português e em japonês, tanto se junta num mesmo objeto para os que falam ambas as línguas como se diferencia nas suas direções divergentes. Os grandes textos de filosofia podem estar montados sobre erros gramaticais, mas é toda a língua que participa da montagem de seus significados. Não é à toa que somos obrigados a lê-los no original. De modo semelhante: o Papa Inocêncio X é o mesmo personagem pintado por Velásquez e Francis Bacon, mas ele mesmo se apresenta tão outro que recua diante da enorme diferença entre as telas. Ainda que aceitássemos a tese de Heidegger de que os textos da metafísica falam da totalidade dos entes e não do ser, eles ganham sentido diante da especificidade grandiosa de cada um, de cada livro. Não é como se víssemos o mundo por óculos de graduação e cores variadas? Esses erros gramaticais engrandecem nossa vida e relativizam os preconceitos que nos chegam pela linguagem comum. Por certo, a reflexão filosófica se ocupa das gramáticas das línguas cotidianas, extremamente complicadas, como nota o próprio Wittgenstein, mas os enganos filosóficos monumentais conferem uma amplitude incomum à nossa vida. Não sejamos, porém,

provincianos: o mesmo não acontece com as matemáticas, a teoria da relatividade, a genética contemporânea, e assim por diante? As ciências possuem, contudo, seus campos de objetos possíveis, o que falta à filosofia. Atualmente, a vida intelectual é muito diversificada. Cada um que nela se mete, se for honesto, procura seu Deus absconso, apostando que ele possa ser na sua imortalidade. E assim nos aproximamos da aposta de Pascal: se não podemos provar a existência de Deus, que apostemos nela. A diversidade, porém, dos grandes textos filosóficos nos induz ao politeísmo, invocando um sagrado que, ao morar unicamente em cada texto, perde sua sacralidade. Nós, os historiadores da filosofia, não somos os manipuladores dessa perda? Não somos pascalianos incréus?

Recebido para publicação
em 14 de setembro de 2018.
Aprovado para publicação
em 29 de novembro de 2018.

NOVOS ESTUDOS
CEBRAP
112, set.–dez. 2018
pp. 477-487

José Arthur Giannotti é professor aposentado da Universidade de São Paulo e membro do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – Cebrap.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Heidegger, Martin. *Anmerkungen VI-IX (Schwarze Hefte 1948/49-1951)*. Frankfurt: Vittorio Klostermann, 2018, GA 98.
_____. *Meditação*. Petrópolis: Vozes, 2010 [*Besinnung*, GA 66].
_____. *Nietzsche I*. Paris: Gallimard, 1971.
Wittgenstein, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Petrópolis: Vozes, 2014 [1953] [*Philosophical Investigations*. Wiley-Blackwell, 2009]

CC BY

RISKY BOOKS, REJECTED AUTHORS

Alfred Knopf and the Screening of Brazilian Literature

http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201800030007

Carlos Cortez Minchillo*

ABSTRACT

As a lifelong editor, Alfred Knopf relentlessly searched Latin America for promising authors. But translating and publishing were not the only ways his firm helped to shape the reception of Latin American literature in the United States. On the flip side, for each Latin American book translated, Knopf and his associate editors rejected many others. This article analyses how the works of Brazilian writers were assessed by the Alfred A. Knopf, Inc. and discusses the intricate operation of selecting foreign fiction for translation into English.

KEYWORDS: *Brazilian literature in translation; Alfred Knopf; Publishing; Brazil-US cultural relations.*

Livros arriscados, autores rejeitados: Alfred Knopf e a triagem da literatura brasileira

RESUMO

Em sua longa carreira de editor, Alfred Knopf buscou incessantemente autores latino-americanos promissores. Entretanto, traduzir e publicar não foram as únicas maneiras pelas quais sua editora influenciou a recepção da literatura latino-americana nos Estados Unidos. Para cada livro latino-americano traduzido, Knopf e seus editores-assistentes rejeitaram muitos outros. Este artigo analisa como as obras de autores brasileiros foram avaliadas pela editora Alfred A. Knopf, Inc. e discute o intricado processo de seleção de literatura estrangeira para tradução em inglês.

PALAVRAS-CHAVE: *Literatura brasileira em tradução; Alfred Knopf; editoração; relações culturais Brasil-Estados Unidos.*

[*] Dartmouth College, Hanover, New Hampshire, United States. E-mail: minchillo@dartmouth.edu

Considered by Brazilian sociologist Gilberto Freyre to be "an extra-official ambassador" for Latin America, Alfred Knopf (1892–1984) has been justly acclaimed for his pioneering and decisive role in publishing Spanish-American and Brazilian literature in translation in the United States (Freyre, 1965). Indeed, compared to other American publishing companies, Alfred Knopf, Inc. built up a considerable catalog of Latin American titles in the immediate post-WWII years.[1] The firm, established in 1915, maintained the leadership in that rather unprofitable editorial niche until the mid-1960s, with the emergence of new players attracted by funds coming from

[1] In 1969, an add at *The New York Times Book Review* lists thirty-six Latin American books published by Alfred Knopf, Inc. Among those titles, twenty-two were of Brazilian authors. "Latin American Books from Knopf," *New York Times Book Review*, 28 September 1969, p. 21, at https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1969/09/28/issue.html.

translation programs sponsored by official agencies and/or the expectations of a growing market for Latin American cultural goods (Cohn, 2006, pp. 143-50). The translation of Spanish-American and, to a lesser extent, Brazilian titles gained momentum with the expansion of Latin American studies in US academia and the positive critical reception and commercial success in the United States of books such as *One Hundred Years of Solitude* (1969), whose translation was sponsored by the Center for Inter-American Relations.[2] Even Brazilian writer Jorge Amado, whose first novel translated into English, *Violent Land*, was unable to arouse the interest of the American reader in 1945, eventually triumphed in the 1960s with *Gabriela, Clove and Cinnamon* (1962) and *Dona Flor and Her Two Husbands* (1969) (Knopf, 1949). The so-called literary boom, which, to a great extent, was a commercial brand that benefited Brazilian authors only marginally, may have shaped the history of the publishing and consumption of Latin American books in the United States into a narrative of success.[3] Certainly, best-selling writers like Gabriel García Marquez, Mario Vargas Llosa, Julio Cortázar, and Jorge Amado secured a significant position in the thin market for translations in that country. However, these successful few can hardly represent the whole picture of the reception of Latin American literature in English. If for no other reason, for each Latin American book translated, many others were rejected in a complex screening process where personal opinions on literary value and profit analysis intertwine with other considerations. As with any complex system, this scrutiny operation is mostly messy yet revealing since rejected books function as missing links in a literary system. Unpublished titles and authors impacted the literary insertion of Spanish-American and Brazilian literature in the book market of the United States as much as the works, sometimes disastrously translated, that could break through to an American readership.

In this article, I address the flip side of the somewhat glamorous reception of Latin American books in the United States. Mostly based on documentation hosted by the Harry Ransom Center in Austin, I focus on the evaluation process of Brazilian books by Alfred Knopf, Inc., especially those cases that resulted in rejection or commercial failure. My ultimate goal is to try to understand how commercial vindication, editorial procedures, explicit and implicit literary criteria, and cultural expectations shape the way Brazilian fiction was scrutinized and selected, or rejected, for translation. I also discuss the influence of cultural diplomacy and Cold War politics on the dynamics of the book trade between Brazil and the United States. I argue that the whole process of editorial approval or rejection of literary work from a peripheral country like Brazil illuminates telling aspects of inter-American cultural negotiation and confirms well-known power imbalances in the global

[2] Cohn, citing Howard Cline, informs that the Ford Foundation provided more than $11 million in grants to support Latin American studies between 1962 and 1966 alone (Deborah Cohn, 2012, p. 96).

[3] Knopf realized the marginal position Brazilian authors occupied in the caption of Latin American literature in the US: "Our young intellectuals seem to look rather to Chile, Colombia, and Peru" (Knopf, 1972b).

republic of letters. As Johan Heilbron claims, the international translation system is a hierarchical structure based on the relative prestige or "centrality" that a language occupies in the world market of translations (Heilbron, 1999, pp. 433-5).

Alfred Knopf, Inc.'s connection with Latin America, and especially Brazil, dates from the 1940s, when, under the auspices of US cultural diplomacy, Blanche Knopf, Alfred's first wife, headed for South America (Rostagno, 1997; Sadlier, 2012). Blanche, who was, according to Thomas Mann, the "soul of the firm", had an eye for recognizing new talents outside the mainstream literary scene (Claridge, 2016, p. 3). In the 1920s, for instance, Blanche played an important role in selecting, publishing and promoting literature of the Harlem Renaissance and was one among the "dollars-and-cents salon Negrotarians" who "combined noble sentiments with keen market analysis" (Lewis, 1981, p. 99). Maybe that same blend of commercial instinct and sociocultural interest lays behind Blanche's decision to work as an unofficial agent of the US Good Neighbor policy, embarking on a scouting trip to Colombia, Peru, Chile, Argentina, Uruguay, and Brazil (Claridge, 2016, pp. 214-5). During her time in these countries, Blanche met secret service personnel, was granted official privileges, and sent updates on the local political situation to the American government (Blanche Knopf, 1942). The tour was part of a set of diplomatic initiatives by the Department of State to consolidate an inter-American book market through direct and indirect patronage. In 1941, Lewis Hanke, from the Library of Congress, embarked on a similar trip and spent more than three months visiting nine Latin American countries to set up a project to subsidize the translation of American books into Spanish and Portuguese. On that occasion, Hanke charted the main publishing houses and cultural and scientific institutions in each country and, to consolidate the gains of his trip, suggested that Brazilian publishers be invited to visit the United States (Hanke, 1941). Among them, Hanke lists editor José Olympio and his wife, Vera Pacheco Jordão, a couple who later came to be counted among Alfred Knopf's closest Brazilian friends. The web of inter-American publishing taking shape at that time would play a central role in the hemispheric cultural diplomacy in the following decades, fostering a transnational "intertraffic of the mind" through books in translation.[4]

In Hanke's reports, it becomes evident that the main purpose of the translation program was to supply Latin America with information about the United States and gain its "respect and admiration" (Hanke, "Report on the Project", p. 1). At that point, the need for translating Latin American titles into English was mentioned only marginally and the imbalances in cultural exchanges just occasionally attracted some criticism.[5] A 1943 document of the Department of State reveals that

[4] The expression comes from a poem by English poet Samuel Daniel. Quoted in Karen Raber (2001, p. 69).

[5] As an example, in a letter to Charles E. Eaton, the Consul General of the United States of America to Rio de Janeiro, American artist Thomas Hart Benton acidly comments on a proposal for a cultural publication program: "I hope, however, that this program may be made reciprocal and that Brazilians will also try to acquaint us with their culture and their ways of expressing it". Quoted in Eaton (2001, p. 154).

by then more than US$ 73,000 had been invested in the translation program, and 117 books had been contracted. Of those, only 15 were English translations of Latin American works ("List of Books", 1943). Sooner or later, even those in charge of the translation programs recognized this as a drawback: "The extent of this south-north cooperation is limited by the ability and desire of US publishers to publish translations of books from the other American republics" (Davis, 1947, p. 5).

Alfred and Blanche Knopf tackled the challenge of presenting Latin American titles to American audiences. Irene Rostagno suggests that their major motivation was to search for new foreign writers for their list during wartime, when traveling to Europe was impracticable (Rostagno, 1997, p. 31). At any rate, since the 1940s Alfred Knopf, Inc. became a key partner in a network of official, semi-official, and private institutions that put forward, in loose and sometimes contradictory ways, the agenda for an inter-American cultural system led by the United States (Barnhisel, 2015, pp. 8-9). In this respect, Alfred and Blanche Knopf participated in what Gilles Scott-Smith called "the politics of apolitical culture": "the connection between semi-autonomous cultural-intellectual developments and political intentions" (Scott-Smith, 2002, p. 4). Upon her return from South America, Blanche Knopf wrote an article for a special issue of *The Saturday Review of Literature* on Pan-Americanism. In her essay, Blanche shared several interesting considerations on what she had learned about the editorial and literary landscape in South America and endorsed the usual rhetoric of American cultural diplomacy of those days: "they [South Americans] are learning about us through our books; and we, in turn, I think, should do everything we can to learn about them through their books and the work of their outstanding writers" (Knopf, Blanche, 1943, p. 34).

The first fruits of Blanche's mission were the publication in the United States of Gilberto Freyre's *The Masters and The Slaves* (1946) and of several other Latin American writers, such as Jorge Amado and Graciliano Ramos from Brazil, Adolfo Costa du Rels from Bolivia; Miguel Covarrubias from Mexico; W. H. Hudson and Eduardo Mallea, from Argentina, and Ricardo Palma from Peru. It is worth noting that both Amado and Ramos were left-wing writers who joined the Communist Party in Brazil, and whose translated novels, *Violent Land* and *Anguish*, respectively, adopted a critical perspective on social class divisions. Therefore, at least in the mid-1940s, when the fight against Nazi-fascism brought together leftists and conservatives, American cultural diplomacy was quite tolerant in terms of the political stances of translated authors.[6] Apparently, participation in officially sponsored translation programs did not necessarily request to yield to strict ideological constraints. It is also remarkable that, since the beginning,

[6] In contrast, the "ideological purity" of Latin American writers and artists was rigidly inspected if they wished or were invited to visit the United States (Ninkovich, 1981, pp. 43-4).

the Knopf catalog of translated Latin American titles favored, with few exceptions, contemporary, living writers. Beyond the publishers' personal literary preferences, that choice may have been induced by the designers of the American cultural diplomacy, in the hope that Latin American artists, writers, journalists, publishers, and librarians could be convinced to play an active intellectual role in the consolidation of the hemispheric "mutual understanding" (Ninkovich, 1991, p. 181).[7]

[7] As late as 1967, Alfred Knopf still trusts on the diplomatic strategy of targeting selected individuals, as described by Frank Ninkovich. Referring to a young left-wing Brazilian intellectual, Knopf assumed that "any proper stay in the US" would "do good him good" (Knopf, Diaries, 1964).

With the end of World War II, official interest in Latin America on the part of the United States diminished, and several cultural exchanges and translation programs were discontinued (Sadlier, 2012, p. 198). European reconstruction was a priority, which explains why between 1945 and 1952 Latin America received less US economic support than Belgium and Luxembourg (Munhoz, 2013, p. 136). The US government was less committed to hemispheric "mutual understanding" than to pragmatically combatting communism through political and economic pressure, while disseminating a positive image of capitalism and American democracy to the rest of the continent (Franco, 2003, pp. 45-6; Barnhisel, 2015, pp. 17-8). The US goal was to flood Latin America with American books, magazines, comics, movies, and newsreels, and to gain a presence in conventions, exhibitions, and universities.[8] Less attention was paid to the translation of Latin American titles into English. Additionally, the overall commercial performance in the US market of the translations of books from the south of the Rio Grande had been deceiving. Samuel Putnam, the translator of Gilberto Freyre's sociological study, Jorge Amado's *Violent Land* (Knopf, 1946) and Euclides da Cunha's *Rebellion in the Backlands* (University of Chicago Press, 1944), acknowledged that, despite official sponsorship, translations of Latin American novels frequently came at a financial loss to American publishers (Putnam, 1948, p. vii). In the introduction of his *Marvelous Journey: a Survey of Four Centuries of Brazilian Writing*, Putnam offered practical advice on how to increase public interest in Latin American literature, after a "hasty and improvised" "wartime effort of cultural rapprochement": "Would not the average reader be better prepared for an understanding and enjoyment of Brazilian novels if he had first made a study of such works as those by Freyre and da Cunha? A certain amount of social and historical background would appear to be almost indispensable" (Putnam, 1948, p. ix). Putnam was evidently justifying his own work as a forerunner Brazilianist who, since the beginning of the 1940s, had been propagating Brazilian fiction in American journals, such as *The Inter-American Quarterly* and *Science and Society* (Sadlier, 2010, p. 3). Nevertheless, he rightly noted that the development of a promising market for Latin American literature would require a broader, well-informed audience in America. At that time, though, the cultural and educational apparatus in place in

[8] The US "culture, education and information war" was part of a global-scale strategy (Barnhisel, 2015, pp. 96-9; Caute, 2003, p. 24; Ninkovich, 1996, pp. 21-2).

the United States was not satisfactorily designed to generate a critical mass for debating and consuming Latin American fiction. One may wonder, thus, how American audiences who did not dare read Brazilian novels translated into English could become interested in learning about Brazil's society and culture in the first place. Putnam must have realized the hard way that inter-American book exchanges were a more difficult business: according to an editor at Alfred Knopf, Inc., *Marvelous Journey* represented a "considerable net loss".[9] Bearing this in mind, it comes as no surprise that Knopf published only one Brazilian and five Spanish American books throughout the 1950s; among those titles, only two were fiction.[10]

The scenario changed significantly toward the end of that decade and during the next one, when the Cuban Revolution and its subsequent radicalization brought Latin America to the center stage in Cold War politics and reactivated a more aggressive US economic and cultural intervention in the continent (Cohn, 2015, p. 26; Iber, 2015, pp. 14-5). As Patrick Iber notes, "unlike the rest of the world, Latin America's Cultural Cold War had three international players: the Soviet Union, the United States, and Cuba, which was a small country with the foreign policy ambition of a larger one" (Iber, 2015, p. 10). The urgency to counterbalance intellectual influence on the part of Cuban cultural diplomacy prompted American public and private organizations to invest in programs and centers dedicated to Latin America studies at US universities, engage with Brazilian and Spanish American writers and promote their work in the American literary market.[11] The National Defense Education Act Title VI promoted the study of foreign languages and literature in universities and the Fulbright-Hays Act supported the education of American scholars overseas (Sadlier, 2010, p. 8). Not coincidentally, during the 1960s Alfred Knopf resumed his role as a pivotal figure in Brazil-US literary relations. Although his firm then competed with university presses and other commercial publishing houses for the resources of translation programs aimed at Latin America, Knopf stands out for his close and steady relationship with Brazil, which he maintained until he died, in 1984.[12]

Between 1961 and 1969, Knopf traveled four times to Brazil, where he established long-lasting friendships and continuously expanded his network with writers, publishers, booksellers, artists, academics, politicians, bankers, businesspeople, and North American and foreign diplomatic personnel. Knopf's correspondence with officials of the US Department of State and the Inter-American Committee, his frequent meetings at the American Embassy and Consulates in Brazil, as well as with people from the US Information Agency (USIA) indicate some level of interplay between his activities as a publisher and governmental policies regarding inter-American affairs. Knopf

[9] In about one year, the book sold less than 1,500 copies (Weinstock, 1949).

[10] *Amerigo and the New World* (1955), by Germán Arciniegas; *The Kingdom of this World* (1957), by Alejo Carpentier; *The Eagle, the Jaguar, and the Serpent* (1954) and *Indian Art of Mexico and Central America* (1957), by Miguel Covarrubias; *New World in the Tropics* (1959), by Gilberto Freyre.

[11] Official efforts to publish American books translated into Spanish and Portuguese also continued. In 1962, Reed Harris, from the USIA, anticipated a fund of US$ 2,000,000 for the following year and a goal of 4,000,000 published books to "target audiences in Latin America" (Harris, 1962).

[12] Among those publishing houses that launched Latin American literature in the United States are Avon Books, New Directions, Ballantine Books, Harper & Row, and Farrar, Straus & Giroux. For more on the translation programs in the 1960s and 70s, see Cohn, 2006.

was deeply interested in the translation program directed by the USIA and he spent time talking about it with Ambassador Lincoln Gordon and Edward R. Murrow, the head of the USIA (Knopf, 1962c). As translator Harriet de Onís puts it, Knopf "has become a one-man Alliance for the Progress" (de Onís, 1965:203). However, Alfred Knopf was no rubber stamp for US policies and programs. In his correspondence, Knopf confessed how dubious he was about the Alliance for the Progress and he criticized the translation program. Also, regarding the 1964 military coup in Brazil, which was backed by the United States, Knopf initially expresses his approval, but later condemns the media censorship and "the social state to which the present government [in Brazil] has brought approximately 50 percent, if not more, of the population. Business, business, business; profits, profits, profits... and the devil takes the poor" (Knopf, 1976). As many have pointed out, participation in US-led programs and general acceptance of American cultural diplomacy did not necessarily mean unreserved adherence, consensus or subjugation. The complexity of governmental structure and bureaucratic management, the coexistence of various agendas, and the vast number of social actors involved complicated the dynamics of inter-American intellectual and artistic exchanges (Barnhisel, 2015, p. 8; Cohn, 2012, pp. 148-9; Iber, 2015, pp. 7, 16). In a 1967 letter, Knopf confirms the labyrinthine nature of official structures by complaining about "the mysterious 'they' in Washington who make up that list of titles to be subsidized by USIA" (Knopf, 1967b). Patrick Iber, then, is right to conclude that "the projects of cultural hegemony" were "porous rather than solid": "They regularly failed to meet their objectives and sometimes acted in a way that was seemingly indifferent to the interests of empire" (Iber, 2015, p. 16).

That may explain why, in spite of the fact that Latin American writers such as Jorge Amado, Pablo Neruda, Carlos Fuentes and Gabriel García Márquez (who have been prey to anti-red hysteria) did not coincide with official U.S. Cold War ideology, their books were nevertheless translated and their works were studied in American universities, under direct or indirect patronage of governmental agencies (Cohn, 2006, p. 143). The permeability of the inter-American literary system also applies to Knopf's attitude towards his contacts in Brazil, where he related to people across the political spectrum: from conservatives like Gilberto Freyre and economist Roberto Campos, to leftists such as Amado, Antonio Callado, and publisher Enio Silveira. It is also important to acknowledge that Knopf's vision about the country and his opinions about acquaintances and friends there changed over time. In this regard, Knopf's relationship with Amado is quite revealing. Their first letters in the 1950s were quite objective and focused mainly on business, but a close friendship evolved and lasted for decades, most

likely due to a combination of factors: Amado's Marxist conviction gradually waned, Knopf visited Brazil, and *Gabriela, Clove and Cinnamon* (1962) fared well in the United States (Dimas, 2012, pp. 113-6).

Those same political, emotional, and commercial factors account for Alfred Knopf's interest in Brazil and Brazilian literature. Irene Rostagno, quoting a letter from Knopf to a banker, indicates that the publisher betted on Brazil's future, underlying how much the country would be worth to the United States in the long run (Rostagno, 1997, p. 35). In turn, Harriet de Onís, as did many others, stresses Knopf's "love affair with Brazil, which has all the air of an indissoluble attachment" (de Onís, 1965, p. 203). But Knopf's alleged "fraternal affection" for Brazil—the expression was employed by Gilberto Freyre—can be misleading and may end up obscuring his role as an inter-American cultural agent (Freyre, 1965, p. 208). Affection obviously does not ensure deep understanding or unconditional appraisal of Brazilian culture, *habitus*, or literature. Cultural exchanges and intercultural engagement are much more complex and challenging than what well-intentioned discourses and top-down programs may suggest. Curiosity, openness, and acceptance—when they do exist—usually go hand in hand with distaste, uneasiness, and annoyance. Often, "mutual understanding" is rooted in condescendence, oversimplification, and misrepresentation, and there is no reason to imagine that such factors would not interfere with the reception of a foreign literature and the decision-making of editors and publishers.

Hence, we should take Jorge Amado's account of Knopf's visits to Bahia with a grain of salt. Amado says: "Bahia and Alfred immediately understood each other and loved one another, surrendered to one another" (Amado, 1965, p. 192). Amado then adds that the city of Salvador opened itself in its "old houses", "music of African deities", "Capoeira fighting," and "voodoo rites". Singing the same tune, Gilberto Freyre concludes that, after having enjoyed the Afro-Amerindian celebrations in Brazil, Knopf surrendered to a sense of time "which is not that of 'time is money' of the conventional businessman" (Freyre, 1965, p. 209). But in his travel logs, Knopf reveals a different disposition. He often complains that Brazilians, much to his frustration and perplexity, lacked any sense of time. Regarding the "African deities", the popular festivals and the like, Knopf can hardly hide his boredom and aloofness. About the Bumba Meu Boi festival in Pernambuco, he writes: "long and monotonous, but interesting at first" (Knopf, 1962a, p. 7). By the same token, the Candomblé ritual he attends in Bahia is described as a "monotonous drumming", "followed by equally monotonous dancing" carried out by "women who are physically unattractive and some of them hideously ugly". After enduring the ritual for about one and a half hours, Knopf "finally asked to be taken home"

(Knopf, "Trip Notes", p. 47). He also found it amazing that people like Jorge Amado, his wife Zélia Gattai, and the Argentinian-Brazilian artist Carybé would be "on their knees prostrate before the figures of their respective [Candomblé] saints to whom they were offering the most uninviting-looking food". Knopf had a hard time accepting that his valued friends believed in all that (Knopf, "Trip Notes", pp. 52-3). In his very first visit to Bahia, he describes a "voodoo negro dancing" as "ghastly phony" (Knopf, "Personal Diaries", p. 12). In his diaries and letters, there are quite a few remarks revealing cultural anxieties: he mentions with dismay the filthy markets and streets, the poor quality of service everywhere and the shabby conditions of hotels. Moreover, Knopf continually expresses annoyance with the big loud parties to which he was invited and deep impatience with the verbose rhetoric, a core linguistic and behavioral protocol in Brazilian culture (and, as for that, a poetic resource of certain Brazilian writers): "[A]ll these Brazilians orate on the least provocation", he grumbles (Knopf, 1967a).

It is, of course, difficult to measure how such thoughts and feelings toward an overseas culture can influence the reading habits of an individual and the way he or she perceives foreign literary works. Also, publishing decisions are usually a team effort, not a one-person verdict, and they take into consideration an array of aspects beyond the intrinsic textual attributes of a book.[13] But Alfred Knopf was the first to recognize that the publishing business depends on an editor's personal feelings and on having "a heart for" books under consideration (Knopf, 1972c). Thus, his observations on Brazil and Brazilians imply a cultural bias that, if shared by a larger group—e.g., the American reading public or the decision-makers in a publishing house—may contribute to the general apathy for and disappointing sales of Brazilian literature in the US. Late in the 1970s, Knopf concluded that North American readers must suffer from an "absolute allergy" where Brazil is concerned (Knopf, 1972a; Knopf, 1972b). Repeated commercial failures did not spare authors like Clarice Lispector and Guimarães Rosa,[14] favored by Brazilian and international academics and critics alike, nor more crowd-pleasing titles like *My Sweet-Orange Tree*, by José Mauro de Vasconcelos, a best-seller in Brazil. Referencing the latter, Knopf comments in his correspondence that, despite their best efforts, the book "sank without leaving a trace within a week of its publication" (Knopf, 1972c).

One can argue that the dismissal of foreign literature in North America does not target only Spanish American or Brazilian books.[15] The rejected files in Alfred Knopf's archives, for instance, host many European, Asian and African writers as well. Indeed, throughout the 20th century, many American editors pointed out "how difficult it is to get a hearing for translations, to get them reviewed, and to get

[13] "Both the gestation and the reception of the literary work contribute to the production of the cultural object, predicated on a dynamic relation between author and reader, and mediated by everything from publishers' marketing strategies to abstract elements of influence such as the cultural education, values, and expectations of [an] audience. The text itself merely occupies one position along this axis which might be perceived as a cultural argument to which a variety of persons will adhere or defer" (Armstrong, 1999, p. 13).

[14] About Rosa, editor Wiliam Koshland of Alfred Knopf, Inc. writes, "I'm afraid the picture on Rosa's *The Devil to Pay in the Backlands* has been a fairly bleak one. The sale goes steadily if not too excitingly, and we have now shipped out some 2,600 copies after absorbing the usual rash of return in the months following publication. *Gabriela*, as you know, reached a much wider audience" (Koshland, 1966).

[15] Per Henningsgaard, for instance, studies the limited reception and sales of Australian literature in the contemporary United States (Heningsgaard, 2017).

them sold" (Wolff, 1975). In current times, the situation remains pretty much the same: only about 3 percent of books published in the United States are translations (Hoffman, 2007).[16] This number falls to 0.6 percent when considering fiction alone. Not surprisingly, it is still harder to seduce readers to consume works from a country and a culture they are thoroughly ignorant of. As Elizabeth Lowe and Earl E. Fitz note, "this lack of understanding about a common and deeply intertwined American past, a problem exacerbated by our cultural biases, may well have handicapped the initial reception of Latin American literature in the United States of the 1960s" (Lowe and Fitz, 2007, p. 172). Knopf resentfully complains that the American news media "covers Brazil mostly inadequately" and paid no attention at all to Jorge Amado's 1972 four-month tour in the US (Knopf, 1972a). In that same year, Knopf also accuses the reception of Antonio Callado's novel, *Don Juan's Bar* (1972), of being "insulting to the point of irresponsibility," because reviewers knew little about the author and were incapable of taking into consideration the political situation in Brazil (Knopf, 1972b). Two years later, Knopf would regret that Dalton Trevisan's *The Vampire of Curitiba and Other Stories* (1972) "got virtually no publicity in the press and very, very few reviews". And he adds, "No one I have met who doesn't work for Knopf has even mentioned his [Trevisan's] name to me" (Knopf, 1974).

[16] Johan Heilbron points out that international translation statistics are not very reliable and should be taken "as an indicative manner to highlight structural patterns" (Heilbron, 1999, p. 433).

Unfamiliarity can easily open the way for stereotypes and often results in disdain. In 1980, a public opinion survey found that 34 percent of Americans considered Latin Americans ignorant, 41 percent said they were lazy, and only 15 percent thought they were intelligent (Skidmore et al., 2014, p. 4). From such a standpoint, how could the intellectual work produced by the southern neighbors—and written in languages "not regarded as worthy of serious scholarship"—inspire any sympathy? (Lowe and Fitz, 2007: 6). If there were indeed an allergy to Brazilian and Spanish American literature, not even Knopf himself was immune to it. In an ironic retort to translator James L. Taylor's statement that there are "other Brazilian writers who deserve publication in English", Knopf answered "please, feel free to make any suggestions to me at any time", with implied disbelief (Knopf, 1962b). Years later, Knopf would be even more sarcastic about the positive image Latin Americans have of their writers: "Every time I go to a party where many Latin Americans are I come away with the feeling that there are at least two dozen of immortal masterpieces lurking all over the continent" (Knopf, 1966). Readers and editors who worked for Alfred Knopf, Inc. could not hold Latin American literature in high regard, either. In 1978, a semi-retired Knopf lamented that at that point probably none of those in charge at his company would "share his interest in Latin America and its writers" (Knopf, 1978b). Jorge

Amado expressed the same opinion, saying that from a certain point on, people at Alfred Knopf, Inc. did not keep the same commitment to his books (Amado, 1990, p. 192). Writer Elizabeth Bishop, who met Knopf in Brazil in 1967 and who became an informal adviser on Brazilian literature for the publisher, confessed, "One always hopes to find something really good, but in general my reading in Brazilian contemporary writing is sheer drudgery" (Bishop, 1963). When reviewing a Brazilian piece of literature in 1966, translator Patrick Gregory saw no artistic value in the book, but then bluntly added, "I admit to a general lack of sympathy—that amounts to blindness—for most South American fiction" (Gregory, 1966).

As a matter of fact, Alfred Knopf detected the negative attitude some readers and translators had toward Brazilian books. For example, Knopf sounds discouraged by a commentary on João Guimarães Rosa's collection of short stories: "What would be the point of asking him [George Reed] to do *Corpo de baile* when he describes the stories as 'not interesting enough in themselves to justify wading through the dense, impressionistic text with its mass of regionalism'" (Knopf, 1965b). One may rightly ask why, then, Knopf relied on such contributors. The truth is that the publisher did not have too many choices. That few Americans and US residents speak Portuguese to this day both explains and aggravates the peripheral position of Brazilian literature in the US. In his correspondence and diaries, Knopf repeatedly complains about the strain of finding "sound and dependable readers" or a "really satisfactory translator" of Portuguese (Knopf, 1962d; Knopf, 1964c).

In some cases, the bad quality of translations became evident before publication, and remedial actions had to be taken. That was the case with two valued Brazilian titles, Amado's *Gabriela, Clove and Cinnamon* and Guimarães Rosa's *The Devil to Pay in the Backlands*. Knopf observes that James L. Taylor, a dictionary-maker, handed in manuscripts "with no literary quality whatever" and the translation "virtually [had] to be done over again by a different translator" (Knopf, 1965c).[17] This kind of solution not only increased costs but also failed to prevent disastrous results. The contribution of prolific translators such as Gregory Rabassa and Harriet de Onís, who some years later would become widely known for some acclaimed translations of stellar writers of the Spanish-American boom, was in some cases of little avail. Knopf had some criticism for Rabassa ("He has not [...] made a tremendously favorable impression on me"), and Elizabeth Bishop deplored the awkward use of English slang and contemporary expressions in *The Devil to Pay in the Backlands* (Knopf, 1964b; Bishop, 1965). Years later this book gave rise to controversy when its translators were accused of "translational atrocities" and "erecting between Rosa and

[17] Ultimately, Harriet de Onís co-translated Rosa's novel, and William L. Grossman co-translated *Gabriela*.

the reader a barrier even more insurmountable than the Portuguese language" (Congrat-Butlar, 1978).[18] Accordingly, extra-textual conditions—the lack of good translators—led to textual flaws that in many cases jeopardized the chances of editorial success. Indeed, many scholars understand that the poor quality of translations is responsible for the cool reception of many Brazilian authors in the United States (Lowe and Fitz, 2007, pp. 55-6; Krause, 2010, pp. 149-95; Armstrong, 1999, pp. 114-28).

[18] In that same letter, Congrat-Butlar quotes Brazilian critic Leo Gilson Ribeiro, who censures the "viciousness of Mrs. de Onís' translation" and urges American publishers not to commission translations of Portuguese from "the first person who comes around claiming he/she knows Brazil and its capital, Buenos Aires".

The role of professional readers and translators was even more crucial since neither Knopf nor any of his assistants could read in Portuguese. At best, editors at Alfred Knopf, Inc. had to place their trust in synopses and critical assessments written by someone who could understand the original language. But some of those commissioned readers also based their literary judgment on sample translations, whose potential defects could generate questionable evaluations of a book and risks its rejection. It is true, though, that typically more than one reader would report on a potential new release. The issue is, as André Lefevere argues, that

> *whether they produce translations, literary histories or their more compact spin-offs, reference works, anthologies, criticism, or edition, rewriters adapt, manipulate the originals they work with to some extent, usually to make it fit in with the dominant, or one of the dominant ideological and poetological currents of their time.* (Lefevere, 1992, p. 8)

Therefore, what the reports of these editors and readers reveal varies greatly depending not only on personal preferences, scholarship, and familiarity with Brazil, but also on individual motivations. Sometimes, the reviewer is a prospective translator or a formal or informal broker, and his or her evaluation may tend to highlight the merits of a book no matter what. The rejection of Pedro Nava's lengthy memoirs serves as an example. Professor Carleton Sprague-Smith, the co-founder of the Brazilian Institute of New York University, was quite enthusiastic about Nava's massive autobiographic account. Brazilian historian and diplomat Sérgio Corrêa da Costa also sent Alfred Knopf an enthusiastic account on Pedro Nava's work, sustaining that it was "one of the most important books printed in the Portuguese language". He also says, "This is one of those books that becomes more universal the more it dwells on trivialities" (da Costa, 1978). Translator Barbara Shelby praised the author's style and his "extraordinary candor and humorous asides". Charity Cole, a frequent reader for Knopf, emphasized the importance of the work as a source of information on Brazil. Nevertheless, both Shelby and Cole recognized that the rich vocabulary and the volume of historical, cultural and sociologi-

cal references could be an obstacle for non-Brazilian readers. Regardless of this, they were clearly in favor of publishing it in the United States: "Other authors might use fewer words than Pedro Nava, but few would have so much to say", concludes Charity Cole. But editors at Knopf were convinced that Nava's books would not repay translation into English. So, after more than five years under consideration—and to Knopf's disappointment—Pedro Nava's work was turned down.

What is most striking about the story behind the rejection of Nava's work is the way editor Bob Gottlieb drew a line under the debate. He was convinced that the book "simply belongs in its own language and own culture, and can't reach beyond" (Gottlieb, 1975). Whereas the commercial worries of publishing such long memoirs are quite understandable, Gottlieb's statement is profoundly disturbing because it contradicts the very idea and purpose of translating, that is, to render a text—and for that matter, a particular culture—intelligible to foreign readers. It is also grounded in a truism—a book belongs to a language and a culture—unless it implies that some books—and some cultures—are universal and therefore can "naturally" attract the interest of a global audience. In fact, the verdict that a Brazilian book "belongs to its [own] culture and can't reach beyond" is not grounded solely on its intrinsic attributes, but also on its relative position in the global field of economic and political power. Although universality is clearly not a valid cultural concept, it has cultural and literary implications, since it creates asymmetric expectations according to place and origin. So when Harriet de Onís writes about Clarice Lispector's novel *Perto do coração selvagem* (*Near to the Wild Heart*), "One would never dream that the author is Brazilian," she unintentionally goes to the heart of the problem. De Onís gets even more explicit by saying that that kind of literature had been written "so many times in English and French" (Knopf, 1965a). Gregory Rabassa uses the same type of argument in his appraisal of Erico Verissimo's *O prisioneiro* (*The Prisoner*). The book discusses the war in Vietnam, and according to Rabassa, "the whole thing has been done so much better by American authors" (Rabassa). He also notes that the novel does not bring a unique Brazilian perspective to the problem "as it is remarkably American as it turns out" (Rabassa). Both *Perto do coração selvagem* and *O prisioneiro* were rejected by Alfred Knopf, Inc.

The remarks made by de Onís and Rabassa translate the difficult situation of a peripheral author who faces a paradox. On the one hand, if a writer explores the specificity of his/her culture, he can't reach beyond unless he pushes the right buttons and delivers the right amount of exoticism and sexiness to fulfill stereotyped expectations of a foreign audience, as occurred in the case of Amado's *Gabriela* and *Dona Flor*. Additionally, in the context of the Cold

War, literary and artistic nationalism were at odds with the idea of universality and cosmopolitanism promoted by the United States to consolidate American hegemony and combat leftist resistance to American cultural invasion in Latin American countries (Franco, 2003, pp. 53-7). On the other hand, if the peripheral writer aspires to universality, why would readers in the center dare read his or her books when they have direct access to Melville, Woolf, Faulkner, and Morrison? Of course, the negotiation between national roots and international expectations can be shaped in any number of ways, including the time-worn adage about reaching the universal through the particular. At any rate, documents at the Alfred Knopf, Inc.'s archives call to mind that, at least regarding Brazilian literature, official programs sponsoring translations or a publisher's "love affair with Brazil" are not enough to radically transform reading habits and cultural bias. That many Latin American books released in the US which have never been reprinted or retranslated in English may suggest a commercial failure. Graciliano Ramos's *Anguish*, Dalton Trevisan's *The Vampire of Curitiba and Other Stories*, José Lins do Rego's *Plantation Boy*, and Antonio Callado's *Quarup* may serve as examples here. The case of *Vampiro* sums the whole situation: "The failure of Vampire is so resounding—1,456 copies sold against which we spent $1,375.00 on advertising and promotion and gave away free and review copies to the tune of over 550—that it is hard for me to see how we can repeat this experience" (Knopf, 1974). Also, in some cases, the impact of translated Latin American writers must have been limited, since many of them had to wait years before having a second book published in the United States, while others have never accomplished such a feat (e.g., Autran Dourado and, again, Dalton Trevisan). Finally, because important titles and writers from Latin America have been largely ignored or rejected by North American editors, those in the US who do not read in Spanish or Portuguese have extremely restricted access to and consequently an impaired understanding of Latin American literature.[19]

Deborah Cohn makes a salient point in concluding that "publishing Latin American literature remained a process of trial and error [...] of battles against the odds" (Cohn, 2012, p. 14). Is it not puzzling that Pedro Nava's memoirs and even Jorge Amado's books were frequently criticized for being lengthy and overloaded with cultural information whereas Dalton Trevisan's "marvelous economy of words" made Knopf doubt that the volume with his outstandingly brief short stories would be "too small to be published all by itself in English" (Cole, 1972; Knopf, 1972d)? It is unfortunate that Knopf, after years of engagement with Brazil, had lost money "on everything Brazilian that [he] touched, with the single exception of Amado and Freyre" (Knopf,

[19] Alfred Knopf, for instance, was only interested in the younger generation of Latin American writers and did not even bother translating any Brazilian modernist fictionist of the 1920s. Other publishing houses followed the same trend and Machado de Assis, the acclaimed Brazilian author of the nineteenth century, was basically the only exception.

1972a). In Knopf's opinion, even the success of Amado's *Gabriela, Clove and Cinnamon* did not "scratch the surface" of what he thought the author deserved (Knopf, 1978a). Commercial misfortune may explain the number of rejected Brazilian titles by Alfred Knopf, Inc. between the 1960s and 1980s. More importantly, all the losses in the translation and publishing processes of Brazilian literature in the United States may account for a less optimistic narrative of cultural exchanges in times of a globalized market.

Received for publication on October 27, 2018.

Approved for publication on November 30, 2018.

NOVOS ESTUDOS
CEBRAP
112, Sep.–Aug. 2018
pp. 489-504

Carlos Cortez Minchillo holds a Ph.D. in Brazilian literature from the University of São Paulo. He is an assistant professor of Brazilian literature and culture at Dartmouth College and the author of *Erico Verissimo, escritor do mundo* [Erico Verissimo, World Writer] (Edusp, 2015). His current research focuses on inter-American cultural exchanges during the Cold War.

REFERENCES

Amado, Jorge. *Conversation avec Alice Raillard*. Paris: Gallimard, 1990.

_____. "Alfred Knopf in Bahia". In: Knopf, Alfred A. & Bennett, Paul A. *Portrait of a Publisher, 1915-1965*, vol. 2. New York: The Typophiles, 1965, p. 192.

Armstrong, Piers. *Third World Literature Fortunes: Brazilian Culture and Its International Reception*. Lewisburg, PA: Bucknell University Press; Londres: Associated University Presses, 1999.

Barnhisel, Greg. *Cold War Modernists: Art, Literature, and American Cultural Diplomacy*. New York: Columbia University Press, 2015.

Bishop, Elizabeth. Letter to A. Knopf, 15 December 1963. Alfred A. Knopf, Inc. Records, Harry Ransom Center, The University of Texas at Austin (hereafter cited as AKR), Series II, 599.3-4.

_____. Letter to A. Knopf, 12 April 1965. AKR, Series II, 515.8.

Caute, David. *The Dancer Defects: The Struggle for Cultural Supremacy During the Cold War*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

Claridge, Laura. *The Lady with the Borzoi: Blanche Knopf, Literary Tastemaker Extraordinaire*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2016.

Cohn, Deborah. "A Tale of Two Translation Programs: Politics, the Market, and Rockefeller Funding for Latin American Literature in the United States during the 1960s and 1970s". *Latin American Research Review* 41/2, 2006, pp. 139-164.

_____. *The Latin American Literary Boom and U.S. Nationalism during the Cold War*. Nashville, Tenn: Vanderbilt University Press, 2012.

Cole, Charity. Letter to Alfred Knopf, 23 October 1972. AKR, Series II, 543.4.

Congrat-Butlar, Stefan. Letter to the editor of *Publishers Weekly*, 10 February 1978. AKR, Series II, 546.4.

da Costa, Sérgio Corrêa. Letter to A. Knopf, 26 June 1978. AKR, Series V, 900.5.

Davis, Watson. Books for the New World. *The Record* 3/6, 1947, pp. 1-6. SIA, Record Unit 7091, Series 16, Box 419, Folder 62.

de Onís, Harriet. "The Man in the Sulka Shirt". In: Knopf, Alfred A. & Bennett, Paul A. *Portrait of a Publisher, 1915-1965*, vol. 2. New York: The Typophiles, 1965, p. 203.

Dimas, Antonio. "Jorge Amado e seus editores: Alfred Knopf e Alfredo Machado". *Revista USP* 95, 2012, pp. 110-22.

Eaton, Charles E. *The Man from Buena Vista*. New York; London: Cornwall Books, 2001.

Franco, Jean. *Decadencia y caída de la ciudad letrada*. Barcelona: Debate, 2003.

Freyre, Gilberto. "My Compadre Alfred". In: Knopf, Alfred A. & Bennett, Paul A. *Portrait of a Publisher, 1915-1965*, vol. 2. New York: The Typophiles, 1965, p. 209.

Gottlieb, Robert [Bob]. Letter to Anne McCormick, 23 April 1975. AKR, Series V, 900.5.

Gregory, Patrick. Recommend Rejection, 8 February 1966. AKR, Series V, 900.4.

Hanke, Lewis. Report no. 3, 22 Sep. 1941. Smithsonian Institution Archives, Record Unit 7091, Series 16, Box 419, Folder 11 (hereafter cited as SIA).

_____. "Report on the Project to Assist the Translation of United States Books into Spanish and Portuguese and their Publication in Latin America." SIA, Record Unit 7091, Series 16, Box 419, Folder 11.

Harris, Reed. Letter to A. Knopf, 11 October 1962. AKR, Series II, 565.2.

Heilbron, Johan. Towards a Sociology of Translation: Book Translations as a Cultural System-World. *European Journal of Social Theory* 2/4, 1999, pp. 429-44.

Heningsgaard, Per. "Twenty Years of Technologies and the Availability of Australian Books in North America." Paper presentation, 25th Annual Conference of The Society for the History of Authorship, Reading and Publishing, Victoria, BC, 2017.
Hoffman, Jascha. "Comparative Literature". *New York Times Book Review*, 15 April 2007.
Iber, Patrick. *Neither Peace nor Freedom: The Cultural Cold War in Latin America*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2015.
Knopf, Alfred A. Letter to Samuel Putnam, 21 July 1949. AKR, Series I, 55.13,
_____. (1962a). AA Knopf Personal Diaries, 1961-62. AKR, Series II, 633.5.
_____. (1962b). Letter to James L. Taylor, 3 August 1962. AKR, Series I, 339.5.25.
_____. (1962c). Letter to Edward [Ted] Murrow, 16 August 1962. AKR, Series II, 565.2.
_____. (1962d). Letter to Jorge Amado, 5 September 1962. AKR, Series II, 521.7.
_____. (1964a). AAK Diaries, 1964, Brazil. AKR, Series II, 634.4.
_____. (1964b). Letter to Elizabeth Bishop, 16 August 1964. AKR, Series II, 599.3-4.
_____. (1964c). Letter to Mildred Adams, 20 October 1964. AKR, Series II, 599.4.
_____. (1965a). Letter to Elizabeth Bishop, 15 April 1965. AKR, Series II, 599.6.
_____. (1965b). Letter to Paul Vanorden Shaw, 29 April 1965. AKR, Series II, 599.3-4.
_____. (1965c). Letter to Paul Vanorden Shaw, 12 May 1965. AKR, Series II, 599.5-6.
_____. Letter to Barbara Shelby, January 1966. Quoted in: Rostagno, Irene. *Searching for Recognition: The Promotion of Latin American Literature in the United States.* Westpoint, Conn: Greenwood Press, 1997, p. 54.
_____. (1967a). Memo to Mrs. Bloch, 18 April 1967. AKR, Series II, 636.2.
_____. (1967b). Letter to Alfredo Machado, 6 June 1967. AKR, Series II, 565.2.
_____. (1969). Trip Notes, 1969. AKR, Series II, 637.4.
_____. (1972a). Letter to Erico Verissimo, 19 April 1972. AKR, Series II, 536.5.
_____. (1972b). Letter to Selden Rodman, 20 April 1972. AKR, Series II, 536.1.
_____. (1972c). Letter to Erico Verissimo, 27 July 1972. AKR, Series II, 536.5.
_____. (1972d). Letter to Gregory Rabassa, 25 October 1972. AKR, Series II, 536.1.
_____. (1974). Letter to Newton Carneiro, 10 July 1974. AKR, Series II, 603.5.
_____. Letter to Desmond Cole, 18 October 1976. AKR, Series II, 543.4.
_____. (1978a). Knopf and Brazilian Writers, *Publishers Weekly*, 30 January 1978. AKR, Series II, 546.4.
_____. (1978b). Letter to Mrs. [Elizabeth] Sprague-Smith, 14 March 1978. AKR, Series V, 900.5.
Knopf, Blanche. South America, 1942. AKR, Series III, 696.11.
_____. The Literary Roundup: An American Publisher Tours South America. *Saturday Review of Literature*, 10 April 1943.
Koshland, William. Letter to Peter Nehemkis, Jr., 26 August 1966. AKR, Series I, 469.7.
Krause, James R. "Translation and the Reception and Influence of Latin American Literature in the United States". PhD Dissertation. Vanderbilt University, 2010.
Lefevere, André. *Translation, Rewriting, and the Manipulation of Literary Fame*. London; New York: Routledge, 1992.
Lewis, David Levering. *When Harlem Was in Vogue*. New York: Alfred Knopf, 1981. Quoted in: Badaracco, Claire Hoertz. "The Autobiography of an Ex-Coloured Man by James Weldon Johnson: The 1927 Knopf Edition". *The Papers of the Bibliographical Society of America* 96/2, 2002, pp. 279-87. http://www.jstor.org/stable/24295713.
List of Books Being Translated under Contract of the Coordinator, 30 June 1943, SIA, Record Unit 7091, Series 16, Box 419, Folder 1.
Lowe, Elizabeth & Fitz, Earl E. *Translation and the Rise of Inter-American Literature*. Gainesville: University Press of Florida, 2007.
Munhoz, Sidnei J. "At the Onset of the Cold War: The USA and the Repression of Communism in Brazil". In: Munhoz, Sidnei J. & da Silva, Francisco Carlos Teixeira. *Brazil-United States Relations, XIX and XX Centuries* (org.). Maringá: EDUEM, 2013, pp. 129-64.
Ninkovich, Frank. *The Diplomacy of Ideas: U.S. Foreign Policy and Cultural Relations, 1938-1950*. Cambridge, Mass: Cambridge University Press, 1981.
Ninkovich, Frank. *US Information Policy and Cultural Diplomacy*. New York: Foreign Policy Association, 1996.
Putnam, Samuel. *Marvelous Journey*. New York: Alfred Knopf, 1948.
Rabassa, Gregory. *O Prisioneiro* – Érico Veríssimo. AKR, Series IV, 1170.4.
Raber, Karen. *Dramatic Difference: Gender, Class, and Genre in the Early Modern Closet Drama*. Newark: University of Delaware Press; London: Associated University Presses, 2001.
Rostagno, Irene. *Searching for Recognition: The Promotion of Latin American Literature in the United States*. Westpoint, Conn: Greenwood Press, 1997.
Sadlier, Darlene. "Reading Graciliano Ramos in the United States". *Luso-Brazilian Review* 47/2, 2010, pp. 1-25.
_____. *Americans All*. Austin: University of Texas Press, 2012.
Scott-Smith, Giles. *The Politics of Apolitical Culture: The Congress for Cultural Freedom, the CIA and Post-War American Hegemony*. London: Routledge, 2002.
Skidmore, Thomas E. et al. *Modern Latin America*. New York: Oxford University Press, 2014.
Weinstock, Herbert. Letter to Samuel Putnam, 21 July 1949. AKR, Series I, 55.13.
Wolff, Helen. Letter to Anne McCormick, 18 July 1975. AKR, Series V, 900.4.

CC BY

ASSINE NOVOS ESTUDOS E TENHA ACESSO AO ACERVO DA REVISTA

DESDE O INÍCIO DOS ANOS 1980, NOVOS ESTUDOS TEM PUBLICADO ARTIGOS, DEBATES, ENTREVISTAS, RESENHAS E DOSSIÊS QUE SE TORNARAM REFERÊNCIA OBRIGATÓRIA PARA DIVERSAS DISCIPLINAS NO ÂMBITO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS, DAS ARTES E DA LITERATURA. A EXEMPLO DAS PUBLICAÇÕES MAIS EXPRESSIVAS DO MEIO, A REVISTA DISPÕE AGORA DE SEU ACERVO EM FORMATO ELETRÔNICO. OS VOLUMES — MUITOS DELES ESGOTADOS HÁ MAIS DE UMA DÉCADA — ENCONTRAM-SE FACILMENTE ACESSÍVEIS NO SITE DO CEBRAP. PARA TER ACESSO A ESSE MATERIAL SEM EQUIVALENTE NOS ARQUIVOS DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS BRASILEIROS, BASTA FAZER UMA ASSINATURA DA REVISTA.
ASSINE NOVOS ESTUDOS. CUSTA POUCO ESTAR CONECTADO COM A PRODUÇÃO MAIS SOFISTICADA DAS HUMANIDADES NO BRASIL.

www.cebrap.org.br

Este número foi financiado pela
Fundação Carlos Chagas

DOSSIÊ 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

APRESENTAÇÃO
Maria Herminia Tavares de Almeida

DO COMPROMISSO MAXIMIZADOR À RESILIÊNCIA CONSTITUCIONAL
Oscar Vilhena Vieira
e Ana Laura Pereira Barbosa

TRINTA ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988: RAZÕES PARA COMEMORAR?
Marta Arretche

ECONOMIC EFFECTS OF THE BRAZILIAN CONSTITUTION
Otaviano Canuto
and Tiago Ribeiro dos Santos

ÍNDIOS NA CONSTITUIÇÃO
Manuela Carneiro da Cunha

ARTIGOS

COMO WALTER BENJAMIN ESCREVIA
Marc Berdet

A REBELIÃO PLURALISTA DE 1979 NA ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE FILOSOFIA: INSATISFAÇÃO DISCIPLINAR E MUDANÇA INTELECTUAL
Joaquim Toledo Jr.

ALINHAVANDO QUESTÕES
José Arthur Giannotti

RISKY BOOKS, REJECTED AUTHORS: ALFRED KNOPF AND THE SCREENING OF BRAZILIAN LITERATURE
Carlos Cortez Minchillo

ENSAIO VISUAL
Alice Miceli

ISSN 0101-3300